



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:
QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE

Olhares sobre a Avaliação por Pares:
Institucionalização e Limites da Avaliação por Pares no CNPq (1975 – 2016)

TESE DE DOUTORADO

Anderson Cleiton Fernandes Leite

Porto Alegre, RS, Brasil

2018

Olhares sobre a Avaliação por Pares:
Institucionalização e Limites da Avaliação por Pares no CNPq (1975 – 2016)

por

Anderson Cleiton Fernandes Leite

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de doutor.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Rocha Neto

Porto Alegre, RS, Brasil

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Leite, Anderson Cleiton Fernandes
Olhares sobre a Avaliação por Pares:
Institucionalização e Limites da Avaliação por Pares
no CNPq (1975 - 2016) / Anderson Cleiton Fernandes
Leite. -- 2018.
101 f.
Orientador: Ivan Rocha Neto.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da
Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação em
Ciências: Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, BR-
RS, 2018.

1. Avaliação Por Pares. 2. CNPq. I. Rocha Neto,
Ivan, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:
QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE

**INSTITUCIONALIZAÇÃO E LIMITES DA AVALIAÇÃO POR PARES
NO CNPQ (1975 –2016)**

Aprovada em 08 de maio de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ivan Rocha Neto (Orientador)
PPG Educação em Ciências – UFRGS

Prof. Dr.^a Rochele de Quadros Loguercio
PPG Educação em Ciências – UFRGS

Prof. Dr. Bernardo Kipnis
Faculdade de Educação (FE) – UnB

Prof. Dr. Fábio Tenório de Carvalho
Departamento de Filosofia - UFPE

Prof. Dr. Samuel Simon
Departamento de Filosofia – UnB

Porto Alegre/RS, 08 de maio 2018.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Ivan Rocha Neto, pela orientação e interlocução generosa.

Às amigas Damísia Lima e Emília Saenger, pelo apoio imprescindível durante o percurso.

A Rafael Mafra e Daniela Faria, pelas sugestões.

À professora Rochele Loguercio e aos professores Samuel Simon, Bernardo Kipnis e Fábio Carvalho, pelas críticas e pelo debate.

Aos colegas de trabalho Alessandro Pereira, Alisson de Araújo, Ana Dalva Fortuna, Andréia Silvério, Guilherme Reis, Josenilson de Araújo e Paulo Lambert, pela solicitude sem a qual a elaboração da Tese seria impossível.

A Coordenação Geral de Recursos Humanos do CNPq, pelo apoio e oportunidade.

Resumo

Esta tese visa analisar a constituição, o funcionamento e os limites da Avaliação por Pares (AP) no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A pesquisa operou por dois caminhos distintos: um diacrônico e outro sincrônico. No primeiro, elaborou-se uma reconstrução histórica da AP praticada no CNPq entre 1951 e 2015 contextualizada pelas mudanças institucionais a que passou o órgão durante o citado período. O segundo caminho centrou-se na análise de dois estudos de caso que redundaram na elaboração de perfis dos Bolsistas de Produtividade em Pesquisa de Filosofia e Educação com bolsas vigentes no ano de 2016. Do um ponto de vista teórico, os resultados alcançados foram interpretados segundo as noções de Campo Científico de Pierre Bourdieu e Reconhecimento de Axel Honneth. Quanto à história da AP no CNPq constatou-se uma ligação entre o crescimento na quantidade de bolsas implementadas pelo órgão e uma maior formalização legal e institucional da AP, especialmente a partir da década de 1970. O próprio crescimento da comunidade científica brasileira possibilitou uma transição de procedimentos pessoais e informais de AP para um rígido, formal e impessoal circuito de imposições legais quanto a AP praticada no órgão. Quanto aos dois estudos de caso constatou-se que apesar de todas as restrições formais que atualmente regulam a AP no Conselho, especificidades históricas, geográficas, econômicas e relativas a gênero acabam por influir nos resultados dos processos de AP. Com base na pesquisa realizada, verificou-se a necessidade em se instituir uma maior transparência nos processos de AP no órgão de modo a se coadunar um aperfeiçoamento da própria prática da AP assim como um controle social da destinação dos recursos públicos mais democrático e acessível a sociedade civil.

Palavras-Chave: Avaliação por Pares. CNPq. Filosofia. Educação.

Abstract

This theses analyzes the institution, the mechanisms and the limits of peer review (PR) in Brazil's National Council for Technological and Scientific Development (CNPq). Research was conducted at both diachronic and synchronic levels. At the diachronic level, I accomplished a historical reconstruction of PR practices in CNPq from 1975 to 2015, linking this reconstruction to the institutional changes undergone by the Council during this period. At the synchronic level, I focused on two case studies, which allowed me to outline the profile of researchers in Philosophy and Education with productivity grants (in 2016). Research findings were interpreted with the help of Pierre Bourdieu's notion of Scientific Field and Axel Honneth's idea of Recognition. As for the history of PR in CNPq, research results established a correlation between the increase in grants funded and the legal and institutional formalization of PR, particularly since the 1970s. The growth of the Brazilian scientific community entailed a shift from informal and personal PR procedures to the rigid, formal and impersonal mediating rules now in place. As for the two case studies, I found that despite all formal restrictions now governing the Council's PR practices, historical, geographical, economical and gender based specificities still have an influence on the outcome of PR processes. Research results indicate the need for a greater transparency regarding the Council's PR processes in order to improve practices and expand social control over allocation of public resources.

Keywords: Peer Review. CNPq. Advisory committees. Philosophy. Education.

SUMÁRIO

1 Apresentação	09
2 Introdução	10
3 Referencial Teórico	13
4 Avaliação por pares: conceituação, tipologia e críticas	24
4.1 Limites e críticas aos modelos de avaliação por pares	25
5 Breve excursão histórico I: sobre a trajetória da avaliação por pares	30
6 Breve excursão histórico II: sobre a trajetória do CNPq	34
7 Resultados	40
7.1 Artigo I: Institucionalização e Limites da Avaliação por Pares no CNPq (1951 - 2016)	41
7.2 Artigo II: Perfil dos Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq em Filosofia - 2016	57
7.3 Artigo III: Perfil dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq em Educação	70
8 Considerações Finais	83
9 Referências Bibliográficas	87

1 APRESENTAÇÃO

O presente trabalho está dividido nas seguintes partes:

Introdução – na qual se descreve o percurso intelectual do autor que se consumou na presente tese.

Referencial Teórico; Avaliação por pares: conceituação, tipologia e críticas; Breve excursão histórica I: sobre a trajetória da avaliação por pares; e Breve excursão histórica II: sobre a trajetória do CNPq – capítulos nos quais se busca demonstrar o arcabouço teórico, conceitual e histórico que sustenta a pesquisa.

Resultados – reprodução de artigos submetidos para publicação em Periódicos, constituindo os Resultados da pesquisa empreendida.

Considerações Finais – discussão crítica dos resultados e da pesquisa como um todo.

2 INTRODUÇÃO

Objetiva-se que o texto que se segue apresente uma análise quanto à constituição, funcionamento e limites da Avaliação por Pares no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A motivação para a escolha deste objeto de pesquisa tem suas raízes em dois fatores: os problemas suscitados pela dissertação de mestrado defendida em 2008 no departamento de Filosofia da Universidade de Brasília (UnB) pelo autor, assim como sua entrada na carreira de Analista em Ciência e Tecnologia em 2011.

Do mestrado, que tratava das relações entre a filosofia grega e a obra do físico Werner Heisenberg (LEITE, 2008), restavam inquietações de viés filosófico quanto às relações entre a prática científica e sua legitimação racional. Já a vivência profissional trouxe um certo contraponto aos questionamentos filosóficos, pois mostrava os aspectos pragmáticos da atividade científica: a disputa diária entre cientistas, grupos de pesquisa, burocratas e políticos por recursos financeiros, humanos e simbólicos.

Além disso, o contato com alguns autores evidenciou que tais aspectos filosóficos e pragmáticos da ciência estão efetivamente entrelaçados. Os textos do sociólogo Pierre Bourdieu (1930 – 2002), sobejamente citados nas páginas que se seguem, demonstraram como a racionalidade científica é derivada não de uma epistemologia idealista de matriz platônica, mas sim de um conjunto de práticas sociais delimitadas pelo conceito de “Campo Científico” (BOURDIEU, 1983). Outra inspiração, mesmo que não transpareça abertamente na tese, é a interpretação da Mecânica Quântica efetuada pelo filósofo francês Michel Bitbol, na qual se alia filosofia kantiana e pragmatismo de viés wittgensteiniano. Nela insiste-se vigorosamente em como a eficácia formal e experimental da ciência está assentada nas práticas científicas (BITBOL, 2015).

A partir daí, ficou evidente que uma possível intersecção entre as abordagens filosófica e sociológica residia na investigação das práticas avaliativas da comunidade científica no contexto do CNPq. Presente em diversos níveis do cotidiano, o ato de avaliar é inerente à realidade científica. Nessa esfera, o ato de avaliar tem como marca distinta a “análise por iguais” (ROY, 1984, p. 316), que acaba por exercer o papel de procedimento auto-regulador por excelência da comunidade científica (HACKETT; CHUBIN, 2003, p. 3). Contudo, por mais que os cientistas se predendam portadores de uma “visão a partir de

nenhum lugar” – nos dizeres do filósofo Thomas Nagel (2004) – é inevitável que o exercício avaliativo na ciência, esteja inserido em uma série de contingências subjetivas, sociais e históricas que acabam por acrescentar variáveis para além das metodologias e controles puramente científicos.

Desta forma, o CNPq pode ser encarado como um campo de observação privilegiado do funcionamento da ciência para além dos discursos auto-congratatórios e dos procedimentos consagrados pelos manuais. Pode-se afirmar que toda a estrutura administrativa e financeira do órgão existe para que, em última instância, os procedimentos de avaliação, esse coração da comunidade científica, funcionem. Conseqüentemente, a comunidade científica se faz representar na presidência, diretorias e nos comitês assessores do Conselho. São eles que estabelecem os critérios de avaliação e que empreendem o próprio julgamento das propostas apresentadas assim como a série de classificações hierárquicas relativas a almejada Bolsa de Pesquisa em Produtividade (PQ). Nesta rede de avaliações, a principal ferramenta institucional são os Comitês de Assessoramento (CA), formados por integrantes advindos da comunidade científica.

Segundo a Resolução Normativa (RN) 009/2012, os CA teriam como função prestar assessoria ao CNPq na elaboração de políticas e na avaliação de projetos e programas relativos a sua área de competência, bem como na apreciação das solicitações de bolsas e auxílios (CNPQ, 2012). É a partir da avaliação por pares conforme praticado pelos CA é que se pretende "distribuir de forma mais conseqüente os recursos para a ciência", de modo a nortear o "financiamento de pesquisa, [...] diagnosticar razões de crescimento desigual, [...] e até prever medidas de correção" (MENEZHINI, 1988, p. 549). Ou seja, compreender a gênese e a estrutura da avaliação por pares efetuado pelos CA permite aprofundar como os recursos atinentes ao fomento estatal em Ciência e Tecnologia são aplicados.

Não se pretende que os resultados aqui apresentados esgotem por completo o tema avaliação por pares no CNPq. O recorte escolhido limitou-se as seguintes etapas:

- Uma abordagem diacrônica e descritiva que apresente como a avaliação por pares foi se estabelecendo no CNPq desde a sua fundação 1951 até o século XXI, tendo como pano de fundo as mudanças políticas e legais a que o órgão foi submetido neste interstício.

- Uma abordagem sincrônica e estritamente delimitada ao perfil dos bolsistas PQ em duas áreas: Educação e Filosofia. O foco nos bolsistas PQ deve-se ao fato de que eles se

encontram naquilo que Weinberg (1963, p. 161) denomina de “universo fechado” da avaliação no qual, em uma espécie de uma *petitio principii* ética, os próprios integrantes dos CA julgam seus próprios concorrentes diretos e potenciais a partir de regras definidas por eles mesmos. Optou-se, então, pela elaboração de perfis dos bolsistas PQ com bolsas vigentes em 2016, ano que apresentava os dados mais completos e acessíveis. Diante das dezenas de CA, escolheu-se as áreas de Filosofia e Educação não por seu impacto orçamentário ou influencia na política de C&T do país, mas por questões concernentes a formação do autor, egresso de um Mestrado em Filosofia, assim como da natureza acadêmica do próprio Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências, ligado às áreas de Educação e Ensino.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Respaldo no que foi exposto, pode-se delimitar o objeto de pesquisa aqui tratado de modo ainda mais acurado: trata-se da prática social da avaliação por pares efetuada por certos elementos da comunidade científica brasileira no que tange a alocação de recursos públicos destinados ao fomento no contexto do CNPq. Contudo, ao se admitir uma certa “comunidade científica” como objeto de pesquisa não haveria o risco de se incorporar um conceito não-explicito do que seja “ciência”? Uma primeira resposta possível é admitir que diante da miríade de discursos internos a comunidade científica é impossível o estabelecimento de uma noção única do que seja ciência.

Esta maneira de tratar a questão sobre o que seja ciência passa pela admissão de que uma possível resposta, por modesta que seja, só pode ser descritiva e setorizada, abrindo mão de qualquer pretensão à universalidade. Infere-se então que haveria um teto máximo a ser atingido pela resposta à questão “o que é ciência?”, limitado ao que cada grupo pertencente à comunidade científica credita como sendo a sua própria idéia de cientificidade.

Mesmo considerando que fosse possível um catálogo exaustivo que reunisse todas as definições de ciência dadas por cada um dos grupos, não seria possível que a reunião de tais definições fechasse de uma vez por todas o conjunto possível do que é ciência. Uma primeira restrição adviria do fato de que muitas definições são intrinsecamente ligadas as práticas e objetos de cada grupo, sendo que os critérios de cientificidade das *hard sciences* raramente são aplicáveis e mesmo adaptáveis as Humanidades e as Ciências Sociais. Outro fator limitante seria a própria historicidade daquilo que é classificado como ciência ou pseudociência. Áreas consideradas legitimamente científicas podem perder tal *status* no decorrer do tempo, assim como áreas não-científicas podem ser aceitas no panteão de “ciências respeitáveis”. Os debates acirrados relativos à cientificidade da psicanálise e do marxismo que acompanham a ambas disciplinas desde inícios do século XX são exemplos clássicos deste problema¹.

A busca por uma definição de ciência que ambicione superar os limites acima apresentados é apropriada aos domínios da Filosofia da Ciência, e mais especificamente as tradições *normativas* do Kantismo, do Falsificacionismo e do Positivismo Lógico. A presente

¹ Sobre o problema da cientificidade da Psicanálise e do Marxismo, cf. Popper, 1980.

tese, inserida em uma tradição de pesquisa ligada a Sociologia e História da Ciência, acaba por abrir mão de tal pretensão.

Dito isso, uma possibilidade seria tentar abandonar o campo semântico ligado ao termo *ciência* e buscar um substituto mais amplo e sem os mesmos entaves epistemológicos. A princípio, o campo semântico ligado ao termo *pesquisa* pareceria mais flexível e inune aos imbróglios filosóficos envolvendo *ciência*. “Pesquisa” pode abranger desde estudos nas Artes Plásticas até a Física Nuclear, passando pelo Direito e a Medicina. Logo, “comunidade científica”, no contexto aqui tratado, referir-se-ia ao grupo social de pesquisadores, comumente ligados ao ambiente acadêmico-universitário, que elabora um sem número de discursos socialmente legitimados e ligados em diferentes graus a uma noção múltipla, ampla e setorizada de cientificidade.

Se a questão sobre o que é ciência foi contornada ao se modificar a definição de comunidade científica, surge de pronto outro problema: qual seria a natureza da legitimidade social que sustenta o reconhecido protagonismo dos cientistas na sociedade contemporânea? Para dois dos líderes da Revolução Científica dos séculos XVI e XVII, Francis Bacon (1561 - 1626) e René Descartes (1596 - 1650), o sucesso da ciência seria decorrente da superioridade de seu método e dos efeitos notáveis que a aplicação do mesmo teria sobre as relações entre Sociedade e Natureza.

Descartes preconizava a ciência como um conjunto de saberes “úteis à vida” que permitiria conhecer “a força e as ações do fogo, da água, do ar, dos astros, dos céus e de todos os outros corpos que nos cercam” a ponto de “[podermos] empregá-los da mesma maneira em todos os usos para os quais são próprios, e assim nos tornar como que *senhores e possuidores da natureza*” (DESCARTES, 1973, p. 43, grifo nosso).

Não seria a realização dessa promessa de fazer da humanidade “senhores e possuidores da natureza” um dos pressupostos centrais da legitimidade social dada à comunidade científica? Não é tal crença que se presume ao se recorrer a retórica política que relaciona causalmente os investimentos públicos em C&T e a prosperidade de um país? E o que legitima a existência de órgãos como o CNPq? Essa crença na capacidade redentora da ciência a muito superou os anseios cartesianos e parece já um ponto pacífico em uma sociedade na qual a aplicação tecnológica do método científico possibilitou acesso a bens tão diversos e desejados: *smartphones*, dietas (comprovadas cientificamente, inclusive), quimioterapia, automóveis, vacinas e, por que não dizer, redes sociais e ferramentas de busca na internet.

Mas se o caminho do progresso tem como condição *sine qua non* a admissão da ciência como uma espécie de mestra da vida, o que faz dela a portadora genuína da *Verdade*? A resposta também se encontra nos fundadores da ciência moderna. Ambos elaboraram sumas metodológicas², pois seria a partir do método que o discurso científico conseguiria resultados distintos e superiores dos atingidos pela arte e religião e o senso comum. Seria o método e sua objetividade que redundariam em

[...] um tipo de conhecimento fatural acerca da natureza capaz de dar acesso a uma série de possibilidades materiais de intervenção sobre os fenômenos tomados como objetos de investigação científica. As possibilidades de intervenção são verificadas sob condições experimentais controladas, de modo que conta como resultado científico à confirmação experimental da possibilidade de controle de eventos naturais (MARICONDA, 2006, p. 456).

Para Francis Bacon, um fenômeno pode ser “determinado como verdadeiro ou falso por *um método autônomo suficiente*, método que se assenta fundamentalmente naquilo que é dado aos humanos pela própria natureza” (MARICONDA, 2006, p. 454). Depreende-se então que o traço decisivo para o sucesso da ciência seria a associação entre o método, que permite uma descrição verdadeira e objetiva da natureza, e sua aplicação técnica³ tendo em vista a pretensão de controle da natureza.

Se a busca por uma *Mathesis universalis* nos termos de Bacon, Descartes ou Leibniz é um projeto abandonado pela filosofia e pela ciência, ainda assim ela indica que o traço distintivo do discurso científico é seu método ou, em outros termos, a sua prática – e conseqüentemente, um *ethos*.

Segundo o sociólogo Robert Merton (1910 – 2003), o *ethos* da ciência teria como marca distintiva a “colaboração social” focada na ação conjunta e bem integrada de seus membros (MERTON, 2013, p. 185). Uma simples consulta a *sites* de notícias parece corroborar essa imagem: “Após denúncia e críticas da *comunidade científica*, o governo de

² Descartes, *O Discurso do Método* (1637) e Bacon, *Novum Organum* (1620). Ambas obras tratam “[...] do método, necessário para a busca da verdade, [...] uma disciplina que difere das "matemáticas ordinárias", tomando, porém, seus exemplos nestas últimas, que são dela mais a vestimenta que as partes". Esta disciplina, intuitivamente percebida, por assim dizer, "deve (...) conter os primeiros rudimentos da razão humana e estender sua ação até fazer germinar as verdades de qualquer matéria"; ela "é preferível a todo outro conhecimento transmitido humanamente, visto que é a fonte de todas as outras" (PATY, 1998, p. 12). Tal pretensão a uma *Mathesis universalis* também foi perseguida por Leibniz.

³ “Essa aliança entre ciência e técnica, que tem em Galileu um de seus primeiros defensores, conduziu obviamente a uma caracterização inteiramente nova das próprias pesquisas científicas e de seus objetivos, a um novo estilo de sistematização e exposição. Na nova concepção de ciência, serão deixadas de lado as especulações desprovidas de relação com a experiência, abrindo espaço àquelas considerações teóricas (1) que podem conduzir a formulações de *leis naturais*, ao estabelecimento de *previsões*, à estipulação de *regras práticas* visando a ação e (2) que podem ser *controladas* pela experiência e pelas conseqüências práticas” (MARICONDA, 2006, p. 456).

Michel Temer repôs as verbas retiradas da área científica”, “O CNPq atende demanda da *comunidade científica* e cria Diretoria de Ciências Humanas e Sociais” ou “O CNPq soma esforços junto à *comunidade científica* nacional e mundial no combate ao vírus Zika”. A comunidade científica surge então como um agente capaz de efetuar demandas políticas e sociais específicas e com relevante impacto sobre outros grupos sociais. Entretanto, tal imagem não condiz com qualquer aproximação superficial a história da ciência. Esta é perpassada pelo confronto e disputa entre os cientistas e instituições. O que pode ser confirmado pelos notórios conflitos entre grandes nomes da ciência, tais como Niels Bohr e Albert Einstein, Isaac Newton e Gottfried Leibniz, Niccolò Tartaglia e Gerolamo Cardano, dentre inúmeros outros (HELLMAN, 2003).

Mesmo que aparentemente a comunidade científica “aja” como um agente social bem articulado e homogêneo, ela, assim como qualquer parte do *corpus* social, é “constituída por meio de atos de poder”, o que rompe com a idílica visão de “colaboração social” mertoniana. Tal princípio sociológico é devido a cientista política belga Chantal Mouffe que ressalta que “o poder não deve ser concebido como uma relação externa acontecendo entre duas identidades pré-constituídas, mas sim como constituindo as identidades elas mesmas” (MOUFFE, 2005, p. 19). Portanto, não se pode considerar a comunidade científica como um grupo social isento de historicidade, contradições, relações de poder e conflitos (internos e externos). O que não significa que as relações colaborativas estejam excluídas da comunidade científica. Institutos e grupos de pesquisa, são exemplos de organizações científicas formais baseadas na colaboração, assim como os “colégios invisíveis”⁴ que efetivam redes de relações informais entre pesquisadores. Em resumo, um *ethos* fundamentado apenas na “colaboração social” redundaria em uma representação dos cientistas como grupo social pacificado e coeso em suas ações, o que tem como consequência a criação de miragens epistemológicas ou mesmo ideológicas.

Depreende-se daí que se devem evitar as narrativas marcadas por um profundo senso apologético e quase que hagiográfico, no qual se “descreve o processo de perpetuação da ciência como uma espécie de partogênese” no qual ela engendra a si mesma “fora de qualquer intervenção do mundo social” (BOURDIEU, 2004, p. 20). Em contrapartida, não se deve coadunar com qualquer tipo de reducionismo sociológico que, em um sentido epistemológico diametralmente oposto, esvazia a ciência de toda e qualquer especificidade, tratando-a como

⁴ Robert Boyle (1627-1691) criou o termo “colégio invisível” – ou República das Letras – que se refere a um conjunto de pesquisadores dedicados a um mesmo tema, e que tem seus ‘encontros’ a distância, via correspondência. (CRANE, 1972).

“ciência escrava’, sujeita a todas as demandas político-econômicas” (BOURDIEU, 2004, p. 21). Neste caso, as análises acabam por padecer de uma espécie de fundacionalismo⁵ sociológico no qual os itens integrantes da prática e do discurso científicos seriam meros epifenômenos de uma verdade sociológica inescapável e essencial.

Desta forma, acreditamos que o conceito de *campo científico* (“*champ scientifique*”) de Pierre Bourdieu apresenta maior eficácia metodológica e heurística na abordagem da dinâmica social envolvendo os cientistas e suas interações. Segundo o historiador Roger Chartier, os campos para Bourdieu são “definidos a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação e construídos por redes de relações ou de oposições entre os atores sociais que são seus membros” (CHARTIER, 2002, p. 140). Em outros termos, a noção de campo diz respeito a uma parte da sociedade, a bem dizer, um microcosmo social com regras internas específicas que é ao mesmo tempo relacionado a outros campos no contexto social mais amplo. Seus integrantes, indivíduos ou instituições, lutam e buscam alcançar ou manter certas posições no campo. Um dos campos mais pesquisados pelo sociólogo francês é o campo científico. Segundo ele :

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1983, p. 122, grifos do autor).

O uso do termo “luta concorrencial” remete imediatamente o leitor a uma aproximação entre o campo científico e as relações econômicas, pois existiria uma disputa entre cientistas que visam o acúmulo de um certo tipo de bem – a “autoridade científica” – em permanente escassez, sendo que nem todos que a desejam podem tê-la. Contudo, o próprio Bourdieu (1983, p. 123) alerta que destacar tal aspecto do campo científico não pode nos induzir a descrevê-lo como uma espécie de reinos dos fins kantiano que “não conheceria senão as leis da concorrência pura e perfeita das idéias”. Se mesmo na economia real a eficácia da “mão invisível do mercado” em regular as trocas é posta em dúvida, não

⁵ O Fundacionalismo seria a descrição do mundo que teria a sua “justificativa epistêmica” composta por “duas camadas: alguns casos de justificação não são baseados em inferências, e logo são fundamentais, ao passo que todos os demais casos são inferenciais ou não fundamentais, na medida em que derivam, em última análise, da justificação fundamental” (MOSER, MULDER, TROUT, 2004, p. 102).

surpreende que distorções homólogas às “falhas de mercado”⁶ comuns ao capitalismo surjam também no seio do campo científico. Os oligopólios, cartéis e monopólios teriam seus equivalentes no mundo científico.

O capital a ser acumulado pelos integrantes do campo científico seria o “monopólio da autoridade científica” ou a “competência científica” que é “socialmente outorgada”, ou seja, é um processo no qual um grupo concede ao vencedor uma espécie de autoridade legitimada. Segundo Bourdieu, a luta pela autoridade científica é uma “espécie particular de capital social que assegura um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo e que pode ser reconvertido em outras espécies de capital” (BOURDIEU, 1983, p. 127).

Mas como é da natureza do capital, tal processo tende a acumulação⁷, o que gera uma hierarquia que coloca os cientistas com maior capital acumulado nos lugares centrais do campo que, ato contínuo, faz com que eles possam acumular ainda mais capital, pois podem influir cada vez mais nas regras do funcionamento do campo. Conseqüentemente,

A estrutura da distribuição do capital determina a estrutura do campo, ou seja, as relações de força entre os agentes científicos: a posse de uma quantidade (logo, de uma parte) importante de capital confere poder sobre o campo, portanto, sobre os agentes comparativamente menos dotados de capital (e sobre o requisito de admissão no campo) e comanda a distribuição das hipóteses de lucro (BOURDIEU, 2008, p. 53).

O que se tem é a formação de uma elite⁸ que, ao reproduzir cada vez mais seu capital simbólico acumulado, tende a retroalimentar sua perpetuação na posição dominante. O capital científico seria acumulado desde a formação escolar até o acesso a cargos

⁶ O conceito de “falha de mercado” foi desenvolvido na década de 1920 pelo economista inglês Arthur Pigou (1877 – 1959) em reação a política econômica do *laissez-faire*. Para ele, mesmo nos países mais desenvolvidos a distribuição de recursos entre os integrantes de uma comunidade apresenta imperfeições e obstáculos que prejudica a alocação eficiente de tais recursos. (CASSIDY, 2011, p. 118 – 128). Aliada a tal fenômeno tem-se a percepção que a existência de “concorrência perfeita”, na qual nenhum vendedor sozinho é capaz de influenciar os preços das mercadorias, é contradita pela formação de monopólios e oligopólios, os chamados “comportamentos anticompetitivos” (CHANG, 2014, p. 46). O que reforça ainda mais a homologia estabelecida por Bourdieu entre a dinâmica dos mercados no capitalismo e o campo científico.

⁷ Cf. HARVEY, 2011, p. 41.

⁸ Grupo “[...] cuja distinção se dá pelo uso de propriedades acumuladas de vários tipos [...] Essas propriedades diversas são, sobretudo, objetivadas na detenção de um capital cultural de espécie particular, ou seja, aquele produzido no espaço acadêmico, em um dado período de sua história, na vanguarda de seu desenvolvimento. Mas, também, pelo capital social que é pertinente à rede de relações estabelecidas durante a trajetória de formação acadêmica e profissional [...]” (HEY, 2008, p. 40).

administrativos, governamentais, controle sobre institutos de pesquisas, bolsas, consultorias, títulos e distinções, resultante de lutas anteriores (BOURDIEU, 1983, p. 133).

A dinâmica desta busca por acúmulo de capital redundaria na gestação de uma oposição básica entre dominantes e dominados, segundo Bourdieu. Os primeiros teriam a possibilidade de impor “sua representação de ciência mais favorável aos seus interesses”, pois estão comprometidos com o *status quo* do momento. Eles ditam as regras do jogo devido ao fato de constituírem “um ponto de referência reconhecido por seus concorrentes que, seja o que for que façam ou queiram, são obrigados a tomar posição relativamente a eles” (BOURDIEU, 2008, p. 60). Thomas Kuhn trata essa relação conflituosa no seio da atividade científica como sendo a “tensão essencial” entre grupos tradicionalistas – e que tendem à conservação do estado de coisas – e iconoclastas que buscam romper tal estado (KUHN, 1985, p. 226).

Apesar do uso de termos originados da teoria econômica, não existe nenhum traço de reducionismo econômico no conceito de campo científico. As aproximações, comparações, símiles e metáforas de origem econômica utilizadas possuem um caráter heurístico e analógico, não implicando compromissos ontológicos quanto a atividade científica. Segundo o sociólogo francês, o essencial da luta pela autoridade científica deve-se “ao fato de que os produtores tendem [...] a só ter como possíveis clientes seus próprios concorrentes” (BOURDIEU, 1983, p. 127). Logo, o próprio fato de os agentes integrantes do campo científico serem produtores e avaliadores de capital científico dos concorrentes na busca por acúmulo de capital rompe com a homologia perfeita entre campo científico e mercados. Em diferentes aspectos de sua prática profissional um cientista pode ser um avaliador de seus concorrentes e mais um a ser avaliado pelos outros, não havendo, desta forma, uma separação nítida entre o produtor e o consumidor no “mercado” científico.

Neste sentido, mais do que uma relação de antagonismo concorrencial de inspiração econômica, no qual se objetiva a destruição dos concorrentes, no campo científico, por mais que seus participantes busquem um maior acúmulo de capital científico eles necessitam da avaliação de seus pares-concorrentes. Daí se depreende que o campo científico segue um padrão não apenas econômico, mas que se aproxima das trocas de dádivas no sentido forjado pelo sociólogo e antropólogo francês Marcel Mauss (1872 – 1950). Cada cientista oferece aos outros pares-concorrentes novas informações, dados e interpretações para em troca receber o reconhecimento (BOURDIEU, 2008, p. 78). O que se coaduna com “o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e no entanto obrigatório e interessado, dessas trocas” (MAUSS, 2003, 188 - 189). Mauss defende que o fenômeno da dádiva implica que os

fundamentos das trocas sociais não são apenas materiais ou econômicos, mas sobretudo simbólicos, não sendo, portanto, apenas redutíveis a valores utilitaristas tais como cálculos, necessidades e vantagens econômicas. Neste sentido, Bourdieu afirma que

O campo, isto é, mais precisamente a economia antieconômica e a concorrência regulada da qual ele é o lugar, produz essa forma particular de *illusio* que é o interesse científico, ou seja, um interesse que com relação às formas de interesse correntes na existência cotidiana (e em particular no campo econômico) aparece como desinteressada, gratuita (BOURDIEU, 2004, p. 31).

Daí se depreende que o monopólio total – que visa a destruição dos antagonistas – seria o colapso do campo científico e de suas trocas “desinteressadas”. Portanto, a descrição mais adequada a dinâmica da luta concorrencial do campo científico não seria a do *antagonismo* e sim a do *agonismo*⁹.

Segundo a já citada Chantal Mouffe (2003, p. 16), relações de antagonismo pressupõe que o outro seja visto como um inimigo, e, portanto, deva ser destruído. Já relações agonísticas têm como elementos constitutivos adversários, que são “pessoas cujas idéias são combatidas, mas cujo o direito de defender tais ideias não é colocado em questão”. O adversário seria um “inimigo legítimo, com quem temos uma base comum” (MOUFFE, 2003, p. 20). O agonismo no campo científico se traduziria no *reconhecimento* necessário entre adversários que são concorrentes e avaliadores mútuos na busca pelo acúmulo de capital social.

Na própria descrição que Bourdieu faz do capital científico o conceito de reconhecimento é fundamental. Segundo o sociólogo francês, “o capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e *reconhecimento*) que consiste no *reconhecimento* (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico” (BOURDIEU, 2004, p. 26, grifos nossos). Em outro texto, a ligação entre capital científico e reconhecimento é novamente destacada: “o capital científico é uma espécie particular de capital simbólico, capital fundado no conhecimento e no reconhecimento” (BOURDIEU, 2008, p. 53).

Na dinâmica do campo científico é fundamental para cada um dos envolvidos que seu trabalho não deva ser interessante apenas para ele e sim deva ter relevância para seus

⁹ Segundo o helenista Gregory Nagy (2013, p. 509) *agōn* em grego antigo pode significar: a) encontro, reunião b) luta, disputa, combate, competição e, c) provação, calvário. Era de disputa como meio para se atingir a *Areté*, a “adaptação perfeita, excelência, virtude” (NAGY, 2013, p. 509). Contudo, seu significado mais comum entre os gregos era o de disputa, entendida como um meio para alcançar a imortalidade e a excelência que se coaduna com concepção helênica de que “o completo desenvolvimento do indivíduo depende na sua constante comparação e medição com os outros” (BURCKHARDT, 1999, p. 166).

concorrentes-avaliadores. Quanto mais reconhecimento dos concorrentes se adquire, mais se acumula capital científico, o que proporciona “autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também as suas regularidades, as leis segundo as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo” (BOURDIEU, 2004, p. 27)

O reconhecimento tem sido uma categoria que atraiu o interesse de um sem número de filósofos, psicanalistas e sociólogos desde, pelo menos, Hegel. No capítulo IV da *Fenomenologia do Espírito* no trecho conhecido como “Dialética do Senhor e do Escravo” se descreve a gênese da própria consciência individual e das relações sociais como conseqüência do embate intersubjetivo por busca de reconhecimento mútuo. Segundo Inwood (1997, p. 275):

Anerkennung [reconhecimento] envolve não simplesmente a identificação intelectual de uma coisa ou pessoa (embora pressuponha caracteristicamente tal reconhecimento intelectual), mas atribuição a essa coisa ou pessoa de um valor positivo, assim como a expressão explícita dessa atribuição. [Hegel está tratando] do problema de como nos *tornamos* uma pessoa plenamente desenvolvida pela obtenção do reconhecimento do nosso status por parte dos outros (grifos do autor).

Alexander Kojève em seus cursos durante os anos de 1930, retomou o conceito hegeliano de reconhecimento. Segundo ele,

[...] a realidade humana só pode engendrar-se e manter-se na existência como realidade reconhecida. Somente ao ser reconhecido por um outro, pelos outros e – no extremo – por todos os outros é que o Ser humano é realmente humano: tanto para ele como para os outros. Só ao falar de uma realidade humana reconhecida é que se pode, ao chamá-la humana, enunciar uma verdade no sentido forte do termo. Porque só nesse caso se pode revelar pelo discurso uma realidade (KOJÈVE, 2002, p. 17 – 16).

Sua influência pode ser sentida em “duas gerações de filósofos: a ‘geração marxista de 1945’, de Sartre e Merleau-Ponty, e a ‘geração nietzschiana’ de 1960, de Foucault e Deleuze” (MIDDELAAR, 2015, p. 12), assim como na psicanálise, por meio de Lacan (ŽIŽEK, 1991, p. 76).

Partindo da mesma matriz hegeliana, mas inserido na tradição da Escola de Frankfurt, Axel Honneth em sua obra *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, de 1992, também retoma o conceito de reconhecimento. Diante das aporias da Dialética Negativa¹⁰, Honneth busca a construção de uma teoria social fundamentada na

¹⁰ “A dialética negativa, à semelhança do que fez Hegel, toma a contradição interna como a mediação fundamental na passagem de um momento a outro na constituição do conhecimento. Sem a negação não haveria

concepção de que o reconhecimento intersubjetivo teria um “papel fundamental na nossa transformação em sujeitos sociais e morais autônomos” sendo que tal fato se encontra no cerne da sociabilidade moderna e seus conflitos (SINNERBRINK, 2017, p. 168). Para ele

[...] a reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma autorrelação prática quando os aprendem a se conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários sociais” (HONNETH, 2003, p. 155).

Para além do âmbito individual e psicológico, a sociedade moderna pode ser interpretada como uma arena na qual se estabeleceu uma permanente luta por reconhecimento: os mais diversos grupos sociais para sobreviverem devem desenvolver a capacidade de influenciar a esfera pública de modo a ter sua concepção de vida reconhecida e poderem adentrar ao sistema de referência moral da comunidade no qual se encontram. Ou seja, as lutas, sejam no âmbito familiar, político e social são, na visão de Honneth, e na esteira de Hegel, lutas por reconhecimento. (HONNETH, 2003). Luta essa que, em consonância com a visão agonística de Chantal Mouffe, não visa a destruição do outro, pois sem esse outro chega-se ao ponto no qual os envolvidos na luta “terão destruído então a fonte do reconhecimento de que precisam para confirmar sua visão de si como pessoas” (SINGER, 2003, p. 84).

De modo a sintetizar toda essa *tour de force* teórica efetuada até aqui, pode-se considerar que a pesquisa que resultou na presente tese insere-se na esfera das disciplinas da história e da sociologia da ciência e, portanto, se desobriga a adotar uma definição normativa do que seja ciência. O objeto aqui tratado refere-se a prática social da avaliação por pares conforme efetuada por certos elementos da comunidade científica brasileira no que tange a alocação de recursos públicos destinados ao fomento no contexto do CNPq. Tal prática executada pela citada comunidade pode ser mais bem compreendida quando analisada a partir do conceito de campo científico de Pierre Bourdieu, pois este focaria não em compromissos ontológicos fortes sobre o que deveria ser ou não ciência e sim na práxis dos cientistas. A dinâmica dessa práxis seria ditada pela luta entre pares – luta essa de caráter agonístico e não antagonístico – tendo em vista a acumulação por cada um de seus elementos integrantes de maior capital simbólico, no caso, reconhecimento pelos próprios concorrentes. Tal dinâmica se materializa nas práticas da avaliação por pares típicas do cotidiano dos cientistas/pesquisadores: participação em bancas de avaliação, conselhos editoriais de

dialética alguma. Contudo, em contraposição a Hegel, Adorno insiste no momento da negatividade, por não aceitar a identidade absoluta entre o conceito e seu objeto” (ZUNIN; PUCCI; LASTÓRIA, 2015, p. 57).

revistas, comitês de assessoramento em órgãos de fomento, resenhas de artigos ou livros, nomeações para candidaturas para prêmios.

4 AVALIAÇÃO POR PARES: CONCEITUAÇÃO, TIPOLOGIA E CRÍTICAS

A aceitação de um *paper*, a concessão de um apoio financeiro para um projeto de pesquisa e a obtenção de uma bolsa passam necessariamente pela avaliação por pares¹¹. Ela é vista como uma ferramenta indispensável na garantia de confiabilidade e validade do conhecimento científico. (BORNMANN, 2011). A avaliação por pares é um instrumento de regulação tanto da literatura científica, ao fazer um dos filtros entre manuscritos e textos publicados, como no controle e distribuição dos recursos financeiros essenciais à prática científica (HACKETT; CHUBIN, 2003, p. 9). Ela pode ser considerada o modo pelo qual a qualificação, a legitimidade e a eficácia de um discurso científico são ajuizadas por indivíduos semelhantes ao emissor do discurso, o que acaba fazendo dela “o sistema de controle de qualidade científica” (KERN; SARAIVA; PACHECO, 2003, p. 38).

Para Campanario (2002, p. 204) o processo de avaliação por pares sustenta-se no tripé *paridade, pluralidade e anonimato*. A avaliação deve ser feita por um *par*, sendo que no contexto da ciência, o par é um especialista do mesmo campo de atuação (VELHO, 1997, p. 23). Tal exigência torna-se mais premente em função da extrema especialização da ciência contemporânea, que obriga o julgamento entre pares ser exercido em um contexto de elevado grau de expertise técnica e formal (DAVYT, VELHO, 2000, p. 96). Mais que um indivíduo, a avaliação deve ser *plural* e, portanto, feita por mais de um par, de modo a dirimir idiosincrasias individuais e permitir que vários olhares de especialistas possam emitir um julgamento mais confiável do texto. E, por fim, o *anonimato* do autor e do árbitro garantiria uma maior independência da análise efetuada.

Existem três tipos básicos de avaliação por pares, cada uma centrada em diferentes etapas da pesquisa, seja ela por fazer (*ex ante*), já feita (*ex post*) ou ainda em realização (BORNMANN, 2013, p. 01). A avaliação *ex ante* centra-se em propostas na qual se avalia o desempenho possível em se empreender uma pesquisa ainda não realizada. Nas últimas décadas a avaliação *ex ante* foi necessariamente incorporada às ferramentas de gestão de políticas públicas na área de C&T. “Com base nesta premissa, o julgamento por pares tem sido amplamente utilizado pelas agências financiadoras – governamentais e privadas – para

¹¹ Vários termos são utilizados para a atividade de avaliação – revisão, revisão por pares, sistema de arbitragem, sistema de avaliação de originais, avaliação por pares, parecer ou *peer review* – assim como para designar quem avalia artigos submetidos à publicação: revisor, revisor *ad hoc*, parecerista, avaliador. Cf. SALGADO; CLARES. 2015, p. 678.

alocar recursos a indivíduos ou grupos que apresentam propostas de pesquisa” (DAVYT; VELHO, 2000, p. 65). Já a avaliação *ex post* trata da ‘capacidade demonstrada’ no qual o que está em jogo é o trabalho já realizado pelo pesquisador avaliado. Neste mesmo contexto de financiamento, tornou-se necessária a criação de avaliações parciais tendo em vista o acompanhamento da execução das pesquisas no momento em que elas ainda não atingiram sua consumação.

Já quanto a relação entre avaliadores e avaliados, apresentam-se três tipos básicos de avaliação: aberto (*open peer review*), simples-cego (*single-blind*) ou duplo cego (*double-blind*). Segundo Trzesniak e Koller (2009, p. 91) “No primeiro caso, os autores sabem quem são as pareceristas e vice-versa. No segundo, os consultores têm conhecimento de quem são os autores, mas não o inverso. No terceiro, o anonimato é mantido para ambas as partes”.

4.1 Limites e críticas aos modelos de avaliação por pares

Os limites da avaliação por pares parecem nascer da própria estruturação e dinâmica do campo científico. Em linhas gerais, “o juízo dos pares funciona bem nos regimes de ‘concorrência perfeita’ e é falho nos casos de ‘oligopólio’” (CASTRO E SOARES, 1986, p. 154) e levando em conta a já citada natureza da acumulação de capital científico, assim como a dinâmica de trocas e de mútuas avaliações no qual ele se insere, regimes de concorrência perfeita são exceção na atividade científica. Segundo DAVYT e VELHO (2000)

A caracterização de ‘sistema fechado e tendencioso’, seja deliberadamente ou não, refere-se aos desvios a favor de, por exemplo, redes elitistas de *old boys* (cientistas com visões comuns sobre a sua área de pesquisa, colegas ou ainda amigos), ou apenas a favor de pesquisadores muito reconhecidos, situados nas universidades de maior prestígio (“efeito halo”). Isso é vinculado aos desvios em detrimento de um ou outro grupo: minorias étnicas, mulheres, pesquisadores jovens, pesquisadores de centros acadêmicos de menor prestígio etc.

Há algumas décadas, tais críticas têm sido corroboradas com base em pesquisas empíricas que descrevem situações-problema na qual valores estranhos à qualidade científica do manuscrito/projeto apresentado acabam sendo determinantes no resultado final da avaliação.

Segundo Harding (2002) a avaliação por pares nos moldes atuais padece de uma série de pontos cegos, especialmente quanto a detecção de fraudes, tais como: fabricação de dados, falsificação de resultados, plágio e redundância (quando uma mesma investigação gera diferentes artigos sem nenhuma diferença substancial entre eles). O mesmo problema quanto a qualidade das avaliações foi detectado por Benos et al. (2007): o artigo arrola inúmeras pesquisas empíricas nas quais deficiências metodológicas e estatísticas intencionalmente introduzidas em manuscritos não foram detectadas pela grande maioria dos pareceristas.

No ano de 1982, foi publicado na *Behavioral and Brain Sciences* o artigo “Peer-review practices of psychological journals: The fate of published articles, submitted again” de Douglas Peters e Stephen Ceci (PETERS; CECI, 1982) no qual a eficácia da avaliação por pares das revistas científicas foi duramente questionada. Foram enviados 12 manuscritos já previamente publicados para as mesmas revistas que os haviam aceito. Além de pequenas mudanças textuais, os autores e as suas instituições foram modificados. Os resultados foram estarrecedores: de um conjunto de 38 avaliadores, apenas três detectaram a duplicidade. Nove artigos foram reavaliados, oito foram recusados com justificativas que apontavam problema metodológicos graves. No mesmo diapasão, Cole; Cole e Simon (1981) constaram que as avaliações feitas por diferentes revisores especializados na mesma área apresentavam enormes e injustificadas discrepâncias para as mesmas propostas de financiamento.

Tanto “Gender factors in reviewer recommendations publication” de M. E. Loyd de 1990 (LLOYD, 1990) como “Gender bias in scholarly peer review” (HELMER; SCHOTTDORF; BATTAGLIA, 2017), artigos separados por 27 anos, detectaram a interferência de viés de gênero na avaliação por pares. No primeiro deles, os resultados identificaram que revisoras foram significativamente menos propensas a aceitar a versão masculina do manuscrito (10%) em comparação com a versão do sexo feminino (62%) – sendo que em ambos os casos eram o mesmo texto. Já o artigo de 2017 mostra que além da subrepresentação das mulheres no processo de *peer review*, editores de ambos os gêneros acabam por privilegiar propostas/manuscritos de autores do mesmo gênero, fenômeno chamado de “homophily”¹².

Triggle e Triggle (2007, p. 43) citam pesquisas no qual transparece a diferença entre análises no qual os autores e suas instituições permanecem sob anonimato e outras no qual os nomes, países de origem, universidade e laboratórios eram de conhecimento do avaliador. Ou

¹² Sobre “homophily” cf. MCPHERSON; SMITH-LOVIN; COOK, 2001.

seja, uma avaliação pode ser enviesada por diversos fatores, tais como nacionalidade, gênero, instituição de origem ou até mesmo quando o avaliador e o autor pertencem a escolas ou grupos intelectuais antagônicos (ROWLAND, 2002, p. 251).

Mesmo idéias inovadoras têm sofrido resistência de revisores e editores. Segundo Lee et al. (2013, p. 09) os revisores por vezes padecem de um viés conservador que acaba por rechaçar trabalhos fora dos parâmetros aceitos, mesmo que sejam cientificamente relevantes. Os casos de Hans Krebs, com a descrição do ciclo do ácido cítrico, e de Barbara McClintock, com a descoberta da transposição genética, são exemplares rematados deste caso: ambos foram agraciados com Prêmios Nobel por trabalhos rejeitados anteriormente por uma revista do gabarito da *Nature* (KILWEIN, 1999). Similarmente, mesmo trabalhos interdisciplinares acabam por sofrer rejeição injustificada por parte de avaliadores que rechaçam tal tipo de pesquisa (LEE et al., 2013, p. 10).

Apesar de avaliações do tipo *double-blind* serem comumente vistas meios de garantir maior objetividade nas decisões editoriais, em “uma pesquisa com cerca de 1.500 editores em química, inúmeros entrevistados afirmaram que a avaliação duplo-cego foi inútil, porque o conteúdo e as referências davam sinais claros quanto a identidade do autor” (LEE et al., 2013, p. 10). Ou seja, em áreas caracterizadas por uma extrema especialização o anonimato não é totalmente garantido no caso do método *double-blind*, pois até mesmo sinais internos aos manuscritos apresentados – como referências a pesquisas anteriores ou até o próprio estilo textual – podem indicar a autoria.

Pesquisa feita por Mahawar (2009) chega a conclusão de que, apesar do uso hegemônico da avaliação por pares, persiste um grande ceticismo no seio da comunidade científica quanto a sua real eficácia. A partir de um levantamento feito com autores que haviam publicado artigos para dois reconhecidos periódicos durante os anos de 2001 a 2006, constatou-se que apenas 1,5% deles acreditavam que a avaliação por pares conseguiria detectar invariavelmente fraudes, assim como apenas 3,3% confiavam que os avaliadores têm tempo hábil para analisarem com o rigor adequado os manuscritos que lhes são conferidos. Para 90%, a avaliação por pares seria apenas mais um entrave na disseminação do conhecimento científico.

A relação ambígua que a comunidade apresenta diante da avaliação por pares pode ser ilustrada quando os resultados acima citados são contrapostos a uma pesquisa citada por Rowland (2002, p. 249) no qual 70% dos entrevistados estavam “satisfeitos” ou “muito

satisfeitos” com o atual sistema, enquanto 52% afirmavam que viam o mesmo sistema como um obstáculo para publicarem. Lee et al. (2013, p. 10) apresentam os seguintes dados: 93% discorda da afirmação de que a avaliação por pares é desnecessária; 85% acredita que ela beneficia a comunicação científica; e 83% acreditam que "sem revisão por pares não haveria controle".

Kyvik e Langfeldt (2011, p. 203) chegam a se referir a uma “espiral de avaliação” ao descreverem como os procedimentos avaliativos entre pares perpassam praticamente todas as esferas da atividade científica, tais como: análise de projetos em busca de subvenção estatal ou privada, análise de propostas para conferências, avaliação de manuscritos de artigos ou livros, designações para prêmios, bancas de mestrado, doutorado ou TCC, resenhas e consultorias científicas para órgãos de fomento. Tal situação acarretaria tensões e conflitos entre o ato de avaliar e a própria pesquisa a qual cada cientista se encarrega. Para muitos pesquisadores mais tempo gasto em avaliar significa menos tempo para se dedicar a própria pesquisa (KYVIK, S.; LANGFELDT, 2011, p. 203).

Diante de tal panorama, surgem propostas de melhorias no processo de avaliação por pares. Campanario (2002) chega a sugerir a abolição definitiva dos revisores, optando por uma total abertura dos manuscritos – via internet, por exemplo – no qual a revisão seria feita pela própria comunidade como um todo. Seria, segundo Lee et al. (2013, p. 11), um *a posteriori peer review* tal como realizada pela revista canadense *Open Medicine*. A avaliação seria continuada após a publicação com a abertura de mecanismos que permitiriam comentários dos leitores. Ou mesmo uma combinação entre a avaliação anônima e comentários públicos *ex post*. A diferença entre a avaliação por pares tradicional e uma avaliação aberta pós-publicação pode ser sintetizada no fato de que na primeira um pequeno grupo julga o artigo enquanto na segunda potencialmente toda a comunidade interessada pode agregar comentários e críticas (ROWLAND, 2002, p. 254).

Alguns pesquisadores chegam a propor uma radicalização ainda maior da transparência nas relações entre autores e revisores. Rigby, Cox e Julian (2018) defendem que os revisores sejam creditados nos artigos por suas contribuições assim como os próprios autores exponham formalmente como seu trabalho se beneficiou das sugestões dos revisores. A revista *eLife*, da área de biomedicina, publica após cada artigo a decisão editorial assim como a resposta do autor¹³. Recentemente, alguns pesquisadores tem elaborado pesquisas que

¹³ Segue o texto padrão que acompanha os artigos publicados pela *eLife* “No interesse da transparência, a *eLife* inclui a carta de decisão editorial e as respostas de autores que o acompanham. Uma versão levemente editada da

tentam avançar no uso de Inteligência Artificial como uma ferramenta auxiliar dos editores na avaliação dos manuscritos submetidos (GHOSAL et al., 2018).

Outra possibilidade, aventada por autores como Harding (2002) e Campanario (2002) seria o fim do anonimato dos pareceristas, de modo que os autores saibam quem está avaliando seu manuscrito ou projeto. Tal transparência exigiria maior responsabilidade e seriedade por parte dos avaliadores, contudo um dos argumentos em defesa do anonimato dos revisores seria que apenas ela os protegeria de eventuais retaliações por parte dos autores avaliados. Em função disso, teme-se que a quantidade de revisores poderia diminuir drasticamente diante da divulgação de seus nomes¹⁴ (TRIGGLE; TRIGGLE, 2007, p. 40). Entretanto, estudos empíricos como o de WALSH et al. (2000) compararam os resultados de avaliações nos moldes tradicionais e de outras que suprimiram o anonimato e não detectaram diferenças substanciais.

Em contraposição a conjuntura apresentada, Davyt e Velho (2000, p. 50) afirmam que as críticas à avaliação por pares pressupõem um grau de objetividade e desinteresse humanamente impossíveis, sendo que “estas críticas centram-se na idéia do cientista ‘neutro’, capaz de julgar de forma imparcial com base exclusivamente em seu conhecimento técnico”.

Ou seja, problemas citados na avaliação por pares podem ser dirimidos, mas não neutralizados, pois são intrínsecos a própria estrutural mental humana. No mesmo tom, o psicólogo Sílvio Botomé (2011, p. 340) declara que

O contexto de qualquer avaliação de um trabalho é um conjunto de comportamentos humanos como quaisquer outros, [...] Envolve sempre critérios políticos e até pessoais, mesmo que inconscientes por parte de quem realiza a “avaliação”. Informações mínimas ou sutis a respeito de quem fez o trabalho ou de suas preferências filosóficas, ideológicas, políticas, teóricas e até mesmo pessoais acarretam tendências, que também podem ser sutis e inconscientes, para menosprezar certos tipos de informação e a supervalorizar outros, quando não a ignorar completamente alguns, [...].

Não obstante todas as variáveis que envolvem o debate a respeito da avaliação por pares, o atual sistema é produto de um secular processo de desenvolvimento. Portanto, faz-se necessário esclarecer os principais momentos históricos que resultaram no modelo vigente.

carta enviada aos autores após a revisão pelos pares é mostrada, indicando as preocupações mais substantivas; comentários menores geralmente não estão incluídos. [Nota dos editores: uma versão anterior deste estudo foi rejeitada após a revisão pelos pares, mas os autores apresentaram a reconsideração. A primeira carta de decisão após a avaliação por pares é mostrada abaixo.]” (GOULD et al., 2018).

¹⁴ Essa hipotética queda na oferta de pareceristas poderia ser diminuída no caso da criação de sistema de recompensas e/ou remuneração financeira para os mesmos. Para uma proposta deste sistema cf. Copiello, 2017.

5 BREVE EXCURSO HISTÓRICO I: SOBRE A TRAJETÓRIA DA AVALIAÇÃO POR PARES

Pode-se considerar que a avaliação por pares deita suas raízes no mesmo terreno histórico que deu origem à filosofia e à ciência: a Pólis grega dos séculos VIII – V a.C. Nele se encontra a criação de uma instância de debates públicos na qual o uso da palavra que visa o convencimento dos cidadãos por outros cidadãos – em uma relação de poder horizontal e isonômica – rompe com o modelo político vertical, mítico e hierárquico das monarquias micênicas que antecederam às *pólis* democráticas. Segundo o helenista Jean-Pierre Vernant

No lugar do Rei cuja onipotência se exerce sem controle, sem limite, no recesso de seu palácio, a vida política grega pretende ser o objeto de um *debate público* [...]. O Estado é a questão comum: no lugar das antigas cosmogonias associadas a rituais reais e a mitos de soberania, um pensamento novo procura estabelecer a ordem do mundo em *relações de simetria, de equilíbrio, de igualdade entre os diversos elementos que compõem o cosmos* (VERNANT, 2002, p. 11, grifos nossos).

Tal mudança na visão de mundo dos gregos teve como um de seus efeitos a substituição da palavra sagrada e ritualística da realeza, que se impõem por si mesma sem questionamento a partir dos palácios, pela disputa pública, a *diáphora*, na ágora ou na Assembléia. Disputa fundada na capacidade persuasiva do cidadão diante de *seus pares* via argumentos e provas evidentes a todos os presentes. (LORAUX, 2009, p. 137-156). Sem tal ruptura, a ciência e a filosofia, conforme foi praticada nos milênios subseqüentes no Ocidente, seriam impossíveis.

Deste fato não se infere que as práticas atuais da avaliação por pares nasceram prontas neste momento histórico, mas apenas que a naturalização dos saberes iniciada na pólis grega foi a condição necessária para que se constituísse a possibilidade de uma prática na qual a verdade se estabelece em termos da comunidade de iguais, dispensando verdades míticas e/ou sobrenaturais. De todo modo, a democracia helênica é condição necessária histórica, mas não suficiente, para a constituição do chamado campo científico.

A avaliação por pares propriamente dita tem suas origens nas Academias Científicas criadas na Europa durante o século XVII. Não sendo propriamente institutos de pesquisa em sentido hodierno, eram ambientes no qual “homens eruditos” se reuniam com a finalidade de troca de informações, debates sobre hipóteses, realização coletiva de experimentos e, sobretudo, onde eles emitiam “avaliações e juízos sobre experimentos e relatos apresentados

pelos sócios e por indivíduos externos ao grupo” (ROSSI, 2001, p. 371). A primeira dessas sociedades científicas, a *Accademia Nazionale dei Lincei*, fundada em 1603 em Roma, já colocava seus integrantes sob a exigência de “submeter os produtos do engenho à crítica dos outros e a um controle público” além da elaboração de regras de comportamento dos seus participantes (ROSSI, 2001, p. 372). Tais sociedades científicas seriam, segundo John Henry (1998, p. 45) “arenas para trabalhos avançados, inovadores [...] proto-institutos de pesquisa, em uma época em que as universidades eram apenas organizações de ensino”.

Décadas depois, as intensas querelas envolvendo a *Respublica litterarum* (República das Letras) formada por cientistas, filósofos e literatos deu início ao secular processo de transição das cartas trocadas entre seus integrantes para as revistas científicas. Figura central neste processo foi Robert Boyle, um dos responsáveis pela concepção de que os relatórios científicos devem

[...] dar ao leitor a impressão de que estava lá. O objetivo disso era multiplicar as testemunhas do evento real, transformando-as em “testemunhas virtuais”. Essa era uma maneira de contornar o problema do testemunho: por que se acreditaria nesses relatos? As testemunhas virtuais eram levadas a sentir que sabiam tanto sobre o cenário e o procedimento experimentais como se elas próprias tivessem a testemunhado efetivamente (HENRY, 1998, p. 50).

No ano de 1665, a *Académie des Sciences de Paris* e a *Royal Society de Londres*, criaram seus respectivos grupo de editores – pesquisadores de competência reconhecida pelos demais associados –, que avaliavam a qualidade dos manuscritos enviados para a publicação nas revistas de cada instituição, respectivamente, o *Journal des Sçavans* e o *Philosophical Transactions* (BORNMANN, 2013).

Essa prática não servia apenas a uma mera auto-legitimação do grupo envolvido. Desde Francis Bacon, a Filosofia Natural – termo aplicado à época ao que hoje classificamos como ciências – começou a ser vista como um empreendimento que visa o bem comum e que deve, portanto, servir ao Estado (MARTIN, 1992, p. 154). A partir do século XVII pode-se detectar uma confluência de interesses entre os nascentes Estados nacionais e os cientistas – sem contar agentes privados como a Família Médici – na qual a busca por financiamento de uns se encontrou com a necessidade institucional dos préstimos de cientistas, engenheiros e técnicos. Para tanto,

[...] os detentores do poder de decisão – príncipes, outros patronos, governos ou os próprios cientistas – sentiram necessidade de assessoria para tomar decisões. Desenvolveu-se, então, uma tradição em que tal assessoria seria solicitada aos ‘pares’, isto é, aos colegas daquele que estava em julgamento (colegas estes que, freqüentemente, competem com o julgado pelos mesmos recursos e recompensas: financiamento, premiações, espaço editorial, posições profissionais etc.) e que, por sua formação e experiência, fossem capazes de emitir opinião informada e confiável. (DAVYT, VELHO, 2000, p. 95).

O fato é que os recursos disponibilizados pelos “patronos” entre os envolvidos são escassos o que demanda o estabelecimento de critérios de distribuição, daí a necessidade de se buscar a avaliação de projetos ainda não realizados e que demandam uma análise de risco por parte do financiador (BAUMGARTEN, 2004, p. 34).

Tal relação entre ciência e Estado atingiu um ponto de virada séculos depois após o encerramento da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). O papel fundamental que os engenheiros e cientistas tiveram nos dois conflitos que marcaram o planeta na primeira metade do século XX fizeram com que o apoio estatal as atividade de C&T adquirisse valor estratégico para os governantes dos países desenvolvidos. Tornou-se corrente a crença de que investimentos na ciência resultariam em bem-estar social para a população como um todo, especialmente no contexto do capitalismo baseado na ampliação de bens de consumo.

O estabelecimento deste procedimento para a alocação de recursos tem seu marco inicial no relatório de Vannevar Bush (Diretor do *Office of Scientific Research and Development* do governo americano), “Science: the endless frontier”, entregue ao presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, em 1945. Nele se estabelece uma espécie de conciliação de interesses entre Ciência, Estado e Mercado baseado no modelo linear de inovação no qual a pesquisa científica básica é vista como uma dos fundamentos para o desenvolvimento econômico, pois caso ela seja ignorada, a indústria e, conseqüentemente, o mercado de bens de consumo entraria em colapso (BUSH, 1945). Para Trigueiro (2001, p. 37) iniciou-se a partir daí uma “combinação de interesses e de necessidades específicas, uma forma de mutualismo, que dão sentido e coerência a todo o processo em que constitui e consolida a nossa base científico-tecnológica”.

Este período é quando se estabelece, nas palavras de Michael Polanyi (1974), a “República da Ciência” no qual agências de fomento estatais surgem do encontro entre burocratas, representando interesses governamentais, e cientistas buscando recursos para suas

pesquisas. Instaura-se um campo de conflitos no qual ministérios, agências de fomento, indústrias, universidades, grupos de pesquisa e cientistas disputam espaço institucional, capacidade decisória e, obviamente, recursos financeiros. (RIP, 1994, p. 3 – 4). Em tal “República” os cientistas ocupavam um lugar de suma importância em função de seu *status* epistêmico, por assim dizer. Segundo Joelmo de Oliveira (2016, p. 131) “o papel dos cientistas nesse paradigma de política vai além do exercício de autoridade cognitiva; eles atuam como reguladores políticos do processo decisório, definindo tanto a agenda temática de fomento quanto as estratégias de implementação”. Vale lembrar o que foi dito acima sobre as relações entre o método científico e as promessas da modernidade quanto ao “domínio da natureza” como a ideologia que legitima o papel ocupado pelos cientistas neste novo contexto¹⁵.

Este momento histórico permitiu que a comunidade científica efetuasse o que Peter M. Haas (1992) chama de “confisco administrativo”, ou seja, o apoderamento por parte de cientistas de cargos burocráticos no qual o conhecimento especializado científico é aplicado na gestão estatal dos recursos de fomento científico. Para Dagnino (2006): “a política de ciência e tecnologia parece ser, em todo o mundo, a política pública mais eficazmente ‘capturada’ pelo seu ator central - a comunidade de pesquisa” a ponto dela atuar como se tal política fosse de sua “propriedade”. Essa propriedade seria legitimada pela percepção geral de que “a linguagem e o método científico [são] inacessíveis à parcela mais ampla da sociedade” e desta condição surge “o controle absoluto da tecnocracia, formada quase que exclusivamente pelos próprios cientistas, sobre as decisões de natureza científica e tecnológica, vista como um desdobramento inevitável de uma sociedade tecnológica complexa” (DIAS, 2005, p. 7). Neste momento de “apoderamento” do aparelho estatal de fomento, a avaliação por pares se impõe como a ferramenta decisória básica no manejo de recursos da política de C&T.

¹⁵ Cf. supra p. 13 e 14.

6 BREVE EXCURSO HISTÓRICO II: SOBRE A TRAJETÓRIA DO CNPQ

E neste contexto de “confisco administrativo” e burocratização de parte da comunidade científica é que se deve situar a criação do CNPq em 1951. Além disso, não se pode ignorar o impacto da Guerra Fria na geopolítica mundial¹⁶. A corrida armamentista demandava investimentos nunca antes vistos em tecnologia de ponta, assim como a ampliação do Estado de Bem-Estar Social na Europa Ocidental e expansão do mercado de massa nos EUA (ARANTES, 2014, p. 52). Não causa espanto que foi um órgão militar, o *Office of Naval Research (ONR)*, ligado ao *United States Department of the Navy*, que tenha estabelecido o primeiro processo sistemático para fomento via avaliação por pares na *Pennsylvania State University*. (BORNMANN, 2011, p. 205).

Mesmo nos países da periferia do capitalismo global, o apoio estatal ao desenvolvimento científico logo entrou na ordem do dia. No âmbito brasileiro, esse foi o impulso que levou a criação de órgãos como Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e CNPq. Além da pressão interna já existente advinda dos grupos de pesquisadores locais, organismos internacionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA) ou a Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO) tiveram um papel importante em tal processo¹⁷.

A criação de um órgão estatal de apoio a ciência nos moldes do CNPq remonta a República Velha (1889 – 1930). Mas apenas a partir da Era Vargas (1930 – 1945), tanto partes do governo como alguns grupos da sociedade civil, como por exemplo, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) envidaram esforços para a criação de um órgão que garantisse “uma política de Estado e financiamento da pesquisa científica” (FONSECA, 2013, p. 254). O

¹⁶ Para Jonathan Crary “[...] a Segunda Guerra Mundial, em seu caráter destrutivo e impacto global, foi um evento de homogeneização sem precedentes, no qual ultrapassados territórios, identidades e tecidos sociais foram destruídos por completo [...] A Segunda Guerra Mundial foi o cadinho no qual novos paradigmas de comunicação, informação e controle foram forjados, e no qual as conexões entre pesquisa científica, corporações transnacionais e poder militar forma consolidadas” (CRARY, 2014, p. 76 e 77). A reconfiguração mundial que se deu durante a Guerra Fria partiu da *tabula rasa* material e social deixada pela guerra.

¹⁷ “Uma das diretrizes centrais das políticas promovidas pelos organismos internacionais [...] para estes países, conjugada às pressões das incipientes comunidades científicas locais, foi a criação de conselhos de pesquisa. [...] A Unesco, por outro lado, organizou conferências em distintas regiões do mundo; na América Latina denominou-se Castala (Conferência sobre a Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento na América Latina), e teve lugar em 1965 com a participação de especialistas e representantes das comunidades científicas e dos governos dos diferentes países da região” (DAVYT e VELHO, 2000).

que era encorajado pela existência em outros países de órgãos como o *Conseil Supérieur de la Recherche Scientifique* (CSRS) francês ou, nos Estados Unidos, do *National Science Foundation* (NSF) ambos com a atribuição de alocar recursos governamentais para a área de C&T.

Além do contexto internacional da Guerra Fria, deve-se atentar para o contexto brasileiro marcado pelo nacional-Desenvolvimentismo¹⁸. Para compreendê-lo, deve-se ter em mente a concepção do historiador e cientista político Benedict Anderson sobre nações serem antes de tudo “comunidades imaginadas”. Para ele, nações

[...] são imaginadas porque mesmo os membros das menores nações nunca irão conhecer a maioria dos seus companheiros, encontrá-los, ou mesmo ouvi-los, ainda que nas mentes de cada um exista a imagem da comunhão deles. [...] De fato, todas as comunidades maiores que as vilas de contato cara-a-cara (talvez mesmo nestas) são imaginadas. Comunidades devem ser distinguidas, não por sua falsidade/autenticidade, mas pela forma como foram imaginadas (ANDERSON, 2008, p. 6).

No caso brasileiro, a comunidade imaginada comungava a crença, segundo a expressão do escritor austríaco Stefan Zweig do “País do Futuro” – síntese de tal mitologia nacional. Desde a derrocada da escravidão em fins do século XIX havia a percepção entre partes da elite política e da intelectualidade de que o Brasil era um país jovem e destinado a grandeza. Esta visão era acompanhada pela ansiedade deste destino não se consumir. Ainda no Oitocentos, Joaquim Nabuco criticava a “procrastinação das elites, cuja a letargia escravista arriscava nos deixar de fora dos benefícios da Segunda Revolução Industrial” (ARANTES, 2004, p. 27). A própria narrativa histórica brasileira reflete essa mentalidade nacional dual no qual a história nacional é marcada pelos “milagres econômicos” (Ciclo do Ouro, Era Vargas, Milagre Econômico e Era Lula) em contraponto a períodos de estagnação e ausência de perspectiva, tais como os anos 1980 – a Década Perdida – e, por que não dizer, o atual cenário pós-Lulismo.

A política industrial da Era Vargas foi assentada nesta ideologia do “Brasil, país do futuro”. A industrialização iniciada durante esse período, expandida no governo JK (1956 –

¹⁸ “Embora haja controvérsias sobre seu significado e alcance, este é entendido [...] como possuindo um “núcleo duro” que o caracteriza em suas várias manifestações concretas, como a defesa: a) da industrialização; b) do intervencionismo pró-crescimento; e c) do nacionalismo, embora este deva ser entendido num sentido muito amplo, que vai desde a simples retórica ufanista conservadora até propostas radicais de rompimento unilateral com o capital estrangeiro” (FONSECA, 2004, p. 226).

1961) e consolidada durante a Ditadura Militar (1964 – 1985) permitiu que o Brasil, – com um atraso de praticamente 100 anos – adentrasse a Segunda Revolução Industrial. Processo esse que não foi endógeno ao Brasil, e sim produto das circunstâncias favoráveis do pós-guerra, um período de aproximadamente 30 anos de expansão pacífica – pelo menos nos países centrais ao sistema – do capitalismo (SINGER, 1984).

Foi em fins do governo de Eurico G. Dutra (1946 – 1951) que esse novo no qual se misturam as ansiedades pelo “País do Futuro”, a Guerra Fria, uma nova etapa próspera do capitalismo global, a visão de desenvolvimento econômico como necessariamente atrelada a pesquisa científica e o Desenvolvimentismo que é criado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq).

Segundo a Lei 1.310 de 15 de janeiro de 1951, o CNPq teria como “finalidade promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento” (BRASIL, 1951a). Para tanto, o CNPq operava as seguintes atividades: fomento da ciência e tecnologia nacional, capacitação científica e tecnológica nacional e direção das atividades referentes a energia atômica no país. O que fica patente no Art. 5º da referida lei “Ficarão sob controle do Estado, por intermédio do Conselho Nacional de Pesquisas [...] todas as atividades referentes ao aproveitamento da energia atômica, sem prejuízo da liberdade de pesquisa científica e tecnológica”. (BRASIL, 1951a).

Tal atribuição do CNPq só pode ser compreendida quando inserida no contexto da Guerra Fria e da, a época, premência da Energia Nuclear como um fator estratégico para as nações, no qual se imbricam interesses militares, econômicos e científicos. Segundo Jaguaribe (1987, p. 27): “para os militares tratava-se de uma questão fortemente ligada à soberania nacional. Para os industriais afigurava-se como uma fonte de energia inesgotável. Para os pesquisadores constituía-se no exemplo perfeito que faltava para comprovar a utilidade tão contestada da C&T”. Logo, não causa espanto que o primeiro presidente do CNPq tenha sido um militar, o Almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva¹⁹, representante do Brasil nas reuniões da UNAEC (Comissão de Energia Atômica da ONU) na década de 1940.

Além dos militares, os físicos nucleares uspianos tiveram uma importante influência nos inícios do CNPq. Segundo Oliveira (2016, p. 132), a criação do Conselho

¹⁹ O Almirante Álvaro Alberto “foi o porta-voz principal da rede que criou o CNPQ e o interlocutor junto ao presidente da República, porque fazia convergir interesses de grupos econômicos do setor de mineração, dos meios militares, e tinha muitos admiradores entre os professores das escolas militares e de ensino superior, pelo seu estilo pomposo de divulgar a ciência” (ANDRADE, 2001, p. 228).

[...] teve também o apoio e o intenso envolvimento da comunidade de físicos da área nuclear, em sua maioria ligados à Universidade de São Paulo, que mantinham laços estreitos com seus pares dos EUA que tomaram parte nos esforços de guerra. Eles conheciam o ambiente de prestígio em que viviam os físicos daquele país, e pretendiam emular tal ambiente no Brasil [...].

Sendo o CNPq um órgão diretamente ligado ao Presidente da República, o que demonstra a importância dada ao recém-criado órgão, a presidente Álvaro Alberto conseguiu criar um *staff* fincado em seus interesses na área nuclear. Engenheiros, militares e físicos, tais como César Lattes, eram presença dominante no Conselho Deliberativo e Diretorias. Eles seriam a “primeira geração de burocratas e *policy makers* do setor de C&T do Brasil (OLIVEIRA, 2016, p. 132).

Após uma série de conflitos com outras áreas do governo, nomeadamente o Itamaraty em função de diferenças quanto à política nuclear nacional (CERVO, BUENO, 1992, p. 283) o Conselho sofreu a primeira de inúmeras mudanças que o marcaram no decorrer da história. Segundo Fonseca (2013, p. 257):

O CNPq passou por quatro fases distintas. A primeira, termina com as alterações introduzidas pela Lei 4533 de 1964. As demais são as seguintes: a segunda fase, de 1964 a 1974, quando da transformação do CNPq em fundação de direito privado vinculado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan/PR); a terceira, de 1974 até à criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) em 1985; a quarta, daquele ano até os dias atuais.

Em 1964 responsabilidade pela política nuclear nacional sai da esfera do CNPq em definitivo, passando *in totum* para a Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEN). Concomitante a tal mudança nas atribuições, entre 1956 e 1961 houve uma diminuição de 0,28% para 0,11% na dotação orçamentária do CNPq, uma queda de 61% (FONSECA, 2013, p. 14). Inúmeras crises se seguiram na década subsequente, chegando até mesmo a proposta de dissolução do CNPq e sua substituição por duas fundações, cada uma responsável separadamente pelo apoio a ciência e a tecnologia (MENESES FILHO, 2000, p. 17).

Em fins da década de 1960, inicia-se um esforço governamental para uma maior estruturação do setor de ciência e tecnologia. Destaque-se nesse movimento, a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e a formulação do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), a partir de 1969. Tal processo desembocaria em 1974, com a Lei no 6.129/1974 (BRASIL, 1974), no qual o CNPq sofre sua maior mudança institucional desde sua criação: renomeado como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e tornando-se fundação de direito

privado. O vínculo direto com a Presidência da República é desfeito, estando agora o CNPq subordinado à recém-criada Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/PR). Sua nova atribuição é de auxiliar o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento

I - Na formulação da política global de ciência e tecnologia estabelecida pelo Governo Federal;

II - Na coordenação da elaboração do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e no acompanhamento de sua execução, econômico-financeira e técnico-científica, assim como na análise de planos e programas setoriais de Ciência e Tecnologia;

III - Na articulação com os Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios, visando à compatibilização de esforços, bem como à prestação de assistência técnica e ao intercâmbio de informações (BRASIL, 1975).

Essa nova conformação institucional é rematada em 1975, nos termos do Decreto 75.225, o CNPq torna-se o órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT) que visava articular todas as ações e áreas do Poder Executivo referentes a ciência e tecnologia²⁰. Segundo Oliveira (2016, p. 137), a década de 1970 daria início a “época de ouro da burocracia de C&T”, pois marcaria

[...] o restabelecimento da coesão dos grupos internos da burocracia, o que contribuiu para o início de um novo período de insulamento que afastava os professores universitários e membros da comunidade científica de seus espaços decisórios. Nessa fase, foram estabelecidas as bases da identidade e do compromisso que as redes internas da burocracia devotariam por muito tempo ao órgão, que também ali ganhava novo formato jurídico e novas atribuições. Dentre elas, incluiu-se a prerrogativa de “formulação e atualização da política de desenvolvimento científico e tecnológico”, resgatando assim o protagonismo e o prestígio do órgão da primeira metade dos anos de 1950.

Outro ponto de inflexão importante na história do CNPq foi quando ele ficou submetido ao Ministério da Ciência e Tecnologia durante o governo José Sarney (1985 – 1990). Havia a percepção de que a comunidade científica deveria se reapossar do Conselho, enquanto a burocracia migraria para o novo Ministério. “No Primeiro Plano Nacional de

²⁰ Desataque-se que além de todas essas mudanças, em 1975 a sede do órgão é transferida para Brasília.

Desenvolvimento da Nova República há a constatação de que “[...] na raiz dos problemas enfrentados pelo setor está o descaso a que foi relegada a participação da comunidade científica e de outros segmentos da sociedade civil no processo de tomada de decisão” (OLIVEIRA, 2016, p. 139).

Desde essa época, com sua subordinação ao Ministério da Ciência e Tecnologia²¹ (atual MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), o papel do CNPq na política de C&T nacional não sofreu mudanças substanciais (DOMINGOS NETO, s/d), atravessando desde momentos de profunda estagnação orçamentária como nos governos Fernando Collor (1990 – 1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003) até momentos no qual um programa de intercâmbio de grande abrangência e impacto social, o Ciências sem Fronteiras (2012 – 2016), esteve sob sua responsabilidade (LIMA, 2016, p. 13 - 20).

²¹ Em 1985, com a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia, o CNPq passou a ser vinculado ao órgão que se tornou o centro do planejamento estratégico da ciência no Brasil. Criado pelo Decreto nº 91.146 - 15 de Março de 1985, o Ministério da Ciência e Tecnologia é postulado como órgão central do sistema federal de Ciência e Tecnologia (CNPq, s/d.).

7 RESULTADOS

Os três capítulos que se seguem são a reprodução de artigos submetidos a periódicos durante a elaboração da presente tese.

O primeiro analisa o desenvolvimento da avaliação por pares no CNPq durante os anos de 1951 a 2015 tendo como referencial teórico os conceitos de *Campo Científico* de Pierre Bourdieu e *Reconhecimento* de Axel Honneth. Efetuou-se uma reconstrução diacrônica da prática da avaliação por pares elegendo como fontes primárias as normas referentes aos Comitês Assessores e aos Consultores Ad Hoc.

Os dois artigos subseqüentes são estudos de caso que analisam o perfil dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq nas áreas de Filosofia e Educação no ano de 2016. Foram consideradas as seguintes variáveis relativas aos bolsistas e seus projetos: sexo; Instituição de Ensino Superior (IES); Unidade da Federação (UF); Região da IES; nível e categoria da bolsa; subárea da Filosofia e palavras-chave.

O Artigo I “Institucionalização e limites da avaliação por pares no CNPq (1951 – 2015)” foi submetido ao periódico *#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia* (Qualis B1 - Ensino) em 14 de novembro de 2017.

O Artigo II “Perfil dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq em Filosofia – ano de 2016” foi aceito para publicação pelo periódico *Saberes: Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação* (Qualis B2 - Ensino) em 11 de janeiro de 2018.

O Artigo III “Perfil dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq em Educação” foi aceito pela *Revista Brasileira de Ensino Superior* (Qualis B2 - Ensino) em 02 de março de 2018.

Com fins a uma melhor legibilidade, a estrutura gráfica de cada um dos artigos segue a formatação geral da Tese. No mesmo sentido, a Referência Bibliográfica situada na última parte da Tese concentra todas as referências contida nos mesmos.

Por fim, faz-se necessário salientar que as seções 1 a 4 do Artigo I assim como a *Introdução* do Artigo III são versões abreviadas dos capítulos 2 a 6 da tese.

7.1 ARTIGO I

INSTITUCIONALIZAÇÃO E LIMITES DA AVALIAÇÃO POR PARES NO CNPQ (1951 – 2015)

RESUMO

O presente artigo analisa o desenvolvimento da avaliação por pares no CNPq durante os anos de 1951 a 2015 tendo como referencial teórico os conceitos de *Campo Científico* de Pierre Bourdieu e *Reconhecimento* de Axel Honneth. Efetuou-se uma reconstrução diacrônica da prática da avaliação por pares elegendo como fontes primárias as normas referentes aos Comitês Assessores e aos Consultores Ad Hoc. Tal reconstrução foi contextualizada nos termos da história institucional do Conselho e interpretadas segundo o citado referencial teórico. Conclui-se que, a avaliação por pares estruturou gradativamente o reconhecimento entre os integrantes da comunidade científica na Esfera dos Direitos, reduziu a informalidade das relações primárias e criou regras mediadoras de relações impessoais.

Palavras-chave: Avaliação por Pares. CNPq. Campo Científico. Reconhecimento.

1 Introdução

O objetivo desse trabalho é analisar os processos de avaliação por pares no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) durante os anos de 1951 a 2015. Tendo como referencial teórico os conceitos de *Campo Científico* (“*champ scientifique*”) de Pierre Bourdieu e *Reconhecimento* (“*Anerkennung*”) de Axel Honneth. Segundo o sociólogo francês, o campo científico:

é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1983, p. 122, grifos do autor).

O uso do termo “luta concorrencial” remete a um cenário no qual existiria uma disputa entre cientistas por bens em permanente escassez, pois nem todos que os desejam podem tê-los. O bem a ser acumulado pelos integrantes do campo científico seria o “monopólio da autoridade científica” ou a “competência científica” que é “socialmente outorgada”, em um processo no qual um grupo concede ao vencedor do jogo uma espécie de autoridade legitimada. Nas palavras de Bourdieu (2008, p. 127) o bem em questão, o capital

científico, seria uma “espécie particular de capital social que assegura um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo e que pode ser reconvertido em outras espécies de capital”. O capital científico seria acumulado desde a formação escolar até o acesso a cargos administrativos, governamentais, controle sobre institutos de pesquisas, bolsas, consultorias e títulos e distinções (BOURDIEU, 2008, p. 53).

Depreende-se, então, que o campo científico segue um padrão não apenas econômico, mas que se aproxima das trocas de dádivas no sentido conceituado por Marcel Mauss. O fenômeno da dádiva implica que as trocas sociais não são apenas materiais ou econômicas, mas, sobretudo simbólicas, não sendo, portanto, redutíveis a valores utilitaristas tais como cálculos, necessidades e vantagens econômicas (MAUSS, 2003, p. 188 –189). No caso do campo científico, o cientista oferece aos outros pares-concorrentes novas informações, dados e interpretações para deles receber em troca o reconhecimento (BOURDIEU, 2008, p. 78). Em outro trecho, a ligação entre capital científico e reconhecimento é reforçada: “o capital científico é uma espécie particular de capital simbólico, capital fundado no conhecimento e no reconhecimento” (BOURDIEU, 2008, p. 53).

O reconhecimento tem sido uma categoria que atraiu o interesse de um sem número de filósofos, psicanalistas e sociólogos desde, pelo menos, Hegel²². Axel Honneth a partir de *Luta por reconhecimento* de 1992 (HONNETH, 2009), defende que para além do âmbito individual e psicológico, a sociedade moderna pode ser interpretada como uma arena na qual se estabeleceu uma permanente luta por reconhecimento. Luta essa que não visa a destruição do outro, pois sem esse outro chega-se ao ponto no qual os envolvidos na luta “terão destruído então a fonte do reconhecimento de que precisam para confirmar sua visão de si como pessoas” (SINGER, 2003, p. 84). Para ele, os mais diversos grupos sociais para sobreviverem devem desenvolver a capacidade de influenciar a esfera pública de modo a ter sua concepção de vida reconhecida e poderem adentrar ao sistema de referência moral da comunidade no qual se encontram (HONNETH, 2003, p. 473-478).

Assim, constata-se que a dinâmica do campo científico se fundamenta na busca pelo acúmulo de um bem escasso: o capital científico. Busca essa que estabelece uma luta pelo o reconhecimento dos concorrentes. Tal processo se instancia na prática social com os agentes

²² Segundo Inwood (1997, p. 275): para Hegel “*Anerkennung* [reconhecimento] envolve não simplesmente a identificação intelectual de uma coisa ou pessoa (embora pressuponha caracteristicamente tal reconhecimento intelectual), mas atribuição a essa coisa ou pessoa de um valor positivo, assim como a expressão explícita dessa atribuição”. Posteriormente, O filósofo Alexander Kojève nos anos de 1930 retomou o conceito de reconhecimento, influenciando de Sartre e Merleau-Ponty até Foucault e Deleuze, além da psicanálise, por meio de Lacan (ŽIŽEK, 1991, p. 76 - 89).

se avaliando mutuamente em diversos momentos da atividade científica – a assim chamada avaliação por pares.

O artigo prossegue com o estabelecimento de uma conceituação, tipologia e um levantamento de críticas e propostas relativas a avaliação por pares. Segue-se uma reconstrução diacrônica de 1951 até 2015 da prática da avaliação por pares no CNPq que busca articular o crescimento quantitativo da implementação de bolsas no órgão com o *corpus* normativo que formaliza os modos como o órgão avaliava as propostas de bolsas e projetos durante o citado período.

2 Avaliação por pares²³

A avaliação por pares pode ser considerada a prática pela qual a qualificação, a legitimidade e a eficácia de um discurso científico é dada por indivíduos ou grupos de semelhantes ao próprio emissor do discurso, os chamados pares, o que acaba fazendo dela “o sistema de controle de qualidade científica” (KERN; SARAIVA; PACHECO. 2003, p. 38). Segundo Hackett e Chubin (2003) a avaliação por pares é um instrumento de regulação tanto da literatura científica como no controle e distribuição dos recursos financeiros essenciais à prática científica.

Para Campanário (2002) o processo de avaliação por pares sustenta-se no tripé paridade, pluralidade e anonimato. O “par” no contexto da ciência é um especialista do mesmo campo de atuação. Mais que individual, a avaliação deve ser feita por mais de um par, de modo a dirimir idiosincrasias pessoais e permitir que vários olhares de especialistas possam emitir um julgamento mais confiável do texto. E, por fim, o anonimato do autor e do árbitro garantiria uma maior independência na análise a ser efetuada.

Apesar de suas raízes no século XVII, a avaliação por pares nos termos atuais, surge após a Segunda Guerra Mundial (ROWLAND, 2002, p. 248). Neste período estabelece-se, nas palavras de Michael Polanyi (1974, p. 35), a “República da Ciência”, no qual agências de fomento estatais se tornam um espaço institucional no qual burocratas, representando interesses governamentais, e cientistas, buscando recursos para suas pesquisas, disputam capacidade decisória e, obviamente, recursos financeiros. (RIP, 1994, p. 3).

²³ Vários termos são utilizados para a atividade de avaliação - revisão, revisão por pares, sistema de arbitragem, sistema de avaliação de originais, avaliação por pares, parecer ou *peer review* – assim como para designar quem avalia artigos submetidos à publicação (revisor, revisor *ad hoc*, parecerista, avaliador. Cf. SALGADO; CLARES. 2015, p. 678.

3 Avaliação por pares: tipologia

Tal contexto fez com que os grupos interessados buscassem elaborar métodos de avaliação das atividades e propostas das áreas de ciência e tecnologia (HOLBROOK, 1992). Estabelecem-se três tipos básicos de avaliação por pares centradas em diferentes etapas da pesquisa, seja ela por fazer (*ex ante*), já feita (*ex post*) ou ainda em realização (BORNMANN, 2013, p. 01).

A avaliação *ex ante* centra-se no desempenho possível de um projeto ainda não realizado. Nas últimas décadas essa avaliação foi necessariamente incorporada às ferramentas de gestão de políticas públicas na área de C&T. “Com base nesta premissa, o julgamento por pares tem sido amplamente utilizado pelas agências financiadoras – governamentais, universitárias, e também privadas – para alocar recursos a indivíduos ou grupos que apresentam propostas de pesquisa” (DAVYT; VELHO, 2000, p. 101).

A avaliação *ex post* trata da “capacidade demonstrada” no qual se analisa o desempenho e os trabalhos já realizados pelo pesquisador avaliado (DAVYT; VELHO, 2000, p. 101). Por fim, torna-se cada vez mais comum avaliação durante a execução da pesquisa, de modo a fornecer um parâmetro para a correção de rumo da mesma, caso necessário.

Quanto a relação entre avaliadores e avaliados, apresentam-se três tipos básicos de avaliação: aberto (*open peer review*), simples-cego (*single-blind*) e duplo cego (*double-blind*). Segundo Trzesniak e Koller (2009, p. 91) “No primeiro caso, os autores sabem quem são as pareceristas e vice-versa. No segundo, os consultores têm conhecimento de quem são os autores, mas não o inverso. No terceiro, o anonimato é mantido para ambas as partes”.

4 Limites e críticas aos modelos de avaliação por pares

Apesar de seu papel como uma das principais ferramentas de controle da dinâmica do campo científico, a avaliação por pares é questionada por muitos integrantes da própria comunidade científica. Muitas críticas caracterizam a avaliação por pares como “um sistema fechado e tendencioso” que favoreceria “redes elitistas de *old boys* (cientistas com visões comuns sobre a sua área de pesquisa, colegas ou ainda amigos) [...] em detrimento de um ou outro grupo: minorias étnicas, mulheres, pesquisadores jovens, pesquisadores de centros acadêmicos de menor prestígio etc”; (DAVYT; VELHO, 2000, p. 107).

Inúmeros estudos empíricos acabam por reforçar tais críticas. Benos et al. (2007) elencam pesquisas nos quais deficiências metodológicas e estatísticas intencionalmente introduzidas em manuscritos não foram detectadas pela grande maioria dos pareceristas. Em 2013, biólogo John Bohannon submeteu a diversas revistas versões de um artigo científico fictício, com pequenas diferenças entre si, assinado por um autor inexistente. 157 periódicos aceitaram o trabalho que apresentava uma série de erros conceituais e de interpretação, enquanto 98 o rejeitaram (NASSI-CALÒ, 2016).

Triggle e Triggle (2007) arrolam estudos nas quais informações como laboratório, universidade e nacionalidade do pesquisador interferem no juízo dos pareceristas. Levantamentos, como as de Lloyd (1990), detectaram a interferência de viés de gênero na avaliação por pares. Dentre os resultados, os revisores do sexo feminino foram significativamente menos propensas a aceitar a versão masculina do manuscrito (10%) em comparação com a versão do sexo feminino (62%) – sendo que em ambos eram o mesmo texto.

Mesmo ideias inovadoras tem sofrido resistência de revisores e editores. Segundo Lee et al. (2013, p. 09), os revisores por vezes padecem de um viés conservador que acaba por rechaçar trabalhos inovadores e fora dos parâmetros aceitos, ainda que sejam cientificamente relevantes. Hans Krebs, que descobriu o ciclo do ácido cítrico, e Barbara McClintock, responsável pela descoberta da transposição genética, foram agraciados com Prêmio Nobel por trabalhos rejeitados anteriormente por uma revista do gabarito da *Nature* (KILWEIN, 1999).

Segundo Harding (2002) a avaliação por pares nos moldes atuais ainda padece de uma série de pontos cegos, especialmente quanto a detecção de fraudes, tais como: fabricação de dados, falsificação de resultados, plágio e redundância (quando uma mesma investigação gera diferentes artigos sem nenhum tipo de diferença substancial entre eles). Nos últimos anos até mesmo artigos falsos gerados por programas de computação têm passados incólumes a toda a estrutura de avaliação (SPINAK, 2014).

Como resultante de todos esses gargalos e limitações, a própria comunidade científica apresenta uma postura ambígua quanto à eficácia da avaliação por pares. Neste sentido, Kyvik e Langelidt (2011) descrevem como os procedimentos avaliativos entre pares perpassam praticamente todas as esferas da atividade científica: análise de projetos em busca de subvenção, análise de propostas para conferências, avaliação de manuscritos de artigos ou livros, sugestão de candidaturas para prêmios, bancas de mestrado, doutorado ou graduação,

resenhas e consultorias científicas para órgãos de fomento. Tal situação acarretaria tensões e conflitos entre a obrigação de avaliar e a própria pesquisa da qual cada cientista se encarrega. Para muitos pesquisadores, por exemplo, mais tempo gasto em avaliar significa menos tempo para se dedicar à própria pesquisa (KYVI; LANGFELDT, 2011, p. 203).

Diante de tal acúmulo de críticas, surgem simultaneamente, propostas de melhorias no processo de avaliação por pares. Campanário (2002) chega a se referir à possibilidade de se abolir definitivamente os revisores, optando por uma total abertura dos manuscritos – via internet, por exemplo – na qual a revisão seria feita pela própria comunidade como um todo. Seria, segundo Lee et al. (2013, p. 11) um *a posteriori peer review* tal como realizada pela revista canadense *Open Medicine*. A diferença entre a avaliação por pares tradicional e uma avaliação aberta pós-publicação pode ser sintetizada no fato de que na primeira um pequeno grupo julga o artigo, enquanto na segunda potencialmente toda a comunidade interessada pode agregar comentários e críticas (ROWLAND, 2002, p. 254).

Em contraposição às críticas acima elencadas, especialmente as que acusam a avaliação por pares de não conseguir estirpar aspectos subjetivos e parciais na decisão dos pareceristas, Davyt e Velho (2000) afirmam que tais críticas pressupõem um grau de objetividade e desinteresse humanamente impossíveis, sendo que “estas críticas se centram na ideia do cientista ‘neutro’, capaz de julgar de forma imparcial com base exclusivamente em seu conhecimento técnico”. Problemas como os citados anteriormente na avaliação por pares podem ser dirimidos, mas não neutralizados, pois são intrínsecos à própria estrutura mental humana. Neste diapasão, o psicólogo Sílvio Botomé (2011, p. 338) declara que “O contexto de qualquer avaliação de um trabalho é um conjunto de comportamentos humanos como quaisquer outros, [e] envolve sempre critérios políticos e até pessoais, mesmo que inconscientes por parte de quem realiza a ‘avaliação’”.

5 A Prática da avaliação por pares no CNPq (1975 – 2016)

A levar em conta o decreto de regulamentação do CNPq de 1951, não existia uma normatização precisa quanto às condições para a concessão de bolsas ou auxílios. Segundo o decreto, cada um dos setores técnicos do CNPq teria como atribuição “o estudo dos pedidos de auxílios para a realização de cursos, bem como para a concessão de bolsas” (BRASIL,

1951). Para efetuar tal tarefa, o CNPq poderia “requisitar [...] ou contratar pessoal científico e técnico especializado, nacional ou estrangeiro, de comprovada idoneidade, bem como instituir comissões consultivas de homens de ciência pura e aplicada” (BRASIL, 1951). Diante desta ausência de parâmetros detalhados, a avaliação por pares nesta fase da história do CNPq baseava-se “em juízos informais de um grupo limitado de cientistas transformados em administradores, que se valiam, quando necessário, de pareceres de colegas” (CASTRO; SOARES, 1986, p. 166).

A informalidade e a ausência de normalização quanto a avaliação por pares podem ser compreendidas quando relacionada ao relativo baixo índice de bolsas implementadas durante as duas primeiras décadas de funcionamento do órgão.

O gráfico a seguir mostra a quantidade de bolsas-ano²⁴ que foram implementadas pelo CNPq em sua primeira década de existência, perfazendo uma média de quase 237 bolsas-ano.

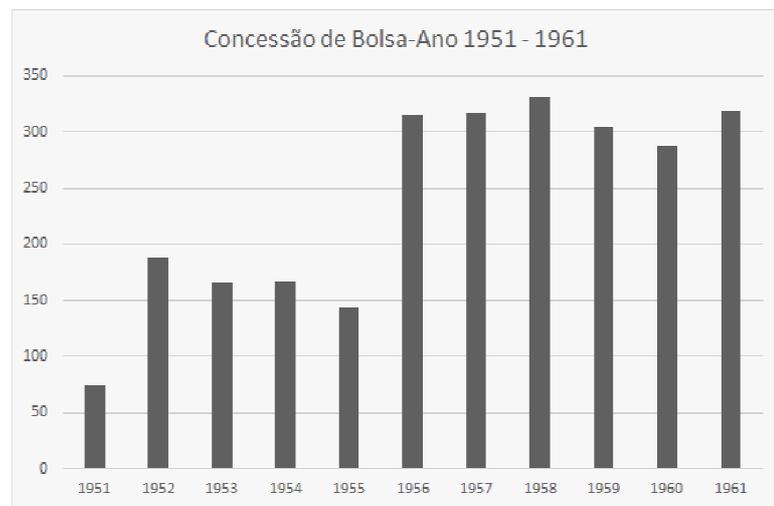


Gráfico 1 Concessão de Bolsa-Ano 1951-1961. Fonte: Centro de Memória CNPq

O gráfico a seguir demonstra o aumento expressivo nas bolsas implementadas pelos CNPq em fins da década de 1960, no qual a média, especialmente em função de um notável crescimento a partir de 1965, chega a 780 bolsas-ano:

²⁴ Cada bolsa-ano equivale a 12 (doze) mensalidades pagas no ano, podendo corresponder a um ou mais bolsistas não incluindo bolsas de curta duração.

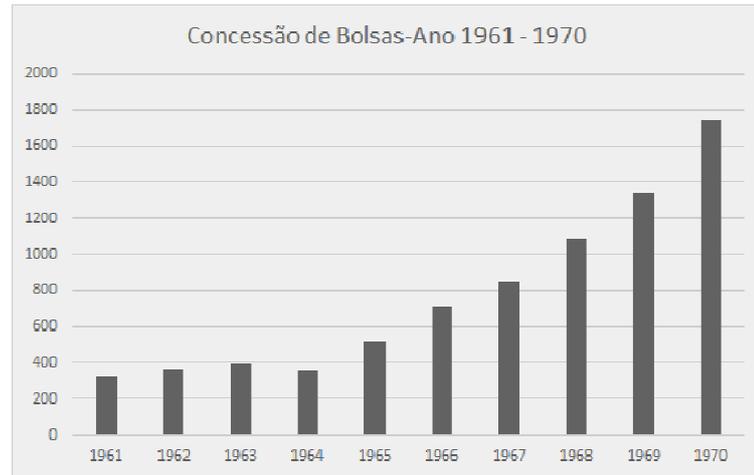


Gráfico 2 Concessão de Bolsas-Ano 1961-1970. Fonte: Centro de Memória CNPq

Seguindo a tendência de crescimento das bolsas implementadas que se iniciou na década anterior, constata-se que se fazia necessário a ampliação e efetiva sistematização da avaliação por pares no órgão, especialmente quando se compara a média da década de 1960, de quase 780 bolsas-ano, com a média atingida em apenas 6 anos da década subsequente: 2823. Não surpreende, então, o crescimento notável que pode ser constatado entre os anos de 1975 e 1976²⁵, período da implementação dos CAs, quando se passou de 2930 para 4577 bolsas-ano.

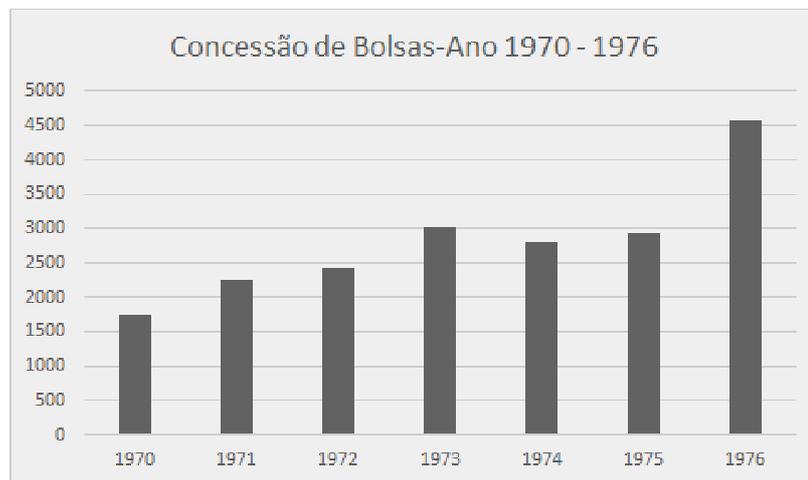


Gráfico 3 Concessão de Bolsas-Ano 1970-1976. Fonte: Centro de Memória CNPq

²⁵ Tal incremento na implementação de bolsas é concomitante ao fato de que em 1974, o Governo do Presidente Ernesto Geisel que transforma o "Conselho Nacional de Pesquisas" em "Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico" e Tecnológico. Em 1975, a sede do órgão é transferida para Brasília. Com fins de permitir maior agilidade operacional ao CNPq, ele deixa de ser uma autarquia, tornando-se uma fundação de personalidade jurídica de direito privado. Cf. CNPq, s/d.

A Resolução Normativa 01/1976 – Comitês Assessores (Especializados em Áreas do Conhecimento) determina a criação e a formalização dos procedimentos dos Comitês Assessores (CA). O caput da norma descreve a necessidade da constituição dos Comitês Assessores em decorrência do recém adquirido papel do Conselho como órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT)²⁶ que acarretaria “tarefas de coordenação e *avaliações contínuas* da situação atual e das perspectivas futuras de desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil” assim como “de um estreito e permanente contato com a comunidade científica e tecnológica, e com as instituições de ensino e pesquisa” (CNPQ, 1976, grifo nosso).

Cada CA teria como propósito dar suporte especializado ao CNPq, sendo que uma de suas principais atribuições seria “Propor a ação fomentadora do CNPq na [sua respectiva] área, inclusive com *a apreciação, em calendário e métodos indicados pela Administração do CNPq, das solicitações* de apoio a pesquisa e à formação de recursos humanos”. (CNPQ, 1976, grifo nosso). Destaque-se que os critérios de seleção dos integrantes dos CA ainda não apresentavam nenhum tipo de índice qualitativo ou quantitativo limitando-se a especificar que a escolha deva ser feita dentre os “pesquisadores de reputação, que tenham posição de liderança em sua área e dela possuam conhecimento global” (CNPQ, 1976).

A escolha dos integrantes dos CA é da alçada exclusiva do Presidente do CNPq a partir da Consultoria Científica. Esta última, constituída em 1975, por meio da Resolução Normativa 04/75, tinha como função “Prestar assistência ao Presidente e Diretoria do CNPq” e, dentre outras atribuições, deveria colaborar “no exame da constituição e composição de Comitês Assessores, e, quando pertinente, na orientação de seus trabalhos”. Tal ferramenta institucional seria formada, e aqui a ausência de critério formais de avaliação também se faz presente, “por cientistas, tecnólogos e pesquisadores, de reconhecida reputação, designados pelo Presidente do CNPq” (CNPQ, 1975).

Outro ponto de inflexão importante no modo como se praticou a avaliação por pares no CNPq só se deu em 1988 com o surgimento dos Consultores Ad Hoc. Neste ano o Conselho encontrava-se submetido a outra profunda mudança em suas atribuições com a

²⁶“Em 1972, o CNPq passou a ser o órgão central do chamado Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, cujo objetivo era consolidar programas e projetos, bem como incentivar a pesquisa no setor privado e nas chamadas economias mistas. [...] O sistema regido pelo PBDCT (Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) é integrado por todas as instituições de pesquisas científicas e tecnológicas, usuárias de recursos governamentais, e foi formalizado em 1975 como Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - SNDCT. Esse sistema previa a constituição de estruturas setoriais e, posteriormente, expandiu-se para estruturas estaduais” (CNPq, s/d.).

criação em 1985 do Ministério da Ciência e Tecnologia²⁷. Durante a segunda metade da década de 1980 houve um forte incremento na quantidade de bolsas implementadas pelo CNPq, o que poderia explicar em parte – assim como na década anterior – esse movimento de expansão da estrutura de avaliação institucional.

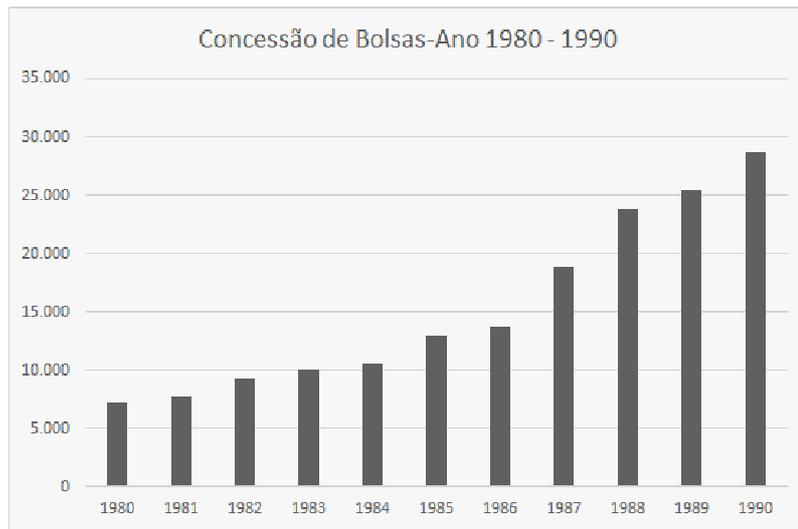


Gráfico 4 Concessão de Bolsas-Ano 1980-1990. Fonte: Centro de Memória CNPq

Segundo a Resolução Normativa 12/88 (CNPQ, 1988) uma das atribuições dos Consultores Ad Hoc é “Emitir pareceres sobre as solicitações de benefícios, como subsídio às recomendações dos Comitês Assessores ou outros Colegiados com vista à decisão final do Conselho”. Mas ao contrário das normas que tratavam dos CA, surge uma série de determinações processuais que delimitam com maior especificidade e clareza os procedimentos a serem adotados no ato de avaliar os projetos apresentados. O parecer do Consultor deve abordar, além do mérito do projeto e do proponente, os seguintes aspectos: “Qualificação do proponente [...] viabilidade de realização do projeto ou programa relativamente a instituição [...] cronograma previsto e orçamento proposto e estágio e condições do desenvolvimento do projeto ou programa” (CNPq, 1988). Apresentam-se índices qualitativos de avaliação – “mérito”, “qualificação”, “viabilidade” – e uma

²⁷ “Em 1985, com a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia, o CNPq passou a ser vinculado ao órgão que se tornou o centro do planejamento estratégico da ciência no Brasil. Criado pelo Decreto nº 91.146 - 15 de Março de 1985, o Ministério da Ciência e Tecnologia é postulado como órgão central do sistema federal de Ciência e Tecnologia” (CNPq, s/d.).

determinação quanto à própria escrita dos pareceres que devem ser “claros e explícitos” com a manifestação inequívoca entre recomendar ou não o projeto (CNPq, 1988).

Outra mudança se dá quanto ao anonimato do avaliador. O CNPq garante, como um dos direitos do consultor ad hoc, que “A identificação dos responsáveis pela emissão dos pareceres ‘ad hoc’ será preservada pelo CNPq”, ou seja, uma avaliação *single-blind* no qual o proponente não teria ciência de quem é o avaliador da sua proposta. Em contrapartida, torna-se explícita a obrigação do consultor ad hoc em guardar sigilo quanto à matéria objeto da avaliação (CNPQ, 1988).

Tal incremento nos dispositivos de regulação e formalização da avaliação por pares também se fez presente na seleção dos consultores ad hoc. Se antes os critérios de seleção dos integrantes dos CAs eram vagos, têm-se no caso dos ad hoc uma série de determinações. Segundo a RN 12/88 (CNPQ, 1988), a seleção ocorre de comum acordo entre o comitê assessor da área e os técnicos do CNPq, o que tira parte do poder de seleção da própria comunidade científica envolvida. E por mais que ainda se leve em conta o critério de “reconhecida competência em sua área de atuação”, o artifício em tornar automaticamente todos os bolsistas de pesquisa, nível I, do CNPq em consultores ad hoc – prática que permanece até a atualidade - introduziu uma série de critérios que vão além do nebuloso reconhecimento/reputação por parte dos pares.

Apesar das mudanças iniciadas com o estabelecimento dos consultores ad hoc em 1988, apenas em 1998 a estrutura da avaliação por pares no Conselho apresentou outra alteração substancial. A RN 004/98 rompe com a exclusividade do presidente do CNPq na escolha dos integrantes dos CAs e tal função passa para o Conselho Deliberativo(CD)²⁸ com “base nos nomes sugeridos pela comunidade científica e tecnológica, segundo critérios estabelecidos pelo CD”. Segundo a mesma norma, a indicação de membros dos CAs “será feita a partir de nomes sugeridos pela comunidade científica e tecnológica nacional, segundo critérios e procedimentos a serem fixados no Regimento Interno do CNPq” (CNPQ, 1998). Ou seja, o órgão começa a constituir seu corpo de avaliadores com base em uma complexa rede de consultas à própria comunidade científica.

Apesar desta série de mudanças no que tange a formação e função dos Comitês, ao contrário dos ad hocs, a atividade dos CAs ainda era marcada pela ausência de determinações formais mais precisas quanto ao julgamento, limitando-se a afirmar que se deve emitir para

²⁸ “O Conselho Deliberativo é o órgão superior de fixação da política e de orientação das atividades do CNPq e sua instância máxima de deliberação” (BRASIL, 2002).

cada solicitação “parecer conclusivo e fundamentado quanto a seu mérito acadêmico e técnico e à sua adequação orçamentária” (CNPQ, 1998).

Em 2003, com a RN 014/2003, o Conselho Deliberativo, em complementação a regra de escolha dos integrantes dos CAs baseada na consulta a sociedades científicas e tecnológicas das diferentes áreas do conhecimento, escolherá os membros titulares e suplentes dos Comitês entre os pesquisadores bolsistas de Produtividade em Pesquisa de nível 1 ou entre pesquisadores não bolsistas com o perfil de pesquisadores de nível 1 (CNPQ, 2003a). Assim como foi feito quanto aos ad hoc em 1988, tal mudança acaba por fornecer uma estrutura legal inexistente até esse momento na seleção dos integrantes dos comitês, dada pela própria norma da Bolsa PQ. Mas não só por ela. Se a norma fornece uma estrutura geral para o acesso a Bolsa PQ, tem-se, a partir de 2003, a determinação de que cada CA estabeleça critérios para a avaliação dos proponentes a Bolsa PQ, levando em conta as especificidades de cada área. Tais critérios deverão obedecer aos seguintes parâmetros: “Esses critérios deverão ser publicados na página do CNPq. Esses critérios poderão ser atualizados uma vez por ano e deverão ter validade para o ano seguinte. Os critérios devem contemplar aspectos quantitativos e qualitativos”. (CNPQ, 2003a).

Os critérios, mesmo que levando em conta as especificidades das áreas da alçada de cada CA, devem seguir parâmetros mínimos, tais como: publicidade, obrigatoriedade de mudança periódica e apresentarem aspectos quantitativos e qualitativos em seus itens. A criação dos critérios por área acaba por representar mais um momento de maior formalização e rigor nas esferas de avaliação e reconhecimento entre os pares que se percebe no decorrer da história do CNPq.

A RN 14/2003, trouxe também uma série de restrições quanto a postura e práticas dos integrantes dos comitês. O tom, em geral, tenta prevenir uma série de problemas inerentes à avaliação por pares, como por exemplo, o trecho que veda o integrante de comitê a emitir parecer favorável ou desfavorável motivado por relações pessoais “ou discriminar áreas ou linhas de pensamento [...]comportar-se como representante de uma instituição ou de uma região[...] julgar processos em que tenha interesse pessoal” (CNPq, 2003a). No mesmo tom, têm-se uma série de determinações quanto ao comportamento dos próprios integrantes dos CA’s de modo a preservar o anonimato e a lisura do próprio julgamento: “é vedado [...] divulgar, antes do anúncio oficial do CNPq, os resultados de qualquer julgamento; [assim como] fazer cópia de processos”. Por fim, destaque-se a exigência aberta em se levar em conta os pareceres ad hoc, de modo a garantir que o julgamento de cada proposta apresente

uma maior sustentação em diversos pontos de vista, impossibilitando uma decisão monocrática por parte do CA: “é vedado: não levar em conta, sem razão justificada, nas suas recomendações, os pareceres dos assessores ad hoc [assim como] distorcer o conteúdo dos pareceres dos assessores ad hoc” (CNPq, 2003a).

Percebe-se que tais determinações vão além da formalização quanto ao tipo de avaliação produzida e foca em aspectos éticos, e portanto, comportamentais dos avaliadores de modo a dirimir a influência de fatores extra científicos em seus pareceres.

Dois anos depois, seguindo ainda a tendência por maior rigor na avaliação por pares, é publicada a RN 017/2005. Para além da genérica determinação de emitir “parecer conclusivo e fundamentado quanto a seu mérito acadêmico e técnico e à sua adequação orçamentária” como em 1998, agora se determina que “Os pareceres devem ser claros e consistentes, indicando os motivos da recomendação ou não da concessão de bolsa ou auxílio. [...] *Em nenhuma hipótese*, o Comitê poderá apresentar *justificativas que não sejam de mérito* na recomendação de concessão ou não de um benefício” (CNPQ, 2005, grifo nosso). Outras mudanças também aparecem na elaboração dos critérios dos CA. Cita-se, pela primeira vez as subáreas como referência na elaboração dos critérios e, assim como nas recomendações quanto aos pareceres, insiste-se que os “critérios deverão ser formulados de maneira clara e explícita e dizer respeito *tão somente ao mérito científico-tecnológico* do pesquisador e da solicitação” (CNPQ, 2005, grifo nosso).

O atual marco legal que estrutura a avaliação por pares no CNPq é a Resolução Normativa 002/2015 (Comitês de Assessoramento, Comitês Temáticos, Núcleos de Assessores em Tecnologia e Inovação, Núcleo de Assessores para Cooperação Internacional e Consultoria Ad Hoc). Segundo ela, os CA “destinam-se a prestar assessoria ao CNPq na formulação de políticas e na avaliação de projetos e programas relativos a sua área de competência, bem como na apreciação das solicitações de bolsas e auxílios (CNPq, 2015a). O Conselho Deliberativo escolhe, ainda, os integrantes dos Comitês entre os pesquisadores bolsistas de Produtividade de categoria I (ou pesquisadores não bolsistas com o perfil de pesquisadores de categoria I). Atualmente, a renovação de membros dos Comitês de Assessoramento (CA) inclui uma consulta por meio eletrônico à comunidade científica nacional, da qual fazem parte pesquisadores nível 1 e sociedades científicas. Mesmo partindo de tal lista, o CD poderá considerar nomes não indicados após a consulta.

Todo o conjunto de competências adquiridas desde 1976 ainda se encontra na referida norma: análise de solicitação de bolsas e auxílios, a obrigação de emitir pareceres claros e consistentes focados no mérito-científico tecnológico, a atuação colegiada – mesmo que em ambiente virtual -, para analisar e avaliar os pareceres dos consultores ad hoc, assim como na elaboração dos critérios públicos referentes às bolsas de Produtividade do CNPq. Permanecem também as vedações quanto a ações que produzam conflito de interesses e que enfraqueçam a lisura processual do julgamento.

Os pesquisadores bolsistas de Produtividade ainda se integram obrigatoriamente ao quadro de consultores ad hoc do CNPq. Toda uma série de impedimentos ainda permanece, de modo a, assim como no caso dos integrantes dos Comitês, evitarem avaliações enviesadas que coloquem sob suspeição o julgamento de propostas. Destaque-se, por exemplo, o fato de ter “na equipe do projeto cônjuge, companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau, inclusive” como “impedimento para emissão de parecer, assim como ser ou ter sido orientador do solicitante” (CNPq, 2015a).

A identidade do Consultor ainda é preservada, assim como a exigência de manter a confidencialidade quanto a dados custodiados pelo CNPq a que terá acesso para emissão de parecer de mérito, de modo a “não os utilizar [as informações], individual ou coletivamente, total ou parcialmente, em benefício próprio ou de terceiros, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações por seu intermédio”.

6 Considerações finais

Para Bourdieu (2004, p. 35) a trajetória de um pesquisador no Campo Científico “está ligada à ocupação de posições importantes nas instituições científicas, [...] e ao poder sobre os meios de produção (contratos, créditos, postos etc.) e de reprodução (poder de nomear e de fazer as carreiras)”. Neste sentido, integrar um CA permite ao cientista ter acesso a uma ferramenta privilegiada para um maior acúmulo de capital científico – a avaliação de seus pares. É ela que além de possibilitar a avaliação de concorrentes, permite que o pesquisador influencie as regras de acesso aos recursos, bolsas e cargos do próprio CNPq. O que não é um fato fortuito. Nas palavras de Dagnino (2006, p. 55): “a política de ciência e tecnologia parece ser, em todo o mundo, a política pública mais eficazmente ‘capturada’ pelo seu ator central - a comunidade de pesquisa” a ponto do ator dominante, a comunidade científica, atuar como se

tal política fosse de sua "propriedade". Segundo Baumgarten (2004, p. 40.), tal “captura” se reproduz também no contexto brasileiro, pois “As relações entre Estado e cientistas tiveram, sempre, como espaço privilegiado, as agências de fomento como o CNPq [...]. Dessa forma, planejar e implementar as políticas de C&T vem sendo uma atividade compartilhada e, por que não dizer, dirigida pelos próprios cientistas”.

Tal fato pode ser constatado ao se analisar as etapas processuais do julgamento de uma proposta de bolsa pelo CNPq. A RN 028/2015 (CNPQ, 2015b), define as seguintes etapas de julgamento: “a) análise pela área técnica; b) análise por consultores *ad hoc*; c) análise comparativa de mérito e classificação das propostas por Comitês de Assessoramento específicos; e d) decisão final pela Diretoria, em função da disponibilidade financeira do CNPq”. Três das quatro etapas do processo são da alçada de membros da própria comunidade científica, inclusive a última de responsabilidade da Diretoria do órgão.

Em contrapartida, tal captura é acompanhada por um crescente rigor legal no decorrer da história do CNPq, no qual se tentou dirimir a interferência de aspectos subjetivos, políticos e particulares na avaliação por pares na instituição. Tal mudança gradativa pode ser compreendida como parte da própria dinâmica moderna do reconhecimento segundo Axel Honneth. Segundo ele, inicialmente as lutas por reconhecimento partem da assim chamada “esfera dos afetos”, no qual as relações se fundamentam em laços pessoais e relações primárias entre “poucos indivíduos”: parceiros, amigos e familiares (HONNETH, 2009, p. 159 – 176). No caso da avaliação por pares no CNPq tal esfera compreende as duas primeiras décadas de existência do órgão no qual uma pequena e incipiente comunidade científica tinha como para avaliação de seus pares a reputação e a “posição de liderança” de cada um. (CNPQ, 1976)

Entretanto, o reconhecimento apenas nos termos de relações primárias não é adequado ao espaço público. Neste contexto, a luta por reconhecimento se daria na esfera jurídica de reconhecimento fundada na igualdade legal, proveniente de uma série de leis e regras formalizadas. Os laços pessoais, com suas redes idiossincráticas e mesmo arbitrárias, são dirimidos e mediados via regras gerais e claras baseadas na exigência em reconhecermos “um ser humano como pessoa” em estado de igualdade que garante direitos e evitam exclusões arbitrárias do espaço público (HONNETH, 2009, p.179 – 195). O que fica patente no caso da avaliação por pares no CNPq ao se levar em conta que em 40 anos de mudanças, as normas abandonaram o critério de “reputação” e estabeleceram uma estrutura normativa que

regulamenta desde a escrita de pareceres até a postura ética do avaliador integrante do corpo de consultores do Conselho.

Ao se efetuar a reconstrução diacrônica das mudanças no corpus legal referente à avaliação por pares no Conselho, demonstrou-se que ocorreu uma transição da esfera dos afetos para a esfera jurídica. Neste constante processo de tentativa de anulação da informalidade das relações primárias – de resto impossíveis de serem totalmente eliminadas – estabeleceu-se um conjunto de regras mais minuciosas e estritas quanto à forma de escrita dos pareceres, ao comportamento dos avaliadores, à publicização dos resultados e, por fim, quanto aos critérios de avaliação institucionais do CNPq.

7.2 ARTIGO II

PERFIL DOS BOLSISTAS DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA DO CNPQ EM FILOSOFIA – ANO DE 2016.

RESUMO

Este estudo teve por objetivo analisar o perfil dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq na área de Filosofia no ano de 2016. Foram consideradas as seguintes variáveis relativas aos bolsistas e seus projetos: sexo; Instituição de Ensino Superior (IES); Unidade da Federação (UF); Região da IES; nível e categoria da bolsa; subárea da Filosofia e palavras-chave. Após análise estatística e comparativa, conclui-se que os bolsistas PQ em Filosofia apresentam 84,3 % integrantes do sexo masculino e que 60,5% deles são ligados a IES das regiões sudeste. Quanto aos projetos apresentados, 50,4% se enquadram na subárea História da Filosofia. As mais citadas palavras-chave foram: “Teoria Crítica” (5,5%); “Ontologia” (4,7%); “Filosofia” e “Modernidade” cada uma com 4,1% e “Ética”, “Fenomenologia”; “História”; “Metafísica” e “Política” com 3,4%. Os autores mais estudados são Kant, (9,5%), Nietzsche (5,5%), Aristóteles (4,1%) e Wittgenstein (3,4%).

Palavras-chave: Bolsa Produtividade em Pesquisa; CNPq; Filosofia; Perfil de Pesquisadores.

INTRODUÇÃO

O escopo do presente estudo é descrever o perfil dos pesquisadores bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ) na área de Filosofia do CNPq no ano de 2016. Para tanto, fazem-se necessários alguns esclarecimentos prévios quanto aos objetivos e funcionamento da bolsa PQ.

Uma das principais competências do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), é o apoio à “formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa, em todas as áreas do conhecimento” (BRASIL, 2002). Dentre as mais importantes ferramentas institucionais para a execução de tal competência, sobressai-se a Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ). Ela é “destinada aos *pesquisadores que se destaquem entre seus pares*, valorizando sua produção científica segundo critérios normativos, estabelecidos pelo CNPq, e específicos, pelos Comitês de Assessoramento²⁹

²⁹ Segundo a Resolução Normativa (RN) 002/2015 os Comitês “destinam-se a prestar assessoria ao CNPq na formulação de políticas e na avaliação de projetos e programas relativos a sua área de competência, bem como na apreciação das solicitações de bolsas e auxílios” (CNPq, 2015a). O CNPq nomeia, ainda, os integrantes dos

(CA)” (CNPQ, 2015b grifo nosso). As bolsas PQ acabam sendo “altamente cobiçadas pelos pesquisadores de todas as áreas do conhecimento principalmente pelo *status* que conferem àqueles que as detêm, uma vez que diferencia o pesquisador dentre os demais” (SANTOS, CANDIDO, KUPPENS, 2010, p. 489).

O citado *status* pode ser entendido como consequência do fato de que, além do auxílio financeiro mensal, a bolsa permite ao pesquisador a participação no corpo de avaliadores do CNPq. Estes são os responsáveis pela análise de demandas por recursos originadas na própria comunidade científica brasileira. Ademais, em função do *status* adquirido, o bolsista PQ acaba por granjear uma maior facilidade na busca por fontes de financiamento via “editais de fomento à pesquisa” de outras instituições (SACCO et al, 2016). O que agrega não apenas responsabilidades, mas também influência, poder e maior vantagem competitiva do pesquisador diante de seus pares.

Não obstante, existiria um impasse não resolvido quanto aos objetivos da bolsa PQ entre o histórico e as possibilidades de pesquisas futuras do bolsista. Segundo os pesquisadores Jacques Wainer e Paula Vieira, não fica claro se o órgão tenciona “premiar o cientista pela qualidade e importância do seu trabalho” no qual “a história passada do pesquisador é o fator mais importante” ou, em sentido oposto, “incentivar a produção de qualidade e relevância” de projetos vindouros - o que acaba por focar no futuro do pesquisador (WAINER; VIEIRA, 2013, p. 74).

De todo modo, a bolsa PQ é dividida em 3 categorias: Sênior (PQ-SR), PQ-1 (subdividida nos níveis 1A, 1B, 1C e 1D) e PQ-2 (CNPQ, 2015b). A bolsa PQ-Sênior é de caráter vitalício e concedida pelo Conselho Deliberativo (CD)³⁰. do CNPq mediante pedido do bolsista PQ que permaneceu nos níveis 1A ou 1B por, no mínimo, 15 anos ininterruptos.

Além da mensalidade referente a bolsa, e que varia para cada nível, em 2003 instituiu-se o Adicional de Bancada (*Grant*) exclusivamente para os bolsistas PQ em nível 1A e 1B (CNPQ, 2003b). Os recursos do Adicional de Bancada teriam como finalidade despesas de capital e custeio exclusivamente relacionadas ao projeto de pesquisa. Posteriormente, tal benefício foi estendido a todos os pesquisadores categoria 1 (CNPQ, 2015b).

Para integrar cada uma das categorias/níveis, o bolsista PQ se vê diante de uma série

Comitês dentre os bolsistas PQ de categoria 1 (ou pesquisadores não bolsistas com o perfil de pesquisadores de categoria 1). São mais de 300 pesquisadores, entre titulares e suplentes, reunidos em grupos de acordo com sua área de atuação e conhecimento, de modo a avaliarem projetos/propostas de seus pares.

³⁰ Segundo a Portaria nº 816, de 17 de dezembro de 2002 (MCTI, 2002), “O Conselho Deliberativo é o órgão superior de fixação da política e de orientação das atividades do CNPq e sua instância máxima de deliberação”.

de exigências quanto a sua produtividade e titulação. Os candidatos a bolsa PQ-2 devem ser doutores há no mínimo 3 anos, sendo que sua produção – publicações e orientações – dos últimos 5 anos é avaliada. Ao se tornar bolsista PQ categoria 2, o pesquisador começa a integrar a estrutura de avaliação por pares do CNPq, assumindo a função de Consultor *Ad Hoc*³¹. A partir daí sua trajetória dentro das categorias e níveis da bolsa PQ são recomendadas pelo CA de sua área de conhecimento e se dá por ocasião da apresentação de novo Projeto de Pesquisa.

Para o proponente atingir a Categoria 1 ele deve ter no mínimo oito anos de doutorado, sendo que sua produção dos últimos 10 anos é julgada pelo CA. Além de demonstrar sua capacidade de formação de recursos humanos, via orientação, ao pretender atingir os níveis 1C e 1B, o pesquisador deve também acrescentar a seu currículo atividades relativas à organização de grupos de pesquisa e programas de graduação e pós-graduação. E no caso específico do nível 1B, espera-se que tenha papel ativo em órgãos de fomento à pesquisa. Por fim, o nível 1A é reservado a proponentes que continuamente tenha um elevado grau de excelência na produção científica, na formação de recursos humanos e na condução de grupos de pesquisa, demonstrando “uma significativa liderança dentro da sua área de pesquisa no Brasil e capacidade de explorar novas fronteiras científicas em projetos de risco” (CNPQ, 2015b).

MATERIAIS E MÉTODO

O universo da pesquisa que se segue é formado pela totalidade dos bolsistas Produtividade em Pesquisa (PQ) da Área do Conhecimento da Filosofia com bolsa vigente em 2016, totalizando 147 beneficiários. Para esse universo foram consideradas as seguintes variáveis:

1. Nome do bolsista
2. Sexo do bolsista: Feminino/Masculino
3. Subárea da Filosofia a qual se vincula o projeto
4. Instituição de Ensino Superior (IES) do bolsista
5. Unidade da Federação (UF) e Região da IES

³¹ Segundo a RN 28/2015: “Os pesquisadores bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq integram obrigatoriamente o quadro de consultores *Ad Hoc* do CNPq e da CAPES. Quando solicitado, o bolsista deverá emitir parecer sobre projeto de pesquisa apresentado ao CNPq ou à CAPES.” (CNPQ, 2015b).

6. Nível e categoria da bolsa PQ
7. Filósofos citados no título, resumo e palavras-chave do Projeto
8. Palavras-Chave citadas no Projeto de Pesquisa

Metodologicamente, o presente artigo pode ser classificado no âmbito das pesquisas descritivas. Uma pesquisa deste tipo pretende observar, registrar e correlacionar fatos, dados ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los (CERVO, BERVIAN, DA SILVA, 2006, p. 62). Os dados descritos serão contextualizados no âmbito da literatura especializada relativa à História do Ensino e da Filosofia no Brasil.

Os dados que não se encontravam publicados no próprio *site* do CNPq, mais especificamente nas entradas “Estatísticas e Indicadores: Séries Históricas até 2014” (CNPQ, 2015c), “Painel de Investimentos” (CNPQ, 2017a) e “Bolsas e Auxílios Vigentes” (CNPQ, 2017b) foram disponibilizados pela Coordenação-Geral de Ciências Humanas e Sociais (CGCHS), em agosto de 2017, e tratados com o software Microsoft Office Excel[®] 2007. Além destas fontes, recorreu-se às informações prestadas pelos bolsistas no preenchimento da proposta de bolsa PQ, incluída na Plataforma Carlos Chagas, e no Currículo Lattes.

Dados externos ao CNPq foram coletados na Plataforma Sucupira, a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), disponibilizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O PERFIL DOS BOLSISTAS PQ DA ÁREA DE FILOSOFIA: CATEGORIAS E SEXO

Em agosto de 2016 foi contabilizado um total de 147 bolsistas de Produtividade em Pesquisa na área de Filosofia. Tal grupo apresenta a seguinte distribuição quanto a categorias/níveis da bolsa PQ e sexo:

Tabela 01: Bolsistas de produtividade da área de Filosofia por categoria, nível e sexo (2016)

Categoria/Nível	Quant.	%	Distribuição entre os sexos			
			F	%	M	%
SR	1	0,7	0	0,0	01	0,6
1A	11	7,5	1	0,6	10	6,8
1B	21	14,3	3	2,04	18	12,24
1C	22	14,9	3	2,04	19	12,92

1D	21	14,3	3	2,04	18	12,24
2	71	48,3	13	8,85	58	39,45
Total absoluto	147	100	23	15,40	124	84,30

Fonte: CGCHS/CNPq

Ao se comparar a distribuição de categorias/níveis dos bolsistas PQ de Filosofia com o grupo dos bolsistas PQ de todas as áreas (Tabela 2), que inclui a própria área de Filosofia, não se apresentam discrepâncias dignas de nota.

Tabela 02: Distribuição relativa de bolsistas de produtividade por categoria e nível (2016)

Categoria/Nível	%
1A	8,37
1B	8,84
1C	9,77
1D	16,87
2	56,14

Fonte: (Reis, 2016, p. 30)

No que tange à proporção entre homens e mulheres, o cenário se modifica. Segundo Reis (2016, p. 30), a distribuição entre os sexos no grupo total de bolsistas PQ é de 64,65% para o sexo masculino e 35,35% para o feminino. Ao se comparar tais dados com os apresentados pela Tabela 1, verifica-se uma variação negativa de 43,6% no índice de participação feminina na área de Filosofia (15,40%). Destaque-se também que as categorias/níveis de prestígio mais elevado das bolsas PQ de Filosofia apresentam menor presença feminina: enquanto na Categoria 2 é de 18,3%, na Categoria 1 tal presença é reduzida para 13,16%. E levando em conta apenas os níveis 1A, 1B e SR a proporção feminina chega a apenas 12,12%.

Guedes, Azevedo e Ferreira (2015, p. 392) apontam que em 2012 a proporção entre os sexos nas bolsas PQ das Ciências Humanas apresentavam apenas duas áreas favoráveis ao contingente feminino: Psicologia, com 63% e Educação com 62,7%. Nas restantes têm-se Ciência Política com 33,7%, História com 48%, Sociologia com 47%, Geografia com 45,4% e Filosofia com a mais baixo índice de presença feminina: 16,6%. Dado esse que quando comparado com o índice levantado para o ano de 2016 de 15,40% (Tabela 1) indica a continuidade da tendência a concentração masculina das bolsas PQ de Filosofia.

Essa concentração masculina das bolsas PQ de Filosofia acaba por destoar do fato de que nas últimas décadas, nas palavras da pesquisadora Moema Guedes, “em praticamente

todas as carreiras há um aumento da participação feminina” uma tendência que reflete o “processo de intensa entrada feminina nas universidades” ao mesmo tempo em que “cada vez mais as mulheres ingressam nas carreiras de maior prestígio social, o que representa uma ruptura com o padrão de inserção das primeiras gerações que concluíram o ensino universitário” (GUEDES, 2008, p. 128).

Alguns dados apontam que essa tendência de concentração masculina na Filosofia deriva de um padrão histórico. Beltrão e Teixeira (2004, p. 22) indicam que no ano de 1970, Filosofia era um dos poucos cursos, ao lado de Enfermagem, Serviço Social, Pedagogia, Ciências Sociais e Psicologia, com predominância feminina. Contudo, as décadas subsequentes apresentaram uma gradativa diminuição no contingente feminino dentre os formados em Filosofia (BELTRÃO; TEIXEIRA, 2004, p. 26). Em 1970, a proporção entre os sexos na graduação em Filosofia era de 66% mulheres e 34% homens, chegando a 28% de mulheres e 62% homens em 2000 (GUEDES, 2008, p. 129). Esta tendência acaba por ser reforçada ao se constatar que dados relativos aos estudantes de Filosofia inscritos no Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) em 2014 indicam o predomínio masculino na graduação: nos cursos de bacharelados, apenas 28,8% dos inscritos eram do sexo feminino, enquanto na licenciatura tal índice é de 41,5% (INEP, 2016, p. 140).

Em um contexto, no qual “as mulheres conseguiram reverter o quadro de desigualdade histórica e consolidar uma nova realidade em que são maioria (60%) dos formados entre os mais jovens [faixa etária entre 20 e 29 anos]” a Filosofia acaba por ser o único curso “a apresentar uma significativa queda da participação feminina” (GUEDES, 2008, p. 129). Logo, tal cenário faz com que o desequilíbrio entre os sexos apresentado na Tabela 1 seja, a princípio, efeito de uma tendência que finca suas raízes na própria graduação em Filosofia das últimas décadas.

O PERFIL DOS BOLSISTAS PQ DA ÁREA DE FILOSOFIA: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Quanto a distribuição geográfica, a região Sudeste concentra 60,5% dos 147 bolsistas PQ de Filosofia, o que acaba por se refletir nas unidades da federação (UF): São Paulo e Rio de Janeiro somam 51% dos bolsistas no Brasil.

Tabela 03- Bolsistas de produtividade da área de Filosofia por região/UF

Região	Quant.	%	UF	Quant.	%
SE	89	60,5	SP	43	29
			RJ	33	22
			MG	12	8
			ES	1	0,7
SU	36	24,5	RS	19	13
			PR	9	6
			SC	8	5,4
NE	14	9,5	BA	5	4,5
			SE	3	2
			CE	2	1,2
			RN	2	1,2
			PB	1	0,7
			PE	1	0,7
CO	7	4,7	DF	4	2,7
			GO	3	2
NO	1	0,7	PA	1	0,7

Fonte: CGCHS /CNPq

Os dados da Tabela 03 quando comparados ao universo total dos bolsistas PQ, não apresentam grandes discrepâncias:

Tabela 04- Total de bolsistas de produtividade por região/UF

Região	%	UF	%
SE	61,22	SP	33,27
SU	19,23	RJ	15,92
NE	12,34	MG	11,15
CO	4,82	RS	9,78
NO	2	PR	5,69

Fonte: (Reis, 2016, p. 26)

Ao compararmos a distribuição regional entre bolsistas PQ em Filosofia e a distribuição dos Programas de Pós-Graduação em Educação por região (Tabela 05), compreende-se melhor tal concentração. A região sudeste, que agrega 60,5% dos bolsistas PQ, apresenta 44% dos Programas de Filosofia, e 42% dos Doutorados. Vale destacar que os dois únicos Programas de Pós-Graduação com avaliação 7 pela CAPES (USP e UFMG) são da região Sudeste. Dado relevante é que apesar de corresponder a 25% dos Programas de Pós-Graduação, a região Nordeste apresenta apenas 9,5% dos bolsistas PQ de Educação.

Tabela 05: - Programas de Pós-Graduação Filosofia por região – Área de Avaliação

Região	Quant.	% total	Mestrado	Doutorado	% Doutorado
SE	20	44	9	11	42
SU	9	20	2	7	28
NE	11	25	5	6	23
CO	4	9	2	2	7
NO	1	2	1	0	0

Fonte: Plataforma Sucupira/CAPES

A mesma concentração geográfica também se encontra quanto as Instituições de Ensino Superior (IES) que possuem bolsistas PQ de Filosofia em seus quadros. Das 10 IES com maior quantidade de PQ Filosofia, 6 são do Sudeste, assim como praticamente um terço dos bolsistas (32,3%) integram apenas 3 IES: USP, UFRJ e UNICAMP.

Tabela 06 - Bolsistas de produtividade da área de Filosofia por IES

IES	Quantidade	%
USP	20	14
UFRJ	15	10,7
UNICAMP	11	7,6
UFMG	10	7
UERJ	8	5,5
UFSC	8	5,5
UNISINOS	6	4,3
PUC-Rio	5	3,5
UFBA	5	3,5
UFRGS	5	3,5
UFSCAR	5	3,5
UFPR	4	2,7
UnB	4	2,7
PUCRS	3	2
UFF	3	2
UFG	3	2
UFS	3	2
UNIFESP	3	2
PUC/PR	2	2
UFC	2	2
Outras IES	17	12

Fonte: CGCHS/CNPq

Essa distribuição geográfica com predomínio da região sudeste não é exclusiva da Filosofia e pode ser explicada a partir da proeminência econômica e política de longa duração da região Sudeste. A própria concessão de bolsas do CNPq como um todo refletiria tal contexto: 53% das Bolsas no País, 54,80% das Bolsas no Exterior e 51,40% dos Auxílios à Pesquisa concedidos no ano de 2016 foram para a região Sudeste. 61% das Bolsas PQ em

2016 também tiveram a mesma destinação, sendo que 55% deste montante foi para o Estado de São Paulo (CNPq, 2017b).

No caso da Filosofia, tal fato é acentuado pela própria história da filosofia acadêmica no Brasil. Com a fundação em 1934 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (FFLCH-USP), e a quase completa ausência de professores de filosofia no Brasil da época, foi necessária a vinda de um contingente de filósofos franceses para a USP, tais como Martial Gueroult (1891 – 1976), Jean Maugüé (1904 – 1990) e Victor Goldschmidt (1914 – 1981)³². Foi essa missão francesa na USP que formou alguns dos mais eminentes professores e intelectuais brasileiros da segunda metade do século XX, tais como José Arthur Giannotti, Oswaldo Porchat, Bento Prado Jr., Marilena Chauí, Paulo Arantes e Ruy Fausto. Tal núcleo de excelência paulista acabou consolidando sua posição de influxo majoritário na ainda incipiente filosofia universitária brasileira nas décadas seguintes (MARQUES, 2012, p. 11 - 13)³³. Logo, muito da atual preeminência de São Paulo sobre a filosofia acadêmica nacional, que se reflete na distribuição geográfica das bolsas PQ, advém desta, por assim, dizer, vantagem histórica diante de outros centros de pesquisa na área.

O PERFIL DOS BOLSISTAS PQ DA ÁREA DE FILOSOFIA: TEMAS E FILÓSOFOS

Além das variáveis referentes a sexo e distribuição geográfica dos Bolsistas PQ em Filosofia, também foi realizado um levantamento quanto a subárea que cada Projeto se enquadrava. Ao enviar sua solicitação de bolsa na Plataforma Carlos Chagas, o proponente necessariamente deve classificar sua proposta em Subáreas da Filosofia conforme a Árvore do Conhecimento (CNPQ, 2017d).³⁴ Em 2016, elas se apresentam distribuídas da seguinte forma no universo das bolsas PQ em Filosofia:

Tabela 07 - Distribuição de projetos de Bolsa PQ por Subárea da Filosofia

Subáreas	Quant.	%
História da Filosofia	74	50,4
Epistemologia	24	16,3
Ética	24	16,3
Lógica	16	10,9
Metafísica	6	4
Estética	3	2
Filosofia Brasileira	0	0

Fonte: CGCHS/CNPq

³² A Universidade de Porto Alegre, fundada em 1934, e na Universidade do Distrito Federal, fundada no ano subsequente, também receberam a visita de professores estrangeiros em seus inícios (MARQUES, 2012, p. 11).

³³ Sobre a influência da Missão Francesa na formação e estilo da filosofia brasileira, cf. Arantes, 1994 e 2004.

³⁴ As Subáreas, no geral, podem ser divididas em Especialidades, o que não é o caso da Filosofia que não as apresenta.

O predomínio de projetos classificados na subárea de História da Filosofia (50,4%) pode ser explicado, assim como a questão da concentração de PQ de Filosofia na região sudeste, em função das origens do ensino superior de filosofia no Brasil. Dois dos professores que fizeram parte da supracitada missão acadêmica francesa da década de 1930, Victor Goldschmidt e Martial Guérout, defendiam a tese de que caberia aos estudiosos de filosofia tão somente a reconstrução e interpretação das ideias e doutrinas filosóficas do passado por meio de um rigoroso método de leitura cerrada de textos clássicos (CORDEIRO, 2008, p. 85 – 96). Para Guérout, “diversamente do que ocorre nas ciências, *a história da Filosofia é, de fato, o principal instrumento de iniciação à Filosofia* e, para a Filosofia, permanente inspiração” (GUEROULT, 2000, p. 162, grifo nosso). A aplicação de tal método a nascente comunidade filosófica uspiana acabou por influenciar outros cursos de graduação, pós-graduação e até mesmo o ensino de filosofia no ensino médio. Segundo Pimenta e Pimenta (2011, p. 14) a presença desta maneira de estudar e ensinar Filosofia foi quase hegemônica, chegando ao ponto de professores licenciados nas décadas subsequentes terem recebido, conscientemente ou não, uma formação focada apenas na história da filosofia e na interpretação de textos clássicos – e não na produção de uma filosofia brasileira original. O que talvez explique que, apesar de dois bolsistas PQ se dedicarem a mundialmente importante obra do filósofo brasileiro Newton da Costa³⁵ (Tabela 10), ambos foram classificados na subárea da Lógica, acarretando a ausência de projetos na subárea de Filosofia Brasileira.

Para melhor esmiuçar o grupo de pesquisas da subárea História da Filosofia, foram analisados os títulos, resumos e palavras-chave de cada um dos 174 projetos, de modo que se pudesse detalhar ainda mais a que objeto se dedica cada um deles, refinando a divisão em subáreas pré-estabelecida pelo CNPq. A partir daí foram identificadas a que período da história da Filosofia os projetos se encaixavam:

Tabela 08 - Períodos históricos tratados nos projetos da Subárea História da Filosofia

Períodos estudados em História da Filosofia	Quant.	%
Filosofia Contemporânea	31	42
Filosofia Moderna	29	39
Filosofia Antiga	12	16
Filosofia Medieval	2	3

Fonte: CGCHS/CNPq

A levar em conta o fato de que 81% dos projetos na subárea História da Filosofia é

³⁵ Sobre a importância da obra de Newton da Costa, cf. KRAUSE, 2009.

dedicada às Histórias Contemporânea e Moderna da Filosofia não surpreende que dos 24 filósofos mais citados no universo total de PQ de Filosofia (Tabela 10), apenas Aristóteles, com seis citações, e Platão, com três, sejam os únicos que não são pertencentes a estes dois períodos históricos.

No que diz respeito as palavras-chave citadas em cada projeto, chegou-se a um total de 450, sendo que destas, apenas 70 foram citadas em mais de um³⁶. Estas últimas estão presentes na tabela a seguir:

Tabela 09 – Palavras-chave mais citadas nos projetos PQ-Filosofia em vigência no ano de 2016

Palavras-Chave	Quantidade
Teoria Crítica	8
Ontologia	7
Filosofia; Modernidade	6
Ética; Fenomenologia; História; Metafísica; Política	5
Epistemologia; Justiça; Moral; Naturalismo; Representação; Subjetividade; Vida	4
Arte; Corpo; Direito; Estética; Filosofia da linguagem; Filosofia mora; Juízo; Linguagem; Literatura; Lógica; Materialismo; Moralidade; Mundo da vida; Necessidade; Normatividade; Reconstrução; Sofrimento	3
Antropologia; Auto-organização; Causalidade; Ceticismo; Ciência; Consciência; Contextualismo; Definição; Demonstração; Estoicismo; Filosofia da Arte; Filosofia política; Forma; Hermenêutica; Idealismo Alemão; Idéia; Indexicais; Liberdade; Lógicas não-clássicas; Matéria; Memória; Metaética; Mito; Morte; Natureza; Nominalismo; Pensamento; Reduccionismo; Regra; Religião; Representacionalismo; Republicanismo; Tempo; Teoria da Ação; Transcendental; Verdade; Violência	2

Fonte: CGCHS/CNPq

Em um universo de 450 palavras-chaves referidas pela totalidade de 147 projetos, “Teoria Crítica” aparece em 5,5% dos mesmos. O que está em consonância ao fato de que quando se observa a Tabela 10, autores ligados a Teoria Crítica (Theodor Adorno, Jürgen Habermas e Axel Honneth), são citados por 12 projetos, perfazendo 8% do total de projetos. O interesse brasileiro na Escola de Frankfurt, denominação recorrente ao grupo de intelectuais ligados a Teoria Crítica, deu-se em meados da década de 1960 com as primeiras traduções de alguns textos Walter Benjamin, Herbert Marcuse e Theodor Adorno na *Revista Civilização Brasileira*; além de referências a eles em obras das áreas de Comunicação e Teoria Literária (CAMARGO, 2014, p. 107). A princípio o interesse nos autores frankfurtianos limitou-se as áreas de Comunicação, Teoria Literária e Sociologia. Eles só seriam introduzidos na comunidade acadêmica de filosofia em inícios da década de 1980 com a tradução de algumas

³⁶ Dentre as palavras-chave foram desconsiderados os nomes de filósofos, pois estes mereceram uma análise a parte, vide Tabela 10.

obras de Habermas pela Editora Tempo Brasileiro (FREITAG, 1992).

Após mais de três décadas, a presença dos estudos referentes a Teoria Crítica na Filosofia pode ser verificada pelos seguintes números: 29 grupos de pesquisa na área de Filosofia inscritos no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP) do CNPq, tratam direta ou indiretamente da Teoria Crítica. Nove exclusivamente tratam sobre Habermas, cinco sobre Theodor Adorno, seis sobre Walter Benjamin e 3 sobre Honneth (CNPQ, 2017e). Ao se consultar o Banco de Teses da Capes, chega-se aos seguintes dados: no biênio 2015-2016, 21 dissertações e teses na área de Filosofia foram defendidas no Brasil sobre a Teoria Crítica, 24 sobre Theodor Adorno, 16 sobre Habermas, 40 sobre Walter Benjamin e 07 Axel Honneth (CAPES, 2017).

O último conjunto de dados extraídos do grupo de 147 PQ de Filosofia concerne aos autores mais citados como objeto da pesquisa. Foram considerados quaisquer autores citados nominalmente nas seguintes entradas: a) Título do Projeto; b) Descrição/Resumo do Projeto; e c) Palavras-chave.

Tabela 10 – Filósofos/autores mais citadas nos projetos PQ-Filosofia em vigência no ano de 2016

Filósofos	Quant. de projetos
Kant	14
Nietzsche	8
Aristóteles	6
Wittgenstein	5
Adorno; Descartes; Foucault; Habermas; Hegel	4
Heidegger; Honneth; Hume; Husserl; Leibniz; Maquiavel; Platão; Spinoza	3
Arendt; Bergson; Fichte; Frege; Freud; Locke; Neurath	2
Agostinho; Alfonso Briceño; Algernon Sydney; Alva Noë; Austin; Bérulle; Boussuet; Carnap; Cartwright; Charles Taylor; Cleanto; Crísipo; Danto; Duns Scotus; Feuerbach; Feyrabend; Geach; Goethe; Greenberg; Hare; Hobbes; Holbach; Huet; João Burdian; João Filopono de Alexandria; Judith Butler; Kierkegaard; Kripke; Kuhn; Lewis Carroll; Marx; Merleau-Ponty; Morus; Newton da Costa; Peter Singer; Pierce; Plotino; Popper; Proust; Quine; Russell; Samuel Beckett; Sartre; Schelling; Schlick; Schopenhauer; Seyla Benhabib; Tomás de Aquino; Tomás de Mercado; Vilem Flusser; Wilfrid Sellars	1

Fonte: CGCHS/CNPq

Do total, 9,5% (14 projetos) tratam da obra de Kant. Nietzsche, o segundo mais citado enquanto objeto da pesquisa, chega a apenas 5,5%. Em contrapartida, 51 filósofos/autores são contemplados por um único projeto de pesquisa. A presença de intérpretes da obra kantiana no Brasil não é recente e surge no país ainda no século XIX e

prossegue no século XX. Os mais destacados deles seriam figuras como o Pe. Regente Diogo Antônio Feijó (1784-1843), juristas e filósofos como Tobias Barreto (1839 – 1889), Clóvis Beviláqua (1859 – 1944), Arthur Versiani Vellôso (1906 – 1986) e Miguel Reale (1910 – 2006). Na segunda metade do século XX a pesquisa sobre Kant passa por um novo desdobramento em decorrência do crescimento dos programas de pós-graduação em filosofia. É quando surgem nas décadas de 1980 e 1990 revistas especializadas como a *Analytica* e a *Studia Kantiana*, assim como se tem a fundação da Sociedade Kantiana Brasileira em 1989 (PEREZ, 2005, p. 5 – 22). Apesar de tais indicações históricas não explicarem diretamente a proeminência da figura de Kant dentre o grupo de PQ de Filosofia, elas apontam que a relevante presença do autor da *Crítica da Razão Pura* na comunidade acadêmica e intelectual brasileira já é secular e bem institucionalizada. No DGP, são relacionados 39 grupos de pesquisa de Filosofia que tratam de Kant e, segundo o Banco de Tese Capes, no biênio 2015/2016 foram 86 dissertações e teses o tendo como objeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A levar em conta as bolsas em vigência no ano de 2016 a maioria das bolsas PQ classificadas na categoria 2 (48,3%). Quanto a divisão por sexo, houve predomínio de bolsistas do sexo masculino (84,3 %). Observou-se que os pesquisadores estão concentrados nas regiões Sudeste (60,5%), especialmente no estado de São Paulo (29%). Destaque-se também que apenas 10 IES acumulam em seus quadros 65,1% dos PQ-Filosofia. Quanto aos projetos apresentados; 50,4% se enquadram na subárea História da Filosofia, sendo que destes, 42% são dedicados a Filosofia Contemporânea. Chegou-se ao total de 450 palavras-chaves citadas nos 147 projetos de pesquisa analisados, sendo 70 citadas em mais de um projeto. As mais citadas foram: “Teoria Crítica” (5,5%); “Ontologia” (4,7%); “Filosofia” e “Modernidade” cada uma com 4,1% e “Ética”, “Ética”, “Fenomenologia”; “História”; “Metafísica” e “Política” com 3,4% de projetos que as contemplavam. Por fim, os autores mais estudados são Kant, (9,5%), Nietzsche (5,5%), Aristóteles (4,1%) e Wittgenstein (3.4%) em um universo de 75 autores/filósofos citados como objeto de pesquisa.

7.3 ARTIGO III

PERFIL DOS BOLSISTAS DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA DO CNPQ EM EDUCAÇÃO

Resumo

Este estudo teve por objetivo analisar o perfil dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq na área de Educação. Das 401 bolsas vigentes no ano de 2016, foram consideradas as seguintes variáveis: categoria/nível da bolsa; sexo e IES do bolsista; UF e região na qual se localiza a IES, assim como a subárea e especialidade do projeto. Após uma descrição estatística e comparativa, concluiu-se que os bolsistas PQ em Educação apresentam 63,34% de integrantes do sexo feminino; que 87% deles são ligados a IES das regiões sudeste (58%) e sul (29%). Verificou-se que das 7 subáreas da Educação, apenas 3 acumulam 82,3% dos projetos em vigência.

Palavras-chave: Bolsa PQ. CNPq. Educação. Perfil de Pesquisadores.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar o perfil dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na área da Educação. O texto que se segue inicia-se com a contextualização histórica do papel do CNPq na profissionalização da ciência brasileira das últimas décadas, assim como descreve o funcionamento da bolsa PQ. Por fim, apresentam-se e se discutem os dados levantados referentes aos bolsistas PQ em Educação no ano de 2016.

Qualquer descrição do funcionamento da pesquisa científica após a II Guerra Mundial deve levar em conta a relação entre Estado e cientistas. Essa relação seria uma “combinação de interesses e de necessidades específicas, uma forma de mutualismo, que dá sentido e coerência a todo o processo em que constitui e consolida a nossa base científico-tecnológica” (TRIGUEIRO, 2001, p. 37). É nesse período que se estabelece, nas palavras de Michael Polanyi (1974), a “República da Ciência”, no qual agências de fomento estatais surgem do encontro entre burocratas, representando interesses governamentais, e cientistas em busca de recursos para suas pesquisas.

Na constituição dessa “República da Ciência” no Brasil, pode-se afirmar que o papel do CNPq foi o de ser um dos esteios que sustentou o desenvolvimento da ciência nacional desde a década de 1950 (FONSECA, 2013). Nas palavras do físico José Leite Lopes: “cientistas que eram obrigados a acumular vários empregos, mal remunerados, puderam, pela

primeira vez, abandonar as posições acessórias e dedicar-se à pesquisa científica, graças a bolsas e auxílios do CNPq” (LEITE LOPES, 1964, p. 117). Esse fato é reconhecido pela própria comunidade científica. Em levantamento realizado com influentes pesquisadores das áreas de Agronomia, Genética e Sociologia (SOBRAL, ALMEIDA, CAIXETA; 2008), o papel do CNPq como principal órgão de financiamento à ciência no Brasil foi destacado por todos. Infere-se, portanto, que o Conselho tem sido imprescindível na constituição de uma elite científica nacional que deixou o semi-profissionalismo acima referido por Leite Lopes e se estruturou de forma mais profissional e ativa na vida nacional, especialmente no ensino superior público.

2 A BOLSA DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA DO CNPQ

Dentre as ferramentas de financiamento à pesquisa do CNPq, tem-se a Bolsa de Produtividade em Pesquisa que é “destinada aos pesquisadores que se destaquem entre seus pares, valorizando sua produção científica segundo critérios normativos, estabelecidos pelo CNPq, e específicos, pelos Comitês de Assessoramento (CAs)³⁷” (CNPQ, 2015a). Além de ser um apoio financeiro, ela é um sinal de reconhecimento pelos pares aos pesquisadores com destacada produção científica. A bolsa PQ permite a participação em uma série de processos cruciais para a ciência nacional, tais como concessão de bolsas e auxílios à pesquisa, certificação e avaliação de programas de pós-graduação, formulação de políticas públicas em ciência e tecnologia, composição de corpo editorial de periódicos científicos, assim como na elaboração dos critérios de acesso à própria bolsa PQ.

Segundo a Resolução Normativa (RN) 028/2015 (CNPQ, 2015b), a bolsa PQ é dividida hierarquicamente em 3 categorias: Sênior (PQ-SR), PQ-1 (subdividida nos níveis 1A, 1B, 1C e 1D) e PQ-2. A bolsa PQ-Sênior é de caráter vitalício e concedida pelo Conselho Deliberativo (CD)³⁸ do CNPq mediante pedido do bolsista PQ que permaneceu nos níveis 1A ou 1B por, no mínimo, 15 anos ininterruptos. A tabela a seguir indica a quantidade total e por categoria/nível das bolsas PQ implementadas em 2014:

³⁷ Segundo a Resolução Normativa (RN) 002/2015 os Comitês “[...] destinam-se a prestar assessoria ao CNPq na formulação de políticas e na avaliação de projetos e programas relativos a sua área de competência, bem como na apreciação das solicitações de bolsas e auxílios” (CNPQ, 2015a).

³⁸ Segundo a Portaria nº 816, de 17 de dezembro de 2002 (MCTI, 2002), “O Conselho Deliberativo é o órgão superior de fixação da política e de orientação das atividades do CNPq e sua instância máxima de deliberação”.

Tabela 1- nº de bolsas PQ segundo categoria e nível (2014)

Categoria / Nível	Nº de bolsas (2014)	Percentual
PQ total	14.073	100
1A	1.295	9,20
1B	1.285	9,13
1C	1.349	9,59
1D	2.360	16,77
2	7.697	54,69
SR	87	0,62

Fonte: Assessoria de Estatística e Informação/CNPq

Em 2003, por meio da Instrução de Serviço nº 004/2003 (CNPQ, 2003b), foi instituído o Adicional de Bancada (*Grant*) para os bolsistas PQ em nível 1A e 1B. Os recursos do Adicional de Bancada referem-se a despesas de capital ou custeio exclusivamente relacionadas ao projeto de pesquisa. Em 2004, tal benefício foi estendido a todos os pesquisadores categoria 1.

Ainda em 2003, determinou-se que cada CA estabeleceria critérios para a avaliação do currículo dos proponentes à bolsa PQ. Os critérios deveriam seguir os seguintes parâmetros mínimos: publicização no site do CNPq, revisão a cada 3 anos e necessariamente apresentar aspectos quantitativos e qualitativos dentre seus itens (CNPQ, 2003a). A partir daí cada um dos Comitês de Assessoramento definiu os critérios para se avaliar a produtividade dos pesquisadores em função de suas especificidades.

2.1 O percurso do bolsista PQ

Ao se tornar bolsista PQ categoria 2, o pesquisador começa a integrar a estrutura de avaliação por pares do CNPq, tornando-se obrigatoriamente um consultor *Ad Hoc*³⁹. O perfil do neófito é de ser doutor há no mínimo 3 anos, sendo ele avaliado pela sua produção – trabalhos publicados e orientações – dos últimos 5 anos. Sua avaliação, classificação e progressão (ou rebaixamento) dentro das categorias e níveis da bolsa PQ é recomendada pelo Comitê e se dá por ocasião da apresentação de uma nova proposta pelo bolsista.

³⁹ Segundo a RN 28/2015: “Os pesquisadores bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq integram obrigatoriamente o quadro de consultores *Ad Hoc* do CNPq e da CAPES. Quando solicitado, o bolsista deverá emitir parecer sobre projeto de pesquisa apresentado ao CNPq ou à CAPES.” (CNPQ, 2015b).

Fazer a transição para a Categoria 1 e seus quatro diferentes níveis (A, B, C ou D), implica que o proponente tenha oito anos, no mínimo, de doutorado, sendo julgada sua produção nos últimos 10 anos. Além de demonstrar sua capacidade de formação de recursos humanos via orientação, ao pretender atingir os níveis C e B, o pesquisador deve também acrescentar a seu currículo atividades relativas à organização de grupos de pesquisa e programas de graduação e pós-graduação. E no caso específico do nível B, espera-se que tenha papel ativo em órgãos de fomento à pesquisa. Por fim, o nível A é reservado a proponentes que continuamente tenha um elevado grau de excelência na produção científica, na formação de recursos humanos e na condução de grupos de pesquisa, demonstrando “uma significativa liderança dentro da sua área de pesquisa no Brasil e capacidade de explorar novas fronteiras científicas em projetos de risco” (CNPQ, 2015b).

Ao longo do seu percurso, o bolsista PQ pode tornar-se membro do CA (ou até mesmo adentrar à administração do CNPq, sendo um Diretor, membro do CD ou mesmo Presidente). Ao perfazer esta trajetória, o pesquisador alcança o núcleo do campo científico no qual “[...] os pesquisadores ou as pesquisas dominantes definem [...] o conjunto das questões que importam para os pesquisadores, sobre as quais eles vão concentrar seus esforços” (BOURDIEU, 2004, p. 25).

2.2 Materiais e método

As análises que se seguem podem ser classificadas no âmbito de uma pesquisa descritiva. Uma pesquisa deste tipo pretende observar, registrar e correlacionar fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Uma análise desta natureza trata

[...] do estudo e da descrição das características, propriedades ou relações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada. Comumente se incluem nesta modalidade os estudos que visam a identificar as representações sociais e o perfil de indivíduos e grupos (CERVO, BERVIAN, DA SILVA, 2006, p. 62).

O universo da pesquisa é formado pela totalidade dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ) da Área de Conhecimento da Educação com bolsa vigente em 2016, totalizando 401 beneficiários.

Os dados que não estavam publicados no próprio *site* do CNPq, mais especificamente no *link* “Estatísticas e Indicadores: Séries Históricas até 2014” (CNPQ, 2015c), foram disponibilizados pela Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas e

Educação (COSAE) e pela Coordenação-Geral de Ciências Humanas e Sociais (CGCHS), em agosto de 2016, e tratados com o *software* Microsoft Office Excel[®] 2007. Dados não referentes ao CNPq foram coletados no *site* do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), no estudo “Mestres e Doutores 2015: Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira” (CGEE, 2016), e na Plataforma Sucupira – a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) disponibilizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Para esse universo foram consideradas as seguintes variáveis:

1. Parecer final quanto à proposta apresentada: favorável/desfavorável
2. Sexo do bolsista: Feminino/Masculino
3. Nome do bolsista
4. Nome/ano da chamada a qual o bolsista concorreu
5. Área de Conhecimento, segundo a Árvore do Conhecimento disponibilizada pelo CNPq
 - a. Subárea
 - b. Especialidade
6. Instituição de Ensino Superior (IES) do bolsista
7. Unidade da Federação (UF) da IES
8. Região
9. Nível e categoria da bolsa PQ

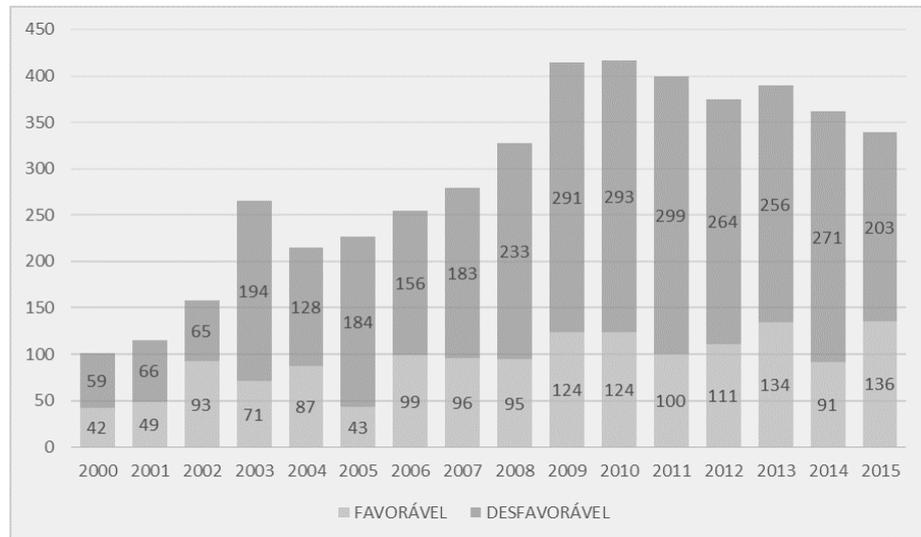
Os dados foram extraídos das informações prestadas pelo bolsista no formulário de proposta, incluído na Plataforma Carlos Chagas, e em seu Currículo Lattes.

3 ANÁLISE DO PERFIL DOS BOLSISTAS DE PRODUTIVIDADE DA ÁREA DE EDUCAÇÃO

Previamente à análise dos bolsistas PQ na Educação no ano de 2016, fez-se necessário a descrição quantitativa quanto à demanda bruta (número total de propostas submetidas) relativas à Bolsa de Produtividade em Pesquisa na área no período de 2000 até 2015. Para cada ano, a quantidade de propostas enviadas foi dividida em número de propostas aprovadas

e número de propostas indeferidas. Tal verificação permite um histórico quanto ao desenvolvimento da área até se chegar à situação do ano em análise (2016).

Gráfico 1 – Propostas favoráveis e desfavoráveis na demanda bruta para a bolsa PQ na área de Educação (2000 – 2015)



Fonte: CGCHS/CNPq

O considerável aumento na demanda bruta durante o período de 2000 – 2015 (236%) deve ser inserido no contexto mais amplo do crescimento do ensino superior no Brasil nas duas últimas décadas. Em 2000, o Brasil formou 5.241 doutores, sendo 282 na área da Educação. Já em 2014 tais números tiveram, respectivamente um aumento de 219% e 255%, redundando 16.729 doutores titulados em 2014, sendo 1.101 na Educação (CGEE, 2016). Esse crescimento já ocorria desde o fim do século passado, pois

A partir dos anos 1990 é visível grande mudança nas taxas de formação de doutores em todas as áreas do conhecimento: de 1998 a 2006 houve aumento de 237% (de 3.949 para 9.365) de novos titulados, enquanto em humanidades o incremento foi de 273% (de 1.101 para 3.010) (HEY, CATANI, 2008, p. 57).

Tal crescimento explica, inclusive, o crescimento na quantidade de integrantes do CA-Educação, que em 2000 era composto por cinco integrantes e que atualmente tem nove (CNPQ, 2016). Mais que isso, caso o aumento de propostas submetidas, em função do crescimento de doutores apontado acima, não tivesse uma contrapartida nos recursos investidos pelo CNPq, haveria uma imensa demanda represada. Isso não ocorreu pois houve

um crescimento que, se não foi exatamente na mesma proporção, ao menos ampliou consideravelmente a quantidade de bolsistas de produtividade na área de Educação.

No período que vai de 2001 a 2014, o investimento do CNPq em Bolsas PQ na área de Humanas subiu de pouco mais de R\$ 10 milhões para R\$ 34,5 milhões, perfazendo um aumento de 245% em 14 anos. No mesmo período, o investimento do CNPq em bolsas na área de Educação cresceu em 282%, indo de R\$ 9,5 milhões em 2001 até atingir aproximadamente R\$ 36,5 milhões em 2014 (CNPQ, 2015c). Portanto, o crescimento no número de aprovações anuais de bolsistas PQ-Educação nos últimos 15 anos torna-se compreensível pelo aumento no investimento generalizado do CNPq em Bolsas desde o início da década passada.

Em 2016, encontravam-se implementadas 401 bolsas de Produtividade em Pesquisa na Área de Educação. A distribuição, segundo categorias e níveis da bolsa PQ, é a seguinte:

Tabela 2: Bolsas de Produtividade em Pesquisa - Área Educação por categoria/nível.

Nível	Nº de bolsas	Percentual
SR	12	3%
PQ-1A	31	7,70%
PQ-1B	25	6,20%
PQ-1C	33	8,20%
PQ-1D	82	20,40%
PQ-2	218	54,4%
PQ TOTAL	401	100%

Fonte: COSAE/CNPq

A distribuição entre as categorias/níveis de bolsa na área de Educação, quando comparada à distribuição geral apresentada em 2014 apresentado na Tabela 01 – último ano no qual se tem dados consolidados e publicados pelo CNPq – não apresenta maiores discrepâncias quanto à quantidade relativa para cada categoria/nível.

Quanto à divisão por sexo, os bolsistas PQ de Educação têm a seguinte distribuição

Tabela 3 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa - Área Educação por categoria/nível e sexo.

Distribuição dos sexos, no respectivo nível PQ			Distribuição percentual dos sexos	
Categoria/Nível	Feminino	Masculino	F%	M%
SR	4	8	1,6	5,44
PQ-1 A	20	11	7,9	7,5
PQ-1B	13	12	5,1	8,2
PQ-1C	23	10	9,1	6,8

PQ-1D	45	37	17,7	25,2
PQ-2	149	69	58,7	46,9
PQ TOTAL	254	147	63,34	36,66

Fonte: COSAE/CNPq

Em relação a outras áreas, a Educação se destaca pelo predomínio feminino. Em 2014, 70,57% dos títulos de doutorado na área de educação foram obtidos por mulheres – um índice bem maior que o de 54,4% de doutoras em todas as áreas do conhecimento no mesmo ano (CGEE, 2016). Esse fenômeno se reflete na distribuição das bolsas PQ, na qual 63,34% corresponde a pesquisadoras. Tal diferença se deve ao fato de que a área de Educação ainda está no grupo de cursos que “são escolhidos levando em conta aptidões tidas como ‘naturais’, reforçando a participação feminina no espaço privado e masculina no espaço público” (CONRADI; CARLI, 2011, p. 02) tais como enfermagem, serviços domésticos e secretariado. Tal estigma⁴⁰ profissional pode ser explicado nos termos de que “desde cedo, a educação escolar reforça a diferença entre meninos e meninas, que são obrigados a corresponder a uma imagem imposta ao longo do desenvolvimento com a apresentação de estereótipos sexistas de profissões consideradas masculinas e femininas” (BELO, CAMINO, 2012, p. 273). A Educação seria um dos espaços públicos típicos do sexo feminino, pois seria um espaço do cuidado e das relações pessoais e não no campo da objetividade pública que seria, segundo tal estigma, típico de profissões masculinas.

Destaque-se também o fato de que o nível 1 da bolsa PQ, de maior prestígio, apresentar um crescimento da participação masculina quando comparado ao nível 2. Tal dado reflete um padrão que surge em outras áreas: a maior dificuldade de ascensão por parte das mulheres aos cargos de maior prestígio (LEONE, BALTAR. 2006).

Quanto à distribuição de bolsistas PQ por Instituições de Ensino Superior (IES), constata-se que os tradicionais núcleos de concentração de financiamento no país⁴¹, nomeadamente a região Sudeste e o estado de São Paulo, também impõem seu predomínio na área de Educação. Isso fica demonstrado na tabela a seguir, quando se destaca o fato de que das 13 IES que detêm 57% do número de PQ da Educação, 10 sejam da região Sudeste e as outras 3 da região Sul.

⁴⁰ Estigma deve ser entendido no sentido que Ervin Goffman (1993) especifica como sendo um atributo que acaba por danificar a vida do sujeito, como uma espécie de desvantagem em relação aos outros.

⁴¹ Cf. CGEE, 2015.

Tabela 4 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa - Área Educação por IES

IES	N° de bolsistas	Percentual
USP	35	9%
UFMG	27	7%
UNESP	26	6%
UFRGS	24	6%
UNICAMP	17	4%
UERJ	16	4%
UFRJ	16	4%
UFSCAR	16	4%
UFSC	12	3%
UFPR	11	3%
PUC-RIO	9	2%
UFF	9	2%
UNISINOS	9	2%
DEMAIS IES	174	43%
TOTAL	401	100%

Fonte: COSAE/CNPq

O cenário descrito na tabela acima se confirma ao ser confrontado com a divisão regional das bolsas:

Tabela 5 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa - Área Educação por região

Região	Bolsista PQ educação	Percentual
Sudeste	234	58%
Sul	118	29%
Nordeste	29	7%
Centro-Oeste	14	3%
Norte	6	1%
TOTAL	401	100%

Fonte: COSAE/CNPq

O destacado acúmulo nas regiões sudeste e sul é corroborado pelo fato de apenas São Paulo ter 124 (31%) bolsistas PQ da Educação, enquanto estados como Alagoas, Maranhão, Mato Grosso, Sergipe, Acre, Amazonas, Piauí, Roraima, Rondônia e Tocantins não apresentam nenhum⁴². Ao compararmos a distribuição regional entre bolsistas PQ em Educação e a distribuição dos Programas de Pós-Graduação em Educação por região (Tabela 6), certas discrepâncias veem à tona, como, por exemplo, o fato da região sudeste agregar 58% dos bolsistas PQ e 41,8% dos Programas em Educação. Destaque-se que apesar de corresponder a 18,6% dos Programas de Pós-Graduação, a região Nordeste apresenta apenas 7% dos bolsistas PQ de Educação.

⁴² Fonte: COSAE/CNPq.

Tabela 6: - Programas de Pós-Graduação por região – Área de Avaliação

Região	Nº de Prog. de Pós-graduação - Educação	Percentual
Sudeste	74	41,8%
Sul	42	23,7%
Nordeste	33	18,6%
Centro-Oeste	16	9%
Norte	12	6,8%
TOTAL	177	100%

Fonte: Plataforma Sucupira/CAPES

Além das variáveis referentes a sexo e distribuição geográfica das bolsas PQ em Educação, também foi realizado um levantamento quanto à subárea e especialidade que cada proposta se enquadrava. Ao enviar sua solicitação de bolsa na Plataforma Carlos Chagas, o proponente necessariamente deve classificar sua proposta em dois itens da chamada Árvore do Conhecimento: Área e Subárea. As Subáreas podem ser divididas ou não em Especialidades, no entanto, mesmo quando o são, o beneficiário não é obrigado a escolher uma delas. Tal situação acaba por explicar o índice de 51,68% de propostas nas quais não existe uma especialização declarada, conforme se verifica na tabela seguinte:

Tabela 6 - Distribuição de projetos de Bolsa PQ por Subárea/Especialidade da Educação

Área: Educação		Nº de bolsas	Percentual
SUBÁREA	Fundamentos da Educação	123	30,67%
ESPECIALIDADES	Filosofia da Educação	12	2,99%
	História da Educação	48	11,97%
	Sociologia da Educação	18	4,49%
	Antropologia Educacional	4	1,00%
	Economia da Educação	0	0,00%
	Psicologia Educacional	11	2,74%
	Sem Especialidade Especificada	30	7,48%
SUBÁREA	Administração Educacional	11	2,74%
ESPECIALIDADES	Administração de Sistemas Educacionais	2	0,50%
	Administração de Unidades Educativas	1	0,25%
	Sem Especialidade Especificada	8	2,00%
SUBÁREA	Planejamento e Avaliação Educacional	33	8,23%
ESPECIALIDADES	Política Educacional	22	5,49%
	Avaliação de Sistemas Educacionais	5	1,25%
	Sem Especialidade Especificada	6	1,50%
SUBÁREA	Ensino-aprendizagem	72	17,96%
ESPECIALIDADES	Teorias da Instrução	2	0,50%
	Métodos e Técnicas de Ensino	9	2,24%
	Tecnologia Educacional	11	2,74%
	Avaliação da Aprendizagem	3	0,75%
	Sem Especialidade Especificada	47	11,72%

SUBÁREA	Currículo	27	6,73%
ESPECIALIDADES	Teoria Geral Curricular de Planejamento e	1	0,25%
	Currículos Específicos para Níveis e Tipos de	4	1,00%
	Sem Especialidade Especificada	22	5,49%
SUBÁREA	Tópicos Específicos da Educação	135	33,67%
ESPECIALIDADES	Educação de Adultos	6	1,50%
	Educação Permanente	9	2,24%
	Educação Rural / do Campo	4	1,00%
	Educação em Periferias Urbanas	2	0,50%
	Educação Especial	12	2,99%
	Educação Pré-escolar/Infantil	3	0,75%
	Ensino Profissionalizante	6	1,50%
	Sem Especialidade Especificada	93	23,19%
SUBÁREA	Orientação e Aconselhamento	0	0
ESPECIALIDADES	Orientação Educacional	0	0,00%
	Orientação Vocacional	0	0,00%
TOTAL		401	401

Fonte: COSAE/CNPq

É notável a concentração em apenas 3 subáreas, “Fundamentos da Educação”, “Ensino-Aprendizagem” e “Tópicos Específicos da Educação”, perfazendo um total de 82,3% do total, sendo que a última delas comporta uma variedade de especialidades que não transparecem nenhum tipo de conexão temática que justifique sua classificação em uma mesma subárea. Fato esse agravado considerando que 23,19% das propostas nesta subárea não se encaixam em nenhuma especialidade definida.

A concentração acima apontada acaba por gerar áreas com participação mínima, como “Currículo”, “Planejamento e Avaliação Educacional” e “Administração Educacional” e até mesmo uma subárea sem nenhum projeto contemplado, no caso, “Orientação e Aconselhamento”.

A divisão em Áreas e Subáreas do Conhecimento estabelecida pelo CNPq são objeto de crítica há vários anos pela comunidade (OLIVEIRA *et al*, 2013). A tensão entre a necessidade de o órgão aplicar algum tipo de classificação aos projetos apresentados, de modo a aumentar sua eficácia de gestão, choca-se com as mudanças inerentes à ciência no decorrer dos anos. Uma análise que avaliasse não a classificação dada pelo CNPq em área e subáreas e se concentrasse, por exemplo, nas palavras-chaves de cada proposta, encontraria dados nos quais a concepção estanque de áreas e subáreas não comportaria, por exemplo, trabalhos interdisciplinares. Propostas poderiam ser simultaneamente classificadas nas subáreas de “Educação em Periferias Urbanas”, “Teorias da Instrução” e “Antropologia da Educação” sem maiores problemas para a inteligibilidade da classificação utilizada.

Parece-nos que o problema a ser enfrentado previamente é um problema semântico: os termos “área” e “subárea” remetem a uma clara e rígida delimitação de campos do saber quanto aos seus objetos, métodos e objetivos. Como se o CNPq ainda estivesse preso a uma semântica científica cartesiana – não surpreende o uso corrente do termo *Árvore do Conhecimento* que remete diretamente a metáfora utilizada por Descartes no século XVI. Para o filósofo francês, as ciências e a filosofia deveriam ser compreendidas em uma estrutura similar a de uma árvore que exibiria “um saber com ordem e indicando o caminho que é preciso percorrer para constituí-lo” (DESCARTES, 2003, p. XXIII). Na visão cartesiana, filha das categorias aristotélicas, haveria um único método de cada ciência que definiria a posição fixa de cada disciplina na árvore do saber (SEVERINO, 1984, p. 79-88).

Utilizar esta visão estanque da ciência acaba por ignorar toda a série de transformações do campo da epistemologia do último século, tais como a Complexidade, Teoria do Caos, a Teoria dos Sistemas, a Inter/Transdisciplinariedade e saberes híbridos que se encontram nas obras de autores como Edgar Morin (2005), Gaston Bachelard (1975) e Bruno Latour (2013). E não só na ciência recente, pois interdisciplinariedade aparece, *e.g.*, na obra de importantes cientistas da virada do século XIX para o XX, conforme descreve Gilbert Durant

[...] os sábios criadores do fim do século XIX e da primeira década do século XX (esse período áureo da criação científica, em que se perfilam nomes como os de Gauss, Lobatchevski, Riemann, Poincaré, Hertz, Becquerel, os Curie, Rutherford, Pasteur, Max Plank, Bohr, Einstein), tiveram todos uma formação largamente pluridisciplinar, herdeira do velho *trivium* (as humanidades) e do *quadrivium* (os conhecimentos quantificáveis e, portanto, também a música) medievais (DURAND, 1991, p. 36).

Se estamos diante de um problema semântico, parte do enfrentamento dele passa necessariamente por um rearranjo dos termos envolvidos. Por que não uma semântica que se aproxime da Dinâmica dos Fluídos? (DELEUZE, GUATTARI, 1976, p. 166). Ou no lugar da imagem da “Árvore do Conhecimento” de matriz cartesiana, a opção mais razoável não seria a de adotar o conceito de rizoma, no qual

[...] diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um dos seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; [...] O rizoma não se deixa reconduzir nem ao Uno nem ao múltiplo. [...] Ele não é feito de unidades mas de dimensões, ou antes de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. [...] O rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de

desterritorialização, seguindo uma multiplicidade que se metamorfoseia, mudando de natureza (DELEUZE e GUATTARI, 1996, p. 32).

Pensamos que tal virada semântica possibilite a concepção de uma nova classificação das Áreas do Conhecimento na qual os itens estanques sejam substituídos por áreas/territórios naturalmente híbridos e interconectados. Uma tabela rizomática fundamentada nas palavras-chaves declaradas na proposta e não em um grupo definido pelo CNPq *a priori* de áreas, subáreas e especialidades. O que gera na verdade maior precisão quanto à classificação, sem o prejuízo à inteligibilidade de cada projeto apresentado.

4 CONCLUSÃO

Os resultados da análise do perfil dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq na área de Educação acabaram por demonstrar que o grupo sofreu um crescimento considerável nos últimos 15 anos, decorrente do crescimento do número de doutores na Educação, assim como do investimento do CNPq na área. A levar em conta as bolsas em vigência no ano de 2016, vê-se a maioria das bolsas PQ classificadas na categoria 2 (54,4%). Quanto à divisão por sexo, houve predomínio de bolsistas do sexo feminino (63,34%). Observou-se que os pesquisadores estão concentrados nas regiões Sudeste (58%) e Sul (29%), especialmente no estado de São Paulo (31%). Destaque-se também que apenas 13 IES acumulam em seus quadros 57% dos PQ-Educação. Quanto às subáreas e especialidades da área de Educação, 3 das 7 subáreas – nomeadamente “Fundamentos da Educação”, “Ensino-Aprendizagem” e “Tópicos Específicos da Educação” – correspondem a 88,33% dos projetos apresentados.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desprezo pelas “pessoas”, propagado pela oposição entre Ciência e Opinião, assume então formas amenas – “elas” não podem compreender o que fazemos –, entretanto esse desprezo ainda está presente aqui, no fato de o preço do reconhecimento do valor da ciência, que foi e continua sendo pago, parecer aceitável – é aceitável não dizer nem toda a verdade, nem nada além da verdade, pois “as pessoas” não pedem nem merecem mais que isso. “As pessoas” perderiam a confiança se alguém lhe dissesse a que ponto um cientista é mal preparado por sua disciplina para intervir em questões de interesse coletivo, e elas correriam para os charlatões, os criacionistas, os astrólogos e seja lá quem fosse.

Isabelle Stengers – *No tempo das catástrofes.*

Se partirmos de uma perspectiva histórica mais ampla, o Conselho é produto de uma época específica na qual a prosperidade do capitalismo pós-guerra e os temores da Guerra Fria se aliaram às ansiedades sociais por um “País do Futuro”. Futuro esse que seria a realização das promessas de desenvolvimento e prosperidade para todos, tendo o Estado como o grande *condottiere* desta jornada. Mas o mundo do Desenvolvimentismo – seja o varguista, seja o dos governos militares – e da Guerra Fria não existe mais. Apesar disso, o CNPq sobreviveu à década perdida, a primeira onda de desmonte do Estado brasileiro encampado pelo governo Collor, a estabilização e estagnação econômica da Era FHC e ao auge e a *débâcle* do Lulismo, quando o programa Ciências sem Fronteiras o colocou em um inesperado protagonismo político.

Em 2018 mais que a contínua desconstrução do incipiente *Welfare State* brasileiro, adentramos em uma espécie de “novo tempo no mundo”. O fim definitivo não só das utopias mas das expectativas esperançosas no futuro – que no caso do Brasil parecem ter sido abortadas até segunda ordem – cederam espaço para a decepção política e para o fato da economia ter se tornado definitivamente o fundamento último de nossa sociabilidade.

Acompanhando este cenário de “expectativas decrescentes”⁴³, no qual a política se limita a gestão, contenção de danos e policiamento dos indesejáveis, temos sinais de novos valores emergentes: os direitos humanos são difamados; os direitos trabalhistas são vistos como entraves ao progresso; o empreendedorismo é a nova panacéia enquanto os serviços públicos são demonizados. Além disso, um certo punitivismo intransigente que circulava na sociedade brasileira se viu plasmado na intervenção no Rio de Janeiro. Junto a isso, o surto de irracionalismo que se espalha pelas redes sociais, no qual é possível encontrar desde

⁴³ Termo cunhado pelo filósofo Paulo Arantes, cf. ARANTES, 2014.

defensores da Terra Plana até famílias que se negam a vacinar seus filhos por questões ideológicas, faz com que partes da população se alienem ou mesmo se oponham à produção científica.

Se o CNPq é filho do “País do Futuro”, qual será seu destino em um país que cada vez mais parece não ter mais futuro – e nem parece se importar muito com isso? Qual a legitimidade diante da população de um órgão que “tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros”? quando boa parte dessa população está distante da academia e das universidades públicas – vistas como um bem público de acesso restrito a uma elite?

E o que dizer então da legitimidade do CNPq diante da própria esfera governamental? Desde a criação do MCT no governo Sarney, o CNPq vive um constante esvaziamento de suas funções, deixando de ser o órgão central na formulação de políticas de C&T. O que é agravado pela inexistência de uma política nacional forte sustentada por um comprometimento político relevante – não temos notícias de uma bancada da ciência nos termos de uma bancada evangélica, por exemplo. O fomento a pesquisa parece ser visto como uma espécie de supérfluo na Esplanada dos Ministérios, sendo constantemente uma das primeiras áreas a serem atingidas por medidas de austeridade econômica. Resta ao CNPq o papel inercial de mero intermediário entre seus declinantes recursos inscritos no orçamento federal e uma comunidade científica sem visão de todo, buscando apenas a permanência de seus interesses comezinhos e provincianos. A possibilidade de um novo ciclo de crescimento que financie o surgimento de programas como o Ciência sem Fronteiras ou os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (surgidos da parceria entre CAPES, CNPq, fundações de apoio estaduais e o BNDES) configura-se cada vez mais uma impossibilidade.

Diante disso, as distorções detectadas em nossos Resultados nas avaliações por pares – o motor que impulsiona a distribuição de recursos do CNPq – são sintomas da desconexão entre o CNPq, parte da comunidade científica e o atual contexto do país. Apesar do órgão em sua história ter demonstrado uma gradual capacidade em construir ferramentas mais eficientes e formalmente mais rigorosas de avaliações por pares, distorções como as detectadas pelos Resultados – quanto a gênero, por exemplo – ainda permanecem. Basta pensar que em áreas com participação feminina diametralmente opostas (Filosofia e Educação) apresentam uma queda na participação feminina nos níveis mais prestigiados da Bolsa PQ – apesar do aumento considerável da participação feminina no ensino superior.

O ponto de inflexão no qual se situa o Brasil não trata apenas do destino de uma fundação do governo federal ligada ao fomento e sim de todo o sistema de financiamento que irriga a pesquisa do país. Todos os elementos constituintes deste modelo estão sob ataque, sendo questionados em sua eficiência, relevância e papel social. A avaliação por pares, que por mais que seja a ferramenta padrão que gera a legitimidade do discurso científico, não pode se tornar o alibi para que a comunidade científica nacional não se exponha e responda as críticas referentes a sua posição como grupo com acesso privilegiado a recursos públicos. Haja vista a existência de Fundações federais e estaduais assim como de um ministério dedicados a manutenção financeira das atividades deste grupo.

É fato consumado a captura institucional do CNPq pela comunidade científica – afinal desde 1980 somam-se 16 presidentes, sendo todos pesquisadores acadêmicos de áreas como Medicina, Engenharias e Física, Contudo, não se pode acusar o órgão de não aperfeiçoar gradativamente os processos de avaliação por pares. A transição das relações fundamentadas em laços pessoais, sem nenhum tipo de rigor legal e formal, para a atual esfera de reconhecimento no qual se abandonaram critérios vagos como “reputação” e se adotou uma estrutura normativa que regulamenta desde a escrita de pareceres até a postura ética do avaliador é prova dessa evolução.

Uma das opções que estaria à altura dos desafios do novo tempo no qual tanto a academia como o serviço público são duramente interpelados, seria uma maior transparência no modo como os pesquisadores se apropriam e alocam os recursos públicos. Ferramentas institucionais já existem, como as fornecidas pela Lei nº 12.527/2011 – a Lei de Acesso a Informação ou as já adotadas por diversas revistas científicas internacionais nos primeiros capítulos da tese. Apesar de muitos integrantes da academia relacionarem maior transparência com maior burocracia, a responsabilidade no uso de recursos públicos, independente das idiossincrasias do campo científico relativas a avaliação por pares, patentes e propriedade intelectual, é um caminho sem volta na manutenção de qualquer atividade pública em sociedade democrática.

Quanto às ferramentas apresentadas pela Lei nº 12.527/2011, a mais notável a ser aplicada ao contexto da avaliação por pares é a idéia de Transparência Ativa: “Art. 7º - É dever dos órgãos e entidades promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas”. A transparência ativa vai de encontro à cultura do sigilo peculiar da burocracia

brasileira assim como da comunidade científica. As alegadas especificidades de cada uma dessas, por assim dizer, subculturas acabam por se colocar como entraves diante da ampliação do acesso a informação de suas atividades, em detrimento do “interesse coletivo”. O que se apresenta como um desafio ainda maior para o CNPq, sendo um órgão formado exclusivamente por integrantes da academia e da burocracia federal.

Para que tal passo a favor da transparência seja dado, a percepção da captura efetuada pela comunidade dos aparelhos estatais de fomento deve ser admitida e dirimida em função de uma maior democratização dos atos administrativos envolvidos. Não apenas por uma concessão diante de uma medida vista por muitos como populista, mas para que o órgão e seus dirigentes, tão aguerridos por vezes em sua crítica aos entraves burocráticos, se insiram no debate sobre a natureza e os limites da própria avaliação por pares descrito no capítulo 4 da tese.

Tal postura mais republicana só seria possível diante de uma mudança na crença de que as especificidades da atividade científica a tornam à parte do resto da sociedade. O que faz com que a avaliação por pares e seus problemas éticos destacados durante toda tese sejam reavaliados com mais afinco no cotidiano do Conselho.

O mais provável em tempos de crise não é que pessoas e comunidades mudem diante dos novos tempos – uma crise não fornece um tratado com as novas posturas e crenças adequadas ao futuro que se anuncia. Contudo, mais do que buscar um improvável ajustamento a uma época de incertezas, a saída de emergência seria se aferrar a opção eticamente correta independente das demandas dos novos tempos. O CNPq em sua trajetória histórica demonstrou capacidade em se avaliar e se aperfeiçoar, resta saber se tal potência existente no passado do órgão será o suficiente para legitimar a sua própria continuidade perante a sociedade e seus representantes.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, A. M. R. Ideais políticos: A criação do Conselho Nacional de Pesquisas. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, v. 11, p. 221-242, 2001.

ARANTES, P. E. *Um departamento francês de ultramar: Estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

_____. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a Era da Emergência*. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

BACHELARD, G. *Le nouvel esprit scientifique*. Paris: PUF, 1975.

BAUMGARTEN, M. Avaliação e Gestão de Ciência e Tecnologia: Estado e coletividade científica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 70, CES/UC Coimbra, 2004.

BELO, R. P.; CAMINO, L. Trabalho e gênero: elaborações discursivas sobre os papéis profissionais. *Cad. psicol. soc. trab.*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 271-286, dez. 2012. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172012000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 15 ago. 2016.

BELTRÃO, K. I.; TEIXEIRA, M. D. P. *O Vermelho e o Negro: Raça e gênero na universidade brasileira – uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000*. IPEA: Rio de Janeiro, 2004.

BENOS, D. et al. The ups and downs of peer review. *Adv Physiol Educ*, n. 3, p. 145-152, 2007.

BITBOL, M. *La Pratiques Des Possibles : Une lecture pragmatiste et modale de la mécanique quantique*. Paris: Editions Hermann, 2015.

BORNMANN, L. Scientific peer review. In B. Cronin (Ed.). *Annual Review of Information Science and Technology*, Medford, NJ: Information Today/American Society for Information Science & Technology, v. 45, p. 199–245, 2011.

_____. Evaluations by Peer Review in *Science Springer Science Reviews*, n. 1, p. 1-4, 2013.

BOTOMÉ, S. Avaliação entre pares na ciência e na academia: aspectos clandestinos de um julgamento nem sempre científico, acadêmico ou de avaliação. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 335-356, junho 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42087>. Acesso em: 02 aug. 2016.

BOURDIEU, P. O campo científico In: ORTIZ, R. (org.). *Pierre Bourdieu. Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, Editora UNESP, 2004.

_____. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70, 2008.

BRASIL. *Decreto n° 29.433*, de 4 de abril de 1951. Aprova o Regulamento do Conselho Nacional de Pesquisas. 1951. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D29433.htm. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. *Lei n° 6.129*, de 15 de janeiro de 1975. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico e dá outras providências. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75225-15-janeiro-1975-423795-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 08 mar. 2018.

_____. *Decreto n° 75.225*, de 6 de novembro de 1974. Dispõe sobre a transformação do Conselho Nacional de Pesquisas em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6129.htm Acesso em: 08 mar. 2018.

_____. *Portaria nº 816*, de 17 de dezembro de 2002. Regimento Interno do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. 2002. Disponível em <http://cnpq.br/regimento-interno-po-816/> Acesso em: 18 jun. 2016.

BURCKHARDT, J. *The Greeks and Greek Civilization*. Nova York: St Martin's Griffin, 1999.

BUSH, V. *Science the endless frontier: a report to the President*. 1945. Disponível em: <http://www.nsf.gov/od/lpa/nsf50/vbush1945.htm>. Acesso em 15 out. 2015.

CAMARGO, S. Os primeiros anos da "Escola de Frankfurt" no Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 91, p. 105-133, abr. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452014000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 abr. 2017.

CAMPANARIO, J. El sistema de revisión por expertos (peer review): muchos problemas y pocas soluciones. *Esp. Doc. Cient.*, n. 25, p. 267-285, 2002.

CASSIDY, J. *Como os mercados quebram: a lógica das catástrofes econômicas*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

CASTRO, C.; SOARES, G. As avaliações da Capes. In: SCHWARTZMAN, S.; CASTRO, C. *Pesquisa universitária em questão*. Campinas: Ed. da UNICAMP/Ícone Editora, 1986.

CENTRO DE MEMÓRIA DO CNPQ. *Fomento e Bolsas*. S/D. Disponível em: <http://centrodememoria.cnpq.br/Fombols.html> Acesso em: 07 nov. 2017.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). *Mestres e Doutores 2015 - Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira*. 2016. Disponível em <https://www.cgee.org.br/web/rhcti/mestres-e-doutores-2015>. Acesso em 15 ago. 2016.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.; SILVA, R. *Metodologia Científica*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CERVO, A.L.; BUENO, C., *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

CHANG, H-J. *Economia: modo de usar* - Um guia básico dos principais conceitos econômicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

CHARTIER, R. *Pierre Bourdieu e a história*. Rio de Janeiro: Topoi, 2002.

COLE, S.; COLE, JR; SIMON, G.A. Chance and consensus in peer review. *Science*. 1981 Nov 20; 214 (4523): 881-6.

CONRADI, C; C. N.; CARLI, M. L. Gênero educação e mercado de trabalho. In: PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação (Org.). *O professor PDE e os desafios da Escola Pública Paranaense*. Curitiba: SEED/PR, 2011, v.2.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). *Resolução Normativa 04/75*. Consultoria Científica. Arquivo do Setor de Normas CNPq, 1975.

_____. *Resolução Normativa 01/76*. Comitês Assessores (Especializados em Áreas do Conhecimento). Arquivo do Setor de Normas CNPq, 1976.

_____. *Resolução Normativa 012/88*. Consultores "Ad Hoc". 1988. Disponível em <http://intranet.cnpq.br/normas/revogadas/normas-rn/rn-012-88.htm> Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. *Resolução Normativa 004/98*. Corpo de Assessores e Comitês de Assessoramento – Normas de funcionamento. 1998. Disponível em <http://intranet.cnpq.br/normas/revogadas/normas-rn/rn-004-98.htm> Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. *Resolução Normativa 014/2003*. Comitês de Assessoramento - CAs, Comitês Temáticos - CTs e Consultoria Ad Hoc. 2003a. Disponível em <http://intranet.cnpq.br/normas/revogadas/normas-rn/rn-014-03.htm> Acesso em: 08 jun. 2016.

_____. *Instrução de Serviço 004/2003*: Bolsa de Produtividade em Pesquisa. 2003b. Disponível em: http://cnpq.br/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/71276 Acesso em: 09 de agosto de 2016.

_____. *Resolução Normativa 017/2005*. Comitês de Assessoramento, Comitês Temáticos, Núcleo de Assessores em Tecnologia e Inovação e Consultoria Ad Hoc. 2005. Disponível em <http://intranet.cnpq.br/normas/revogadas/normas-rn/rn-017-05.htm> Acesso em: 08 jun. 2016.

_____. *Resolução Normativa 009/2012*. 2012. Disponível em: http://memoria.cnpq.br/normas/rn_12_009.htm Acessado em 26 mar 2014.

_____. *Resolução Normativa 002/2015*. Comitês de Assessoramento, Comitês Temáticos, Núcleos de Assessores em Tecnologia e Inovação, Núcleo de Assessores para Cooperação Internacional e Consultoria Ad Hoc. 2015a. Disponível em http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/2409490?COMPANY_ID=10132 Acesso em: 08 jun.

_____. *Resolução Normativa 028/2015*. Bolsas Individuais no País. 2015b. Disponível em http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/2958271?COMPANY_ID=10132 Acesso em 01 jun. 2016.

_____. *Estatísticas e Indicadores: Séries Históricas até 2014*. 2015c. Disponível em: <http://cnpq.br/series-historicas/> Acesso em: 09 de agosto de 2016.

_____. *Membros dos Comitês*. Disponível em: <http://cnpq.br/membros-dos-comites#membros> 2016. Acesso em: 18 de agosto de 2016.

_____. *Mapa de investimentos*. 2017a. Disponível em <http://cnpq.br/painel-de-investimentos> Acessado em: 03 abr 2017.

_____. *Bolsas e Auxílios Vigentes*. 2017b. Disponível em: <http://cnpq.br/bolsistas-vigentes/> Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. *Painel de Investimentos*. 2017c. Disponível em: <http://cnpq.br/painel-de-investimentos> Acesso em: 13 abr 2017.

_____. *Árvore do Conhecimento*. 2017d. Disponível em:
<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/arvore-do-conhecimento> Acesso em: 16 abr. 2017.

_____. *Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil*. 2017e. Disponível em:
<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/home> Acesso em: 16 abr. 2017.

_____. *A criação*. S/D. Disponível em <http://cnpq.br/a-criacao> Acesso em 12 nov. 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *Banco de Teses e Dissertações*. 2017. Disponível em:
<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/>. Acesso em: 16 abr. 2017.

COPIELLO, S. On the money value of peer review. *Scientometrics*, 2018. Disponível em:
<https://doi.org/10.1007/s11192-018-2664-3> Acessado em 27 Fev. 2018.

CORDEIRO, D. S. *A formação do discernimento: Jean Maugué e a gênese de uma experiência filosófica no Brasil*. 2008. 212 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

CRANE, D. *Invisible colleges: diffusion of knowledge in scientific communities*. Chicago: The University of Chicago Press, 1972.

CRARY, J. *24/7 – capitalismo tardio e fins do sono*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

DAGNINO, R. A comunidade de pesquisa e a política de ciência e tecnologia: olhando para os países avançados. *Rev. iberoam. cienc. tecnol. soc.*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 3, n. 7, p. 43-58, set. 2006. Disponível em
http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-00132006000100003&lng=es&nrm=iso. Acesso em 19 abr. 2016.

DAVYT, A.; VELHO, L. A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro?. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, VII(1), 93-116, mar.-jun. 2000.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Rio da Janeiro: Imago, 1976.

_____. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia – volume 1*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

DESCARTES, R. *Obras escolhidas*. São Paulo: Difel – Difusão Européia do Livro, 1973.

_____. *Princípios da Filosofia*. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2003.

DIAS, R. B. *A política científica e tecnológica latino-americana: relações entre enfoques teóricos e projetos políticos*. Campinas. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica). Universidade Estadual de Campinas. 2005. Disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000375362>. Acesso em: 27 Fev. 2018.

DOMINGOS NETO, M. A trajetória do CNPq, s/d. Disponível em <http://centrodememoria.cnpq.br/domingos1.html>, Acesso em 27 Fev. 2018.

DURAND, G. Multidisciplinarités et heuristique. In: PORTELLA, Eduardo (Org.). *Entre savoirs: l'interdisciplinarité en actes: enjeux, obstacles, résultats*. Toulouse: Érès: Unesco, p. 35-48, 1991.

FONSECA, M. L. M. da. A institucionalização da pesquisa científica brasileira: os primeiros anos de atuação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). *Parc. Estrat.* Ed. Esp. Brasília, v. 18, n. 36 p. 253-268, jan.-jun. 2013.

FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do Desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, volume 15, n. 2(26), pp. 225-256, 2004.

FREITAG, B. Habermas e a Editora Tempo Brasileiro ou a recepção de Habermas no Brasil. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 111, p. 87-108, 1992.

GHOSAL, T. et al. An AI aid to the editors. Exploring the possibility of an AI assisted article classification system. *arXiv:1802.01403v2 [cs.DL]* 17 Feb 2018. Disponível em: <https://arxiv.org/pdf/1802.01403v2.pdf> Acessado em 26 Fev. 2018.

GOFFMAN, E. *Estigma: la identidad deteriorada*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1993.

GOULD, E.A. et ali Mild myelin disruption elicits early alteration in behavior and proliferation in the subventricular zone. *Elife*. Feb 13;7., 2018

GUEDES, M. C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008.

GUEDES, M. C.; AZEVEDO, N.; FERREIRA, L. O. A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPq. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 45, p. 367-399, Dec. 2015. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332015000200367&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 abr. 2017.

GUEROULT, M. O problema da legitimidade da história da filosofia. *Revista de História*. São Paulo, n° 75, 3° trim., 1968. Disponível em:
<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/075/A009N075.pdf> Acesso em: 16 abr. 2017.

HAAS, P. M. Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. *International Organization* (special issue on Epistemic Communities), vol. 46, n° 1, p. 1-35, 1992.

HACKETT, E.; CHUBIN, D. *Peerless Science: Peer review and U.S. Science polity*. Albany: State University of New York Press, 2003.

HARDING, E. Peer Review. *Postnote*, n. 182, set. 2002. Disponível em
http://www.europarl.europa.eu/stoa/webdav/shared/4_publications/postnote/postnote182_en.pdf Acesso em 19 abr. 2016.

HARVEY, D. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HELLMAN, H. *Grandes debates da ciência*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

HELMER, M.; SCHOTTDORF, M.; NEEF, A.; BATTAGLIA, D. Gender bias in scholarly peer review. *eLife*,6, e21718. 2017 Disponível em <http://doi.org/10.7554/eLife.21718> Acesso em 27 fev. 2018.

HENRY, J. *A revolução científica*. São Paulo: Jorge Zahar, 1998.

HEY, A. P. *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a educação superior no Brasil*. São Carlos: EDUFSCAR, 2008.

HEY, A. P.; CATANI, A. M. Produção de doutores área de humanidades: excesso ou má distribuição? *Revista ADUSP*, v. 43, p. 56-58, 2008.

HOLBROOK, J. Why Measure Science? *Science and Public Policy*, 19(5), 262-266, 1992.

HONNETH, A. Reconhecimento. *Dicionário de ética e filosofia moral*, vol. 2, pp. 473-478. São Leopoldo: Unisinos. 2003.

_____. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). *Enade 2014: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. Relatório de área: Filosofia*. 2016. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2014/2014_rel_filosofia.pdf Acesso em: 16 abr. 2017.

INWOOD, M. *Dicionário Hegel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

JAGUARIBE, A.M. A política tecnológica e sua articulação com a política econômica: elementos para uma análise da ação do Estado. *Texto para discussão*, Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, n. 115, 1987.

KERN, V. M., SARAIVA, L. M. PACHECO, R. C. S. Peer Review in Education: Promoting Collaboration, Written Expression, Critical Thinking, and Professional Responsibility. *Education and Information Technologies* 8:1, 37-46, 2003.

KILWEIN, J. H. Biases in medical literature. *J Clin Pharm Ther* 24, p. 393-396, 1999.

KOJÈVE, A. *Introdução à leitura de Hegel*. Rio de Janeiro: Contraponto, EDUERJ, 2002.

KRAUSE, D. Newton da Costa e a Filosofia de Quase-verdade. *Principia: an international journal of epistemology*, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 105-128, jan. 2009. ISSN 1808-1711. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/principia/article/view/1808-1711.2009v13n2p105/12625>. Acesso em: 04 dec. 2017

KUHN, T. *The essential tension*. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

KYVIK, S.; LANGFELDT, L. Researchers as evaluators: Tasks, tensions and politics *Higher Education* 62(2), p. 199-212, 2011.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 2013.

LEE, C. at al. Bias in peer review. *J. Am. Soc. Inf. Sci.*, v. 64, p. 2–17. 2013.

LEITE, A. C. F. *Realismos e anti-realismos na física do século XX: Werner Heisenberg, o pensamento grego e os debates na construção da teoria quântica*. 2008. Dissertação de mestrado. Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília.

LEITE LOPES, J. *Ciência e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.

LEONE, E. T.; BALTAR, P. Diferenças de rendimento do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles. *Rev. bras. estud. popul.*, São Paulo , v. 23, n. 2, p. 355-367, Dec. 2006 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 28 Feb. 2018.

LIMA, D. C. C. *Olhares sobre o Programa Ciência sem Fronteiras: uma contribuição à gestão pública do fomento à ciência, tecnologia e inovação*. 2016. 94 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências, Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016.

LLOYD, M. E. Gender factors in reviewer recommendations publication. *J Appl Behav Anal* 23: 539–543, 1990.

LORAUX, N. *A tragédia de Atenas: a política entre as trevas e a utopia*. São Paulo: Loyola, 2009.

MAHAWAR, K. K. Peer review practices in biomedical literature. A time for change? *Asian Journal of Surgery* 32 (4): 240-246, 2009.

MARICONDA, P. R. O controle da natureza e as origens da dicotomia entre fato e valor. *Sci. stud.*, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 453-472, Sept. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662006000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 Feb. 2018.

MARQUES, Ubirajara Rancan de Azevedo. Notas sobre a disciplina 'história da filosofia' no Brasil. *Cadernos PET-Filosofia*, v. 13, p. 11-24, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/115204>. Acesso em: 16 abr. 2017.

MARTIN, J. *Francis Bacon: the state and the reform of natural philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MCPHERSON, M., SMITH-LOVIN, L.; COOK, J. M. Birds of a feather: Homophily in social networks. *Annu. review sociology* 27, 415–444, 2001.

MENEGHINI, R. Indicadores alternativos de avaliação de desempenho científico: aplicação a uma instituição. *Ciência e Cultura*, 40(6), 548-558, 1988.

MENEZES FILHO, H. S. *Relatos e reflexões sobre o sistema de informações do CNPq numa sociedade democrática Brasília*: Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2000. Dissertação de Mestrado de Gestão e Política de Ciência e Tecnologia.

MERTON, R. K. *Ensaio de sociologia da ciência*. São Paulo: Associação Filosófica Scientia Studia/Editora 34, 2013.

MIDDELAAR, L. van. *Politicídio: o assassinato da política na filosofia francesa*. São Paulo: É Realizações, 2015.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2005.

MOSER, P.; MULDER, D.; TROUT, J.D. *Teoria do Conhecimento: uma Introdução Temática*, São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MOUFFE, C. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 1, n. 3, p. 11-26, out. 2003.

_____. Por um modelo agonístico de democracia. *Rev. Sociol. Polit.* Curitiba, 25. P 11-23, nov. 2005.

NAGEL, T. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NAGY, G. *The Ancient Greek Hero in 24 Hours*. Harvard University Press, 2013.

NASSI-CALÒ, L. Polêmico artigo na *Science* expõe fragilidades da revisão por pares em um conjunto de periódicos de acesso aberto. *SciELO em Perspectiva*. 2013. Disponível em <http://blog.scielo.org/blog/2013/11/05/polemico-artigo-na-science-expoe-fragilidades-da-revisao-por-pares-em-um-conjunto-de-periodicos-de-acesso-aberto/> Acesso em 07 jun. 2016.

OLIVEIRA, D. C. de et al . Classificação das áreas de conhecimento do CNPq e o campo da Enfermagem: possibilidades e limites. *Rev. bras. enferm.*, Brasília, v. 66, p. 60-65, Sept. 2013, Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672013000700008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 de agosto de 2016.

OLIVEIRA, J. J. Ciência, tecnologia e inovação no Brasil: poder, política e burocracia na arena decisória. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba , v. 24, n. 59, p. 129-147, Sept. 2016 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000300129&lng=en&nrm=iso. Acesso em 26 Feb. 2018.

PATY, M. «Mathesis universalis» e inteligibilidade em Descartes, Trad. em português por Maria Aparecida Corrêa-Paty, *Cadernos de História e Filosofia da Ciência* (Campinas), Série 3, vol. 8, (nº1, jan.-jun.), 9-57, 1998.

PEREZ, D. O. (org.). *Kant no Brasil*. São Paulo: Editora Escuta, 2005.

PETERS, D. P.; CECI, S. J. Peer-review practices of psychological journals: The fate of published articles, submitted again. *The Behavioral and Brain Sciences*, vol 5, p. 187-195, 1982.

PIMENTA, D.; PIMENTA, A. O ensino de Filosofia e o ato de filosofar. *Evidência*, Araxá, v. 7, n. 7, p. 13-24, 2011.

POLANYI, M. *Personal Knowledge: Towards a Post-Critical Philosophy*. Chicago: University of Chicago Press, 1974.

POPPER, K. *Conjecturas e Refutações*. Brasília: EdUnB, 1980.

REIS, G. P. *Caracterização da População dos Pesquisadores Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq*. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências, Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016.

RIGBY, J., COX, D.; JULIAN, K. *Scientometrics* 114: 1087. 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1007/s11192-017-2630-5> Acesso em 27 fev. 2018.

RIP, A. The republic of science in the 1990s. *Higher Education*, v. 28, n. 1, p. 3-23. 1994.

ROSSI, P. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

ROWLAND, F. The peer-review process. *Learned Publishing*, n. 15, p. 247–258, 2002.

ROY, R. Alternatives to review by peers: a contribution to the theory of scientific choice. *Minerva*, 22:316-28, 1984.

SACCO, A. M. et al. Perfil dos Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq atuantes em Psicologia no Triênio 2012-2014. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 36, n. 2, p. 292-303, jun. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000200292&lng=en&nrm=iso Acesso 10 Abr. 2017.

SALGADO, L; CLARES, L. Dispositivos comunicacionais e produção de imaginários: o caso dos periódicos científicos. *Filol. Linguíst. Port.*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 675-693, jul./dez. 2015.

SANTOS, N. C. F.; CANDIDO, L. F. O.; KUPPENS, C. L. Produtividade em pesquisa do CNPq: análise do perfil dos pesquisadores da Química. *Quím. Nova*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 489-495, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422010000200044&lng=en&nrm=iso. Acesso 10 Abr. 2017.

SEVERINO, E. *A filosofia moderna*. Lisboa: Edições 70, 1984.

SINGER, P. *Hegel*. São Paulo: Loyola, 2003.

SINGER, P. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, B. (dir.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III, 4. vol. São Paulo: Difel, p. 209-245, 1984.

SINNERBRINK, R. *Hegelianismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017

SOBRAL, F.; ALMEIDA, M.; CAIXETA, M. As Lideranças Científicas. *Ciências & Cognição*, (UFRJ), v. 13, p. 179-191, 2008.

SPINAK, E. A princípio era os plágios, agora também ‘papers’ automáticos falsos. *SciELO em Perspectiva*. 2014. Disponível em <http://blog.scielo.org/blog/2014/03/31/a-principio-era-os-plagios-agora-tambem-papers-automaticos-falsos/> Acesso em 07 jun. 2016

TRIGGLE, C.; TRIGGLE, D. What is the future of peer review? Why is there fraud in science? Is plagiarism out of control? Why do scientists do bad things? Is it all a case of: “All

that is necessary for the triumph of evil is that good men do nothing?" *Vascular Health and Risk Management*, v. 3, n. 1, p. 39–53, 2007.

TRIGUEIRO, M. A formação de cientistas: necessidades e soluções. In: BAUMGARTEN, M. (Org.) *A era do conhecimento: Matrix ou Ágora?* Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; Brasília: Ed. UnB, 2001.

TRZESNIAK, P., KOLLER, S. Redação Científica Apresentada por Editores. In: SABADINI, A.; SAMPAIO, M.; KOLLER, S. *Publicar em psicologia: um enfoque para a revista*. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia/Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. 2009, p. 91.

VELHO, L. A ciência e seu público. *Transinformação*, v. 9, n. 3, set./dez. 1997. Disponível em: <http://www.puccamp.br/~biblio/transinformação/old/vol9n3/pag15.html> Acesso em 12 Jun 2016.

VERNANT, J. P. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

WAINER, J.; VIEIRA, P. Avaliação de bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq e medidas bibliométricas: correlações para todas as grandes áreas. *Perspectivas em Ciências da Informação*, 18(2), p. 60-78, 2013.

WALSH, E.; ROONEY, M.; APPLEBY, L.; WILKINSON, G.; Open peer review: a randomised controlled trial *The British Journal of Psychiatry* Jan 2000, 176 , 2000.

WEINBERG, A. M. Criteria for scientific choice. *Minerva*, I(2): 159-71, 1963.

ŽIŽEK, S. *O mais sublime dos histéricos: Hegel com Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

ZUNIN, A.; PUCCI, B.; LASTÓRIA, L.N. *10 lições sobre Adorno*. Petrópolis: Vozes, 2015.